

Portaria nº 134 de 27 de maio de 2026

Altera a Portaria n.º 185 de 14 de julho de 2025, que constituiu a 1ª Comissão de Tecnologia – COTEC e revoga a Portaria nº 50 de 25 de fevereiro de 2026, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017;

**CONSIDERANDO** a necessidade de garantir a eficiência e a continuidade das atividades relativas aos processos de aquisição de bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação;

**CONSIDERANDO** a criação e reformulação periódica das Comissões Permanentes e Especiais, visando atender aos princípios da legalidade, eficiência e transparência na Administração Pública;

**CONSIDERANDO** a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Alterar os incisos do Art. 1º da Portaria n.º 185 de 14 de julho de 2025, designando os servidores abaixo relacionados para a composição da Comissão de Tecnologia:

**I - Agente de contratação:**

a) Gabriel Alves da Silva Gama n.º: \*\*\*\*\*238.

**II - Equipe de Apoio:**

a) Cristian Ferreira **Cataca** n.º: \*\*\*\*\*292;

b) Julie Cavalcante Pinheiro n.º: \*\*\*\*\*309;

§ 1º O servidor indicado no inciso I, alínea a), atuará como **Presidente e Pregoeiro**, sempre que a modalidade de licitação escolhida for pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

§ 2º Fica designado como **pregoeiro substituto** o servidor indicado no inciso II, alínea a), deste artigo, que desempenhará as atividades inerentes ao pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

**Art. 2º** Revogar a Portaria nº 50 de 25 de fevereiro de 2026.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO HENRIQUE DE LIMA TEIXEIRA**  
Superintendente Estadual de Compras e Licitações



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

ATADE REGISTRO DE PREÇOS Nº <b>xxx/2026/SUPEL_RO</b>			
Origem:	Pregão Eletrônico nº 90069/2026		
Data da Homologação:	<b>xx/xx/xxxx</b>	Processo nº	0001.001965/2025-76
Órgão Participante:			
Órgão gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL		

1. **CLÁUSULA I – IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).**

1.1. A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.

2. **CLÁUSULA II – DO OBJETO**

2.1. O objeto da presente licitação é contratação de empresa especializada em **LOCAÇÃO** de equipamentos de T.I.C., como **microcomputadores do tipo desktop e periféricos, monitores e notebooks** conforme condições, quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência, para atendimento das necessidades desta **Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Rondônia - AGERO.**, por meio do **Sistema de Registro de Preços**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.

3. **CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

4. **CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

4.1. A adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia após autorização expressa do órgão gerenciador – Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL.

4.2. A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no art. 124, § 1º ao § 8º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, em consonância com o art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços,

ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.4. O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não

poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

## 5. CLÁUSULA V – DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. Os preços registrados poderão ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme disposto no art. 133 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

5.2. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão para majorar ou minorar os preços registrados em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

5.3. A revisão de preços precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

5.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado e, caso este não aceite a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 134, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital, nos termos do art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5.1. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

5.6. Caso comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, poderá ser efetuada a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

5.6.1. O órgão gerenciador, em alternativa à atualização prevista no item 5.6 desta Ata de Registro de Preços, poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação de penalidades, convocando, posteriormente, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

5.6.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

5.7. O cancelamento do preço registrado, em conformidade com o artigo 136 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, poderá ocorrer por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados**, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

5.7.1. O preço registrado, em atenção ao estabelecido pelo art. 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024, também poderá ser cancelado quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VIII.

## 6. CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

6.1. Em atenção ao art. 131 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o cadastro reserva será composto pelos demais licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante

vencedor, a ser incluído na respectiva ata na forma de anexo, respeitada a sequência da classificação do certame.

6.2. O cadastro reserva poderá ser utilizado nas hipóteses previstas no art. 131, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

6.3. A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

6.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado.

6.5. Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

## **7. CLÁUSULA VII - DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

7.2. Quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VII, o preço registrado será cancelado, em conformidade com o artigo 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

## **8. CLÁUSULA VIII - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

8.1. As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo, local de entrega e recebimento do objeto, como também as relativas às penalidades e obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.

8.2. É vedado o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços.

8.3. A detentora do registro fica obrigada a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.

8.4. Em atenção ao art. 126 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, faz-se necessário a permanente pesquisa de mercado, inclusive, antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

8.5. A violação da integridade da conduta contratual, por meio do rompimento de deveres contratuais ou oriundos de outras normas aplicáveis ao caso, sujeita o contratado à aplicação das penalidades legalmente previstas nos arts. 184 ao 187 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, bem como art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

## **9. CLÁUSULA IX - DO PAGAMENTO**

9.1. O pagamento, decorrente do objeto registrado nesta ata será efetuado conforme disposto no Edital e seus anexos.

## **10. CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

10.2. Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

10.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, à Lei no 14.133, de 1º de abril de 2021 e às normas complementares e às disposições presentes nesta Ata e no Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e, especialmente, aos casos omissos.

10.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, os ANEXOS desta ata que contém os preços registrados e seus respectivos detentores.

11. **CLÁUSULA XI - DO FORO**

11.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**ANEXO ÚNICO**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA

**EMPRESA(S) DETENTORA(S):**

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	CIDADE	REPRESENTANTE	CPF	TELEFONE

**Geovanna Pinheiro Alves**

Coordenadora do Sistema de Registro de Preços/SUPEL

**Adriana Larissa da Silva Mendes Nascimento**

Diretora Executiva/SUPEL

**Alvaro Henrique de Lima Teixeira**

Superintendente Estadual de Compras e Licitações

Elaborado por:



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

**ATA**

**OFÍCIO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE DA ATA SOLICITANDO ADEÇÃO COMO INTERESSADO**

[UNIDADE CONTRATANTE SOLICITANTE]

OFÍCIO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

[], [DATA DA EMISSÃO]

Prezado Gestor da Ata nº [Nº DAATA] do(a) [ÓRGÃO GESTOR DA  
ATA]

Nos termos do art. 86, §2º, inciso I da Lei 14.133/21, solicito autorização para ADERIR à Ata de Registro de Preços em epígrafe visando adquirir os itens e quantitativos relacionados na tabela abaixo.

Ressalto que o(s) fornecedor(es), detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s), já se manifestou(ram) pela aceitação, conforme previsto na Lei 14.133/21.

Nº do item da Ata	Especificação	Quant. Adesão

ASSINATURA DO GESTOR DA UNIDADE SOLICITANTE



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Comissão de Tecnologia - SUPEL-COTEC

**INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90069/2026/LEI N.º 14.133/2021**

Para o **LOTE ÚNICO**, aplica-se a **AMPLA PARTICIPAÇÃO sem a reserva** de cota de até 25% para as **ME/EPP**

**RESUMO DOS DADOS**

<b>ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:</b> 03/07/2026, às 10h (horário de Brasília), no sítio <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 30/06/2026
---	---

OBJETO:		
Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em <b>LOCAÇÃO</b> de equipamentos de T.I.C., como <b>microcomputadores do tipo desktop e periféricos, monitores e notebooks</b> conforme condições, quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência, para atendimento das necessidades desta <b>Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Rondônia - AGERO</b> .		
FUNDAMENTO:		
Lei federal n.º 14.133, de 01 de Abril de 2021. Decreto estadual nº28.874, de 25 de Janeiro de 2024. dentre outros.		
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0001.001965/2025-76		
UASG: 925373		
ENDEREÇO ELETRÔNICO : <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>		
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO		
ORÇAMENTO ANUAL	R\$ 834.877,80 (oitocentos e trinta e quatro mil oitocentos e setenta e sete reais e oitenta centavos)	
VISTORIA	INSTRUMENTO CONTRATUAL	
Facultativa	Ata de Registro de Preços	
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO		
<b>Requisitos Básicos:</b> <b>1. Habilitação jurídica:</b> Conforme estabelecido no <u>item 18.2. e subitens do Termo de Referência.</u> <b>2. Qualificação econômico e financeira:</b> Conforme estabelecido no <u>item 18.8. e subitens do Termo de Referência.</u> <b>3. Regularidade fiscal, social e trabalhista:</b> Conforme estabelecido no <u>item 18.4. 18.6 e subitens do Termo de Referência.</u> <b>4. Qualificação técnica:</b> Conforme estabelecido no <u>item 19. e subitens do Termo de Referência.</u>		<b>Requisitos Específicos:</b>
CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?	RESERVA ME/EPP? COTA	EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO?
não	não	não



CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MODO DE DISPUTA	REGISTRO DE PREÇO
Menor Preço Por Lote	Aberto	sim
TELEFONES PARA CONTATO	E-MAIL PARA CONTATO:	
TELEFONE: (69) 3212-9243	supelcotec@gmail.com	
OBSERVAÇÕES GERAIS:		
1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual de Licitações, sítio a Av. Farquar, 2986, bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470.		
2. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número <b>90000</b> antes do número do certame. (EX.: 90001/2024)		

## SUMÁRIO

1. PREÂMBULO;
2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO;
3. DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS;
4. DO OBJETO;
5. DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA;
6. DA POSSIBILIDADE DE PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES;
7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;
10. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO;
11. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE;
12. A FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
13. DA FASE DE HABILITAÇÃO;
14. DO RECURSO;
15. DA HOMOLOGAÇÃO;
16. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE;
18. DA RESCISÃO CONTRATUAL;
19. DO REAJUSTE E SUPRESSÃO CONTRATUAL;
20. DO PAGAMENTO;
21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA;
23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE;
24. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
25. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO;
26. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS;
27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
28. DOS ANEXOS;

### 1. DO PREÂMBULO

1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES, por meio da Portaria n.º 134/2026/GAB/SUPEL, publicada no DOE na data 27 de maio de 2026, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o n.º 90069/2026/SUPEL/RO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO, com o Método de Disputa: ABERTO, em conformidade com a [Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#), [Decreto Estadual nº 28.874/2024](#), a [Lei Complementar nº 123/06](#), e o [Decreto Estadual 21.675/2017](#) e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessado (a) Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Rondônia - AGERO.

1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.1.2. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

## 2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

2.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo n.º 0001.001965/2025-76**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

2.2. O processo acima mencionado poderá ser consultado por meio do Sistema Eletrônico de Informações-SEI (<https://www.sei.ro.gov.br/sobre>).

## 3. DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. São participantes deste Sistema de Registro de Preços os seguintes órgãos e/ou entidades:

- Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Rondônia - AGERO.

## 4. DO OBJETO

4.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada em **LOCAÇÃO** de equipamentos de T.I.C., como **microcomputadores do tipo desktop e periféricos, monitores e notebooks**, por meio do **Sistema de Registro de Preços**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.

4.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

**4.3. Das especificações técnicas/quantidades do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 9. e 9.1 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

### 9. DETALHAMENTO DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - 339039			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
	<p align="center"><b>COMPUTADOR DESKTOP COMPLETO</b></p> <p><b>1. DESEMPENHO:</b></p> <p>Atingir pontuação mínima de 45.000 pontos conforme lista de processadores no link <a href="http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php">http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php</a>;</p> <p>O equipamento testado deverá possuir todos os componentes e as mesmas características do equipamento ofertado no edital, sendo aceitos componentes e especificações superiores;</p> <p>Não serão admitidos configurações e ajustes que impliquem no funcionamento do equipamento fora as condições normais recomendadas pelo fabricante do equipamento ou dos componentes, tais como, alterações de frequência de clock (overclock), características de disco ou de memória, e drivers não recomendados pelo fabricante do equipamento.</p> <p>A licitante deverá declarar em sua proposta, a marca e modelo do processador ofertado, a ausência desta informação acarretará na desclassificação da proposta.</p> <p><b>2. PROCESSADOR:</b></p> <p>Arquitetura 64 bits, com extensões de virtualização e instruções SSE4.1;</p> <p>O processador deve possuir, no mínimo, 8 (oito) núcleos reais e suportar 16 (dezesesseis) threads, ou superior. Deve possuir frequência base e turbo compatíveis com a arquitetura do processador, com frequência turbo mínima de 4 GHz;</p> <p>Possuir no mínimo 24 MB de cache;</p> <p>TDP máximo 180W;</p> <p>Sistema de dissipação de calor dimensionado para a perfeita refrigeração do processador, considerando que este esteja operando em sua capacidade máxima, pelo período de 8 horas diárias consecutivas, em ambiente não refrigerado;</p> <p><b>3. PLACA MÃE:</b></p>		

	<p>Placa projetada pelo próprio fabricante do equipamento;  <b>CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - 339039</b>  Placa gráfica dedicada;</p>		
	<p>Deve possuir chip de segurança TPM integrada versão mínima 2.0, possibilitando a utilização de todos os recursos de segurança e criptografia, através de software desenvolvido ou homologado pelo fabricante ou em regime de OEM com gerenciamento remoto e centralizado;</p> <p>Deve suportar a utilização de 3 (três) monitores simultaneamente sem o uso de adaptadores ou extensores;</p> <p>Possuir ao menos 01 (um) Slot PCI Express x 16 de 3ª Geração e 01 (um) Slot PCI Express x 1 de 3ª Geração</p> <p>Possuir ao menos 02 (dois) SLOTS padrão M.2.</p> <p><b>3.1 BIOS:</b></p> <p>Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, e compatível com os padrões ACPI 2.0 e Plug-and-Play;</p> <p>Versão mais atual disponibilizada pelo fabricante;</p> <p>Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e Disco; Permitir a inserção de código de identificação do equipamento dentro do próprio BIOS (número do patrimônio e número de série). Não serão aceitos BIOS com programação via software;</p> <p>Suporte à tecnologia de previsão/contingenciamento de falhas de disco rígido S.M.A.R.T habilitada; BIOS desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou adaptações, ou ajustes ou customizações;</p> <p>Software embarcado no BIOS com Funções de diagnóstico de problemas, e gerenciamento com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Permitir o teste do equipamento, com independência do sistema operacional instalado, o software de diagnóstico deve ser capaz de ser executado (inicializado) a partir da UEFI (Unified Extensible Firmware Interface) ou do Firmware do equipamento através do acionamento de tecla função (F1...F12);</li> </ul> <p>O software de diagnóstico deverá ser capaz de informar, através de tela gráfica:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O fabricante e modelo do equipamento;</li> </ul> <p>processador;</p> <p>memória RAM;</p> <p>firmware do equipamento;</p> <p>capacidade do disco rígido.</p> <p><b>3.2 MEMÓRIA RAM:</b></p> <p>3.2.1. Memória mínima de 32GB, com possibilidade de expansão conforme necessidade.</p> <p><b>4. INTERFACES:</b></p> <p>4.1. Controladora de Rede integrada à placa mãe com velocidade de 10/100/1000 Mbps/s, padrões Ethernet, Fast-Ethernet e Gigabit Ethernet, auto sense, full-duplex, plug-and-play, configurável totalmente por software, com conector padrão RJ-45 e função Wake on-lan em funcionamento e suporte a múltiplas VLANs (802.1q e 802.1x). Não serão aceitas placas de redes externas (off board);</p> <p>4.2. Interface de rede Wireless + Bluetooth 5.0 (Dual-band 2x2 802.11), com MU-MIMO e antena interna;</p> <p>4.3. No mínimo 08 (oito) portas USB, sendo pelo menos 04 (quatro) instaladas na parte frontal do gabinete sem a utilização de hubs, com pelo menos 01 (uma) porta sendo do Tipo-C;</p> <p>4.4. Pelo menos 02 (duas) das portas exigidas no item anterior deverão ser do tipo USB 3.2;</p> <p>4.5. Deverá possuir no mínimo 01 (uma) porta do tipo DisplayPort e outra HDMI;</p> <p>4.6. Conector de áudio do tipo combo.</p> <p><b>5. UNIDADE DE DISCO RÍGIDO:</b></p> <p>5.1. Unidade de estado sólido com tecnologia NVMe, slot M.2 e capacidade interna de, no mínimo, 512GB (quinhentos e doze gigabytes) ou superior;</p> <p>5.2. Suporte às tecnologias S.M.A.R.T (Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology) e NCQ (NativeCommand Queuing).</p> <p><b>6. CONTROLADORA DE VÍDEO:</b></p>		

	6.1. O equipamento deverá possuir placa de vídeo dedicada com no mínimo 02 (dois) GB de memória; <b>CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - 339039</b>		
01	<p>6.2. A placa de vídeo ofertada deverá possuir 03 (três) saídas de vídeo digital do tipo display Port e/ou HDMI, compatíveis com o monitor ofertado sem a necessidade de uso de adaptadores.</p> <p><b>7. GABINETE:</b></p> <p>7.1. Do tipo small form factor;</p> <p>7.2. Conectores de som para saída na parte traseira do gabinete e com suporte para conexões de saída e microfone na parte frontal do gabinete, sendo aceito conector tipo combo;</p> <p>7.3. Botão liga/desliga e indicadores de atividade da unidade de disco rígido e do computador ligado(power-on) na parte frontal do gabinete;</p> <p>7.4. Deve permitir a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (memórias e placas de expansão PCIe) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), com exceção apenas para placas de expansão do tipo M.2, não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original. Não serão aceitos adaptadores em substituição aos parafusos previstos para o gabinete</p> <p>7.5. Acabamento interno composto de superfícies não cortantes;</p> <p>7.6. O gabinete deverá possuir um conector de encaixe para o cabo de segurança do tipo alça ou parafuso para inserção da trava de segurança sem adaptações;</p> <p>7.7. Entrada de ar frontal e saída de ar exclusivamente pela traseira;</p> <p>7.8. Sensor de intrusão capaz de gravar no BIOS logs de abertura, mesmo quando desconectado da rede elétrica.</p> <p><b>8. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA:</b></p> <p>8.1. Fonte de alimentação compatível com o equipamento, com certificação de eficiência energética reconhecida, tipo ATX ou BTX para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/-10%), 50-60Hz, com ajuste automático, suficiente para suportar todos os dispositivos internos na configuração máxima admitida pelo equipamento (placa principal, interfaces, discos, memórias e demais periféricos) e que implemente PFC (Power Factor Correction) ativo com eficiência 80 Plus ou equivalente.</p> <p><b>9. OUTROS REQUISITOS:</b></p> <p>9.1. Os equipamentos deverão ser novos e de primeiro uso;</p> <p>9.2. Deverá ser apresentado prospecto com as características técnicas de todos os componentes do equipamento, como placa mãe, processador, memória, interface de rede, disco rígido, mouse, teclado e vídeo, incluindo especificação de marca, modelo, e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e comprovem as configurações cotadas, possíveis expansões e upgrades, através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes. Serão aceitas cópias das especificações obtidas em sites dos fabricantes na Internet, em que constem o respectivo endereço eletrônico;</p> <p>9.3. A escolha do material a ser apresentado fica a critério do proponente;</p> <p>9.4. Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas dos utilizados nos equipamentos enviados para homologação;</p> <p>9.5. As unidades do equipamento deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, que utilizem preferencialmente materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem;</p> <p>9.6. Possuir recurso disponibilizado via web, site do próprio fabricante (informar URL para comprovação), que permita verificar a garantia do equipamento através da inserção do seu número de série;</p> <p>9.7. Todos os componentes dos equipamentos devem ser do próprio fabricante ou estar em conformidade com a política de garantia do mesmo, não sendo permitida a integração de itens de terceiros que possam acarretar em perda parcial da garantia ou não realização da manutenção técnica pelo próprio fabricante quando solicitada;</p> <p>9.8. Apresentação obrigatória de publicações oficiais que venham a comprovar efetivamente o conjunto de especificações exigidas, sob pena de desclassificação na falta destas; 9.9. A licitante deverá apresentar todas as informações de forma detalhada em sua proposta a marca, modelo, configuração (processador, memória, placa de rede wireless, etc.) e periféricos do equipamento ofertado. A não apresentação dessas informações acarretará na desclassificação da proposta.</p>	UNIDADE	39

	<p><b>10. Software, documentação e gerenciamento</b></p> <p><b>CONTRATAÇÃO DE SERVICOS - 339039</b></p> <p>10.1. Licença por unidade entregue, com todos os recursos para garantir atualizações de segurança gratuitas durante todo o prazo de garantia estabelecida pelo fornecedor de hardware, do sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional.</p> <p>10.2. O sistema operacional deverá ser fornecido no idioma Português BR instalado e em pleno funcionamento, além da documentação técnica em português necessária à instalação e operação do equipamento;</p> <p>10.3. Deverá possuir, integrado à placa-mãe do computador (on-board), sem adaptações, subsistema de segurança TPM (trusted platform module) compatível com a norma TPM Specification Version 1.2 especificada pelo TCG (Trusted Computing Group). Deverá ser fornecido software que permite a implementação desta função com gerenciamento remoto e centralizado;</p> <p>10.4. Deverá ser fornecido instalado ou disponibilizar na Internet software do próprio fabricante ou homologado para o mesmo que permita a verificação e instalação das últimas atualizações de todas as ferramentas e drivers disponíveis pelo fabricante e do Sistema Operacional (Windows). Devendo ser capaz de monitorar o sistema, realizar diagnósticos, emitir alertas e ajudar a reparar erros do sistema, ajudando assim a manter a saúde e segurança do sistema</p>		
	<p><b>11. Certificações e Compatibilidade:</b></p> <p>11.1 O equipamento ofertado deverá possuir compatibilidade homologada com distribuição Windows. A comprovação da compatibilidade será efetuada pela apresentação do documento Hardware Compatibility Test Report emitido especificamente para o modelo no sistema operacional ofertado, em <a href="https://docs.microsoft.com/en-us/windows-hardware/drivers/dashboard/windows-certifiedproductslist">https://docs.microsoft.com/en-us/windows-hardware/drivers/dashboard/windows-certifiedproductslist</a>;</p> <p>11.2. O equipamento deve possuir Certificado Energy Star ou equivalente;</p> <p>11.3. Certificação de compatibilidade eletromagnética CE e de economia de energia EPEAT no mínimo na categoria Gold. A comprovação para a compatibilidade eletromagnética poderá ser realizada através de declaração de conformidade do fabricante do equipamento, desde que o fabricante possua laboratório acreditado pelo INMETRO ou acreditado por programa internacional de acreditação reconhecido pelo INMETRO.</p> <p><b>12. Garantia:</b></p> <p>12.1. O equipamento proposto deverá possuir garantia total da contratada durante a vigência do contrato;</p> <p>12.2. Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada, com o primeiro atendimento (podendo ser remoto) em até 24 horas e reposição de peças ou substituição do equipamento em até 07 (sete) dias úteis dentro do horário comercial, pelo período da vigência do contrato, expresso em edital;</p> <p>12.3. Deverá possuir central de atendimento para abertura de chamados, em regime de 24 horas durante 7 dias da semana.</p> <p style="text-align: center;"><b>TECLADO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Padrão AT do tipo estendido de 107 teclas, com todos os caracteres da língua portuguesa;</li> <li>• Padrão ABNT-2 e conector compatível com a interface para teclado fornecida para o desktop.</li> <li>• <b>Garantia:</b></li> <li>• O equipamento proposto deverá possuir garantia total da contratada durante a vigência do contrato;</li> <li>• Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada, com o primeiro atendimento (podendo ser remoto) em até 24 horas e reposição de peças ou substituição do equipamento em até 07 (sete) dias úteis dentro do horário comercial, pelo período da vigência do contrato, expresso em edital;</li> <li>• Deverá possuir central de atendimento para abertura de chamados, em regime de 24 horas durante 7 dias da semana.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>MOUSE:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tecnologia óptica, de conformação ambidestra, com botões esquerdo, direito e central próprio para rolagem;</li> <li>• Resolução mínima de 1000 (mil) DPI ou superior, conector compatível com a interface para mouse fornecido para o desktop;</li> </ul>		

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mouse com fio sem o uso de adaptadores.</li> <li>• <b>Garantia:</b> <b>CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - 339039</b></li> </ul>		
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O equipamento proposto deverá possuir garantia total da contratada durante a vigência do contrato;</li> <li>• Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada, com o primeiro atendimento (podendo ser remoto) em até 24 horas e reposição de peças ou substituição do equipamento em até 07 (sete) dias úteis dentro do horário comercial, pelo período da vigência do contrato, expresso em edital;</li> <li>• Deverá possuir central de atendimento para abertura de chamados, em regime de 24 horas durante 7 dias da semana.</li> </ul>		
02	<p><b>MONITORES - CATMAT: 483824</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O monitor ofertado deverá possuir Tela 100% IPS, tamanho mínimo de 23,8", proporção 16:9, brilho de 250 nits, relação de contraste de 1.000:1;</li> <li>• Resolução FHD mínima de 1920x1080;</li> <li>• Conectores de Entrada: 01 (uma) entrada VGA, 01 (uma) entrada HDMI, 01 (uma) entrada DisplayPort, 01 (um) USB Tipo-B e 04 (quatro) USB-A 3.2 Gen 1;</li> <li>• Deverá possuir 01 (um) cabo VGA, 01 (um) cabo Displayport e HDMI e um cabo de alimentação;</li> <li>• Deve possuir Pixel Pitch máximo de 0,275 x 0,275 mm;</li> <li>• Controle digital de brilho e contraste. Regulagem de inclinação, altura (mínimo 150 mm), suporte giratório (mínimo 90°) e Pivot +/- 90;</li> <li>• Fonte de Alimentação para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/-10%), 50- 60Hz, com ajuste automático;</li> <li>• Possuir entrada para cabo de segurança.</li> <li>• <b>Garantia:</b></li> <li>• O equipamento proposto deverá possuir garantia total da contratada durante a vigência do contrato;</li> <li>• Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada, com o primeiro atendimento (podendo ser remoto) em até 24 horas e reposição de peças ou substituição do equipamento em até 07 (sete) dias úteis dentro do horário comercial, pelo período da vigência do contrato, expresso em edital;</li> <li>• Deverá possuir central de atendimento para abertura de chamados, em regime de 24 horas durante 7 dias da semana.</li> </ul>	UNIDADE	78

	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - 339039		
05	<p><b>NOTEBOOK:</b></p> <p><b>Especificações Técnicas Mínimas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Tela LED Full HD (1920X1080), taxa de atualização mínima de 60 Hz, antirreflexo de, no mínimo, 15";</li> </ul> <p><b>1. Processador de 13ª Geração ou superior, deverá possuir:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Número de núcleos: 10; Número de threads: 12, Frequência de 5GHz (Turbo Max); Cache: 12 MB;</li> <li>Memória RAM Mínima: de 16GB, padrão DDR4 ou superior;</li> <li>Unidade de Armazenamento: SSD 512GB PCIe NVMe M.2;</li> <li>Teclado: Padrão ABNT2 (Português – Brasil);</li> <li>Cor: Preto carbono ou cinza;</li> <li>Placa de vídeo com memória gráfica compartilhada;</li> <li>Mouse Touchpad;</li> <li>Webcam HD (720P) integrada com microfone digital;</li> <li>Bateria integrada, original do fabricante e compatível com o equipamento, com duração mínima de 6h;</li> <li>Sistema Operacional Windows 11 Pro, de 64 bits, em Português (Brasil);</li> <li>Wi-Fi 6 + Bluetooth</li> <li>Com entrada e saída de áudio tipo combo;</li> <li>3 Portas USB sendo, pelo menos, uma 2.0 (tipo A), uma 3.2 (tipo A) e uma 3.2 (tipo C);</li> <li>1 Porta HDMI 1,4;</li> <li>1 Conector de energia;</li> <li>2 Alto-falantes de 2W;</li> <li>Possuir rede autorizada de assistência técnica em todo o Brasil.</li> </ul> <p><b>2. Garantia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O equipamento proposto deverá possuir garantia total da contratada durante a vigência do contrato;</li> <li>Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada, com o primeiro atendimento (podendo ser remoto) em até 24 horas e reposição de peças ou substituição do equipamento em até 07 (sete) dias úteis dentro do horário comercial, pelo período da vigência do contrato, expresso em edital;</li> <li>Deverá possuir central de atendimento para abertura de chamados, em regime de 24 horas durante 7 dias da semana.</li> </ul>	UNIDADE	11
	<p><b>IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER A4 MONOCROMÁTICA DE MÉDIO PORTE</b></p> <p><b>Especificações técnicas Mínimas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Franquia: 2.000 (duas mil) impressões-cópias-digitalizações/mês;</b></li> <li>Tecnologia da Impressão/Cópia/Digitalização: Laser – Monocromático;</li> <li>Painel touch screen em idioma português ou simbologia universal;</li> <li>Ciclo Mensal: No mínimo 50.000 PPM (páginas por mês);</li> <li>Tamanhos de Papel: A4, carta, ofício; B5 (JIS), A5, A5 (Borda longa), A6, Executivo, Ofício.</li> <li>Papeis suportados: Liso, fino, grosso, comum, reciclado, etiquetas, timbrado e envelope;</li> <li>Bandeja de Entrada: No mínimo para 250 folhas de papel A4, carta, ofício;</li> <li>Bandeja de Alimentação Manual: No mínimo 50 folhas;</li> <li>Bandeja de Saída: No mínimo 100 folhas;</li> <li>Impressão frente e verso (duplex);</li> <li>Sistemas Operacionais: Windows 10 ou superior, Windows server 2012 ou</li> </ul>		



	superior e sistema operacional Mac; <b>CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - 339039</b>		
06	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Emulações (linguagens): PCL6; BR-Script3; IBM Proprinter XL; Epson FX-850; PDF versão 1.7; XPS versão 1.0; PCL 5; PCL 6 e Post Script 3;</li> <li>• Resolução de Impressão: Mínimo de 600 x 600 dpi;</li> <li>• Velocidade de Impressão: Mínimo 40 PPM (página por minuto) em papel A4;</li> <li>• Velocidade da reprografia: Mínimo 30 ppm (página por minuto) em papel A4;</li> <li>• Resolução da reprografia: No mínimo 600 x 600 dpi (pelo vidro de exposição e scanner) colorido;</li> <li>• Ampliação: 25 - 400%;</li> <li>• Possuir recurso de reprografia contínua;</li> <li>• Digitalização: No mínimo 600 x 600 dpi (pelo vidro de exposição e scanner) colorido;</li> <li>• Área de Digitalização no vidro de originais e alimentador: No mínimo de 216 x 356 mm (tamanho officio);</li> <li>• Velocidade de digitalização: Mínimo 28 páginas/imagens por minuto em resolução de 300 dpi;</li> <li>• Alimentador automático (ADF) de, no mínimo, 50 folhas com leitura automática duplex de passagem única, frente e verso (digitalização contínua);</li> <li>• Possuir software de Reconhecimento Ótico de Caracteres já integrado/nativo/embarcado no próprio equipamento;</li> <li>• Impressão Segura;</li> <li>• Suporte para no mínimo JPG, PDF, PDF/A, PDF altamente compactado e PDF pesquisável;</li> <li>• Interface Ethernet 10/100/1000 Mbps com conector RJ – 45;</li> <li>• Alimentação: Tensão de alimentação de 127 ;</li> <li>• Compatibilidade com software de gerenciamento remoto de equipamentos e bilhetagem de impressões, através de rede. Compatível com Energy Star;</li> <li>• Manuais técnicos em português, fornecidos juntamente com cada uma das impressoras; Manuais de instalação e operação; Cabo USB;</li> <li>• Fornecimento de Suprimentos originais;</li> <li>• Eventualmente, caso o ambiente somente disponha de energia no padrao 220V, a contratada deverá fornecer o transformador compatível para o equipamento, às suas expensas;</li> <li>• <b>Garantia:</b></li> <li>• O equipamento proposto deverá possuir garantia total da contratada durante a vigência do contrato;</li> <li>• Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada, com o primeiro atendimento (podendo ser remoto) em até 24 horas e reposição de peças ou substituição do equipamento em até 07 (sete) dias úteis dentro do horário comercial, pelo período da vigência do contrato, expresso em edital;</li> <li>• Deverá possuir central de atendimento para abertura de chamados, em regime de 24 horas durante 7 dias da semana.</li> </ul>	UNIDADE	14

(...)

(...)

#### 9.1. ESPECIFICAÇÕES GERAIS:

9.1.1. Os equipamentos deverão ser novos e de primeiro uso;

9.1.2. Deverão ser apresentados prospectos com características técnicas de todos os equipamentos e seus respectivos componentes e acessórios. No caso dos computadores, os prospectos deverão indicar placa mãe, processador, memória, interface de rede, disco rígido, mouse, teclado e vídeo, incluindo especificação de marca, modelo, e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e comprovem as configurações cotadas, possíveis expansões e upgrades, via certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes. Serão aceitas cópias das especificações obtidas em sítios dos fabricantes na Internet, em que constem o respectivo endereço eletrônico;



- 9.1.3. A escolha do material a ser apresentado fica a critério do proponente;
- 9.1.4. Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas dos utilizados nos equipamentos enviados para homologação;
- 9.1.5. As unidades do equipamento deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, que utilizem preferencialmente materiais recicláveis, para garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem;
- 9.1.6. Todos os componentes dos equipamentos devem ser do próprio fabricante ou estar conforme a política de garantia do mesmo, não sendo permitida a integração de itens de terceiros;
- 9.1.7. A licitante deverá apresentar todas as informações detalhadamente em sua proposta a marca, modelo, configuração (processador, memória, garantia estendida, placa de rede wireless, etc.), periféricos e demais acessórios do equipamento ofertado. A não apresentação dessas informações acarretará desclassificação da proposta.
- (...)

**4.4. Da garantia do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 9.14. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

**9.14.GARANTIA:**

- 9.14.1.O equipamento proposto deverá possuir garantia total da contratada durante todo o período de vigência do contrato;
- 9.14.2.Durante o prazo de garantia, será substituída, sem qualquer ônus pela contratante, a parte, a peça defeituosa ou o equipamento que venha a apresentar algum problema cuja solução ultrapasse o prazo previsto no ANS;
- 9.14.3.Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada, com o primeiro atendimento (podendo ser remoto) em até 2 horas e demais prazos conforme Acordo de Nível de Serviço. A eventual substituição de um equipamento tem prazo para solução de até 07 (sete) dias úteis durante a vigência do contrato;
- 9.14.4.A CONTRATADA deverá disponibilizar sistema de Help Desk, próprio ou terceirizado, garantindo **multicanalidade** (portal web, aplicativo móvel, e-mail e/ou aplicativo de mensagens) para abertura de chamados e registro de ocorrências;
- 9.14.5.Os atendimentos ocorrerão em **dias úteis, durante o horário comercial** (08h às 18h), podendo ser ampliados em casos de chamados classificados como **urgentes** ou de interesse público relevante, mediante solicitação da Contratante
- 9.14.6.Nos casos classificados como **“Urgente” ou “Alta” severidade**, o atendimento será contínuo até a completa solução, independentemente do horário.
- 9.14.7.O não cumprimento dos prazos e parâmetros definidos sujeitará a Contratada à aplicação das penalidades contratuais, nos termos da legislação vigente e deste Termo de Referência.

(...)

**4.5 Das condições contratuais/garantia do contratual:** Ficam aquelas estabelecidas no item 29. e 30. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

**29. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

- 29.1. A contratação com o fornecedor registrado, será formalizada por Contrato Administrativo, conforme o disposto no art. 89 da Lei 14.133/2021.
- 29.2. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato.
- 29.3. Para a fiel execução do serviço, obedecerá ao disposto na Lei n.º 14.133/2021, e demais dispositivos legais e dispostos no Decreto N° 28.874, de 25 de janeiro de 2024.
- 29.4. O prazo para entrega do objeto será com base no recebimento da Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço e/ou Nota de Empenho.

(...)

(...)

**30. DA GARANTIA DO CONTRATO**

- 30.1. Os serviços ofertados deverão atender aos dispositivos da Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinente.
- 30.2. Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá exigir a prestação de garantia para a execução do contrato, a ser apresentada pelo contratado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da assinatura do instrumento contratual.
- 30.3. A garantia, quando exigida, deverá corresponder a até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo alcançar até 10% (dez por cento) nos casos de contratos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica ou riscos financeiros consideráveis, conforme disposto no §1º do referido artigo.
- 30.4. As modalidades admitidas para prestação da garantia são:
- I - caução em dinheiro;
  - II - seguro-garantia; ou
  - III - fiança bancária.
- 30.5. A escolha da modalidade caberá ao contratado, devendo a garantia permanecer válida e eficaz durante toda a vigência contratual e ser renovada sempre que necessário para cobrir eventuais prorrogações.
- 30.6. Na hipótese de não exigência da garantia, deverá constar nos autos do processo administrativo a devida justificativa técnica e jurídica, nos termos do art. 18, inciso XX, do Decreto Federal nº 11.246/2022.
- 30.7. O não cumprimento da exigência de prestação da garantia, quando prevista, implicará a rescisão do contrato e a aplicação das penalidades cabíveis.

(...)

**4.6. Do reajuste e supressão contratual:** Ficam aquelas estabelecidas no item 32. e 20.2. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

**32. DO REAJUSTE**

- 32.1. Nos termos do **art. 92, § 5º, da Lei nº 14.133/2021**, bem como do **art. 157 do Decreto Estadual nº 28.874/2024**, os valores

contratados serão **fixos e irrevogáveis durante os primeiros 12 (doze) meses de vigência contratual**, contados a partir da assinatura do instrumento.

32.2. Após o transcurso desse período, será assegurado à contratada o **direito de reajuste contratual anual**, a ser exercido de forma sucessiva e observado o mesmo intervalo mínimo de 12 (doze) meses, mediante:

- Utilização de **índice oficial de inflação** previamente estabelecido no edital e no contrato (a exemplo do IPCA/IBGE ou outro índice setorial adequado, conforme a natureza do objeto contratado);

- Aplicação da fórmula paramétrica definida no instrumento contratual, refletindo a variação dos custos de mercado;

- Observância do princípio do **equilíbrio econômico-financeiro do contrato**, previsto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e reiterado pelo art. 92 da Lei nº 14.133/2021;

- Formalização por meio de **apostilamento contratual**, devidamente instruído nos autos e comunicado à fiscalização e gestão do contrato.

32.3. O reajuste contratual tem por finalidade preservar a **equivalência entre a prestação e a contraprestação**, garantindo à Administração a continuidade da execução do objeto com economicidade e previsibilidade orçamentária, e à contratada a justa recomposição dos custos incorridos, em estrita conformidade com a legislação aplicável.

(...)

(...)

20.2. A obrigação de aceitar supressões até 25% (vinte e cinco por cento) propostos pela Contratante, conforme previsto no art. 125, da Lei nº 14.133/21.

(...)

**4.7. Da fiscalização e acompanhamento do recebimento/execução do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 33. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

### **33. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

33.1. A AGERO, designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

33.2. A fiscalização de que trata o item anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

33.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

33.4. Havendo necessidade, será(ão) designado(s) servidor(es) ou comissão especial(ais) para o recebimento e/ou fiscalização do objeto.

(...)

**4.8. Da entrega/recebimento:** Ficam aquelas estabelecidas no item 15. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

### **15. DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS/RECEBIMENTO**

15.1. Todos os materiais e serviço de informática, deverão ser entregues em conformidade com o quantitativo indicado, no endereço informado na ordem de serviço e no contrato assinado pelas partes, de segunda a sexta feira, das 07h30 às 13h30.

15.2. A instalação dos equipamentos, bem como a execução dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e substituição de equipamentos, quando necessária, ocorrerão na sede administrativa da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Rondônia - AGERO e nos respectivos postos de fiscalização localizados no Estado de Rondônia, nos seguintes endereços:

<b>Local</b>	<b>Endereço</b>
Sede Administrativa	Rua João Pedro da Rocha, 2715 - Embratel - Porto Velho/RO
Rodoviária de Guajará-Mirim	Av. 15 de Novembro - Tamandaré, Guajará-Mirim - RO, 76850-000
Rodoviária de Nova Mamoré	Av. Manoel Fernandes, 1-105 - Cidade Nova, Nova Mamoré - RO, 76857-000
Rodoviária de Porto Velho	Av. Gov. Jorge Teixeira, 1296 - Embratel, Porto Velho - RO, 78905-160
Rodoviária de Ariquemes	Av. Jamari, 1568-1836 - Áreas Especiais 01, Ariquemes - RO
Rodoviária de Machadinho D'Oeste	Av. São Paulo, 1044 - Machadinho D'Oeste, RO, 76868-000
Rodoviária de Jaru	Av. Dom Pedro I - St. 5, 2425, 'Jaru - RO, 76890-000
Rodoviária de Ouro Preto D'Oeste	R. Duque de Caxias, 1652 - Nova Ouro Preto, Ouro Preto do Oeste - RO, 76920-000
Rodoviário de Ji-Paraná	R. dos Mineiros, 293 - Urupá, Ji-Paraná - RO
Rodoviária de São Miguel do Guaporé	Av. Cap. Silvio, 2-24 - São Miguel do Guaporé, RO, 76932-000
Rodoviária de Rolim de Moura	Av. Maceió, 1710 - Centro, Rolim de Moura - RO, 76940-000
Rodoviária de Cacoal	Av. Interval José Brasil, 382 - Novo Cacoal, Cacoal - RO
Rodoviária de Pimenta Bueno	Av. Mal. Rondon, 1890 - Apidia, Pimenta Bueno - RO, 78984-000

Local	Endereço
Sede Administrativa	Rua João Pedro da Rocha, 2715 - Embratel - Porto Velho/RO
Rodoviária de Vilhena	Av. Celso Mazutti, 4319-4575 - Jardim Eldorado, Vilhena - RO, 76980-000
Rodoviária de Cerejeiras	Av. das Nações - St. Industrial Cinco, Cerejeiras - RO, 76997-000

### 15.3. Do Prazo da Entrega

15.3.1. O objeto deverá ser entregue no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento da Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço.

### 15.4. Das Condições de Recebimento

15.4.1. O recebimento ocorrerá em duas etapas sucessivas:

#### 15.5. O Recebimento Provisório

15.6. No ato da entrega, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Termo de Referência, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 05 (cinco) dias;

15.7. O recebimento provisório será comprovado pelo carimbo de certificado apostado no verso da nota fiscal devidamente cancelado e identificado.

15.8. O recebimento provisório NÃO liquida a despesa e NÃO se presta para autorizar o pagamento dos materiais/bens.

#### 15.9. O Recebimento Definitivo

Art. 1º VII, da Lei 14.133/21), que consiste na verificação da qualidade, quantidade dos materiais/bens e de sua aceitação, será firmado por uma comissão de servidores, composta de no mínimo 3 (três) membros, que expedirá termo de recebimento definitivo, em prazo não superior a 15 (quinze) dias corridos.

15.10. Caso satisfatória as verificações anteriores, lavrar-se-á um Termo de Recebimento Definitivo.

15.11. Todos os produtos fornecidos devem ser novos e de primeiro uso.

15.12. Não serão aceitos bens que não atendam fielmente às especificações técnicas, exceto com configurações superiores e devidamente aprovados pela área técnica responsável.

15.13. Se a Contratada realizar a substituição, adequação e/ou reparos necessários dentro do prazo estipulado, adequando o objeto aos termos pactuados, será recebido provisoriamente e, após constatar a conformidade em face dos termos pactuados, em definitivo, no prazo de até 15 (quinze) dias, pelos agentes acima mencionados.

15.14. Não serão aceitos serviços que não atendam fielmente às especificações técnicas, exceto com configurações superiores e devidamente aprovados pela área técnica responsável.

15.15. Na hipótese de qualquer divergência aos termos pactuados, não ocorrerá o recebimento definitivo, sendo a Contratada notificada para, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação, proceder à regularização, sem ônus para o AGERO, observado a disposição do art. 119 da Lei n. 14.133/2021.

15.16. Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto deste Termo de Referência ou que, mesmo após concedido prazo para reparos, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral do Contrato, com base no que dispõe o art. 138, da Lei n.º 14.133/21, bem como a aplicação de penalidades, conforme o disposto no art. 92 da referida Lei, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

15.17. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO em face da eventual existência de vícios redibitórios.

15.18. Todos os serviços do objeto desta aquisição, deverão estar acompanhados de nota fiscal com o nome e caracterização clara e precisa destes. Deverá conter também o número da Nota de Empenho.

(...)

**4.9. Do pagamento:** Ficam aquelas estabelecidas no item 17. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

#### 17. DO PAGAMENTO

17.1. Com fulcro no art. 18, III, e art. 141 da Lei 14.133/21;

17.2. O pagamento será efetuado em até **15 (quinze) dias úteis**, contados da data final do período de adimplemento de cada parcela, mediante apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo setor competente, em conformidade com o art. 190 do Decreto Estadual nº 28.874/2024:

17.3. Nota fiscal;

17.4. Termo de Recebimento Definitivo do objeto;

17.5. Certidão Regularidade perante a Fazenda Federal (conforme PGFN/RFB Nº 1751, de 02/10/2014);

17.6. Certidão Regularidade perante a Fazenda Estadual;

17.7. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;

17.8. Certificado de Regularidade do FGTS;

17.9. Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho - CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011, de 07/07/2011);

17.10. As Notas Fiscais/Faturas, devendo conter no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição do objeto, o número do empenho e o número da Conta Bancária da CONTRATADA, para depósito do pagamento;

17.11. Na hipótese das Notas Fiscais/Faturas apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a CONTRATANTE poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da CONTRATADA de reapresentar, para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, nestes casos a CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar uma análise e o respectivo pagamento no mesmo prazo estipulado no item 10.

17.12. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma será devolvida à Contratada para que proceda às devidas correções, ficando suspenso, o pagamento, até que se providenciem as medidas saneadoras.

17.13. Na ocorrência da hipótese constante no subitem anterior, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.14. A Administração não efetuará nenhum pagamento, diretamente a terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

17.15. Na hipótese das Notas Fiscais/Faturas apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a Contratante poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da Contratada de reapresentar, para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, nestes casos a Contratante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar uma análise e o respectivo pagamento no mesmo prazo estipulado no item 11.

(...)

**4.10. Da obrigação da contratada:** Ficam aquelas estabelecidas no item 20. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

#### **20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

20.1. São obrigações da contratada, além daquelas exigidas em Lei 14.133/21:

20.2. A obrigação de aceitar supressões até 25% (vinte e cinco por cento) propostos pela Contratante, conforme previsto no art. 125, da Lei nº 14.133/21.

20.3. Entregar os produtos nos locais descritos no item 14 deste Termo de Referência, para o servidor nomeado para efetuar a conferência dos materiais no ato do recebimento;

20.4. Disponibilizar, a partir da assinatura do Contrato ou do recebimento da nota de Empenho, um canal de comunicação com a AGERO (endereço, telefone, endereço de e-mail, fax e nome do responsável para contato), a fim de colher as diretrizes e informações relativas à execução do objeto;

20.5. Informar à AGERO qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos solicitados;

20.6. Fornecer os bens de acordo com as especificações contidas no item 9 e seus subitens;

20.7. Arcar com as despesas com transporte, fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, que é de total responsabilidade da proponente;

20.8. Providenciar para que os entregadores se apresentem devidamente uniformizados e identificados com o nome da empresa;

20.9. Remover, substituir, após notificação formal, as mercadorias que estiverem em desacordo com as especificações deste instrumento ou que apresentarem vício de qualidade;

20.10. Comunicar a Contratante, através de justificativa circunstanciada formal, a ocorrência de qualquer evento que venha causar atrasos ou impedimentos que impeçam mesmo temporariamente de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução do Instrumento Contratual, total ou parcialmente, justificando o atraso, o que, em hipótese alguma eximirá a Contratada das obrigações assumidas, salvo caso fortuito ou força maior, devidamente caracterizados;

20.11. Responsabilizar-se, integralmente, por todos os tributos, taxas e contribuições (inclusive para fiscais), que direta ou indiretamente incidam ou vierem a incidir sobre a aquisição, inclusive com as despesas referentes a seguro e transporte, quando ocorrerem;

20.12. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à AGERO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento pela AGERO;

20.13. Arcar com as despesas de qualquer natureza, em todo caso de devolução ou extravio dos materiais;

20.14. Comprovar, sempre que solicitado pela Contratante, o recolhimento de todos os tributos e encargos sociais incidentes sobre o contratado, sendo que sua inobservância implicará em autuação de procedimento administrativo, assegurando o contraditório, não feita a regularização, serão aplicadas as penalidades previstas no termo de referência, e no contrato;

20.15. Manter as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação como condição para a execução do objeto, e, se for o caso, celebração do Instrumento Contratual;

20.16. Apresentar a Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

20.17. Apresentar a Declaração de Fato Superveniente.

20.18. Apresentar a Declaração de ME/EPP.

20.19. Apresentar a Declaração de Ciência do Edital.

20.20. Apresentar a Declaração de Menor.

20.21. Apresentar a Declaração Independente de Proposta.

20.22. Apresentar a Declaração de Acessibilidade.

20.23. Apresentar a Declaração de Cota de Aprendizagem.

20.24. Apresentar a Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.

20.25. Não divulgar informações a terceiros ou realizar publicidade acerca do objeto, salvo expressa autorização da AGERO;

20.26. A CONTRATANTE NÃO SE RESPONSABILIZARÁ por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos no Termo de Referência, E NÃO ACEITARÁ, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da empresa vencedora para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

(...)

**4.11. Da obrigação da contratante:** Ficam aquelas estabelecidas no item 21 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

#### **21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

21.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

21.2. Receber os pedidos de prorrogação de prazo, desde que solicitados antes do vencimento do prazo de entrega do objeto, devidamente justificados e com documentações que comprovem as causas de tais pedidos.

21.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes no termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

21.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

21.5. Receber e fiscalizar o objeto deste Termo de Referência, verificando sua correspondência com as especificações prescritas no Termo de Referência, atestando sua conformidade.

21.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de

Referência e seus anexos.

21.7. Aplicar as sanções cabíveis previstas na legislação, em casos de irregularidades constatadas na execução do objeto deste instrumento.

21.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21.9. Enviar as notas de empenho ou contrato, através de e-mail ou pessoalmente, conforme o caso, onde estará registrado o telefone utilizado, nome da empresa e o funcionário que efetuou o recebimento.

21.10. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa vencedora.

21.11. Notificar, por escrito, a empresa vencedora, acerca de quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos materiais.

21.12. Rejeitar os materiais, caso estejam em desacordo com as especificações mínimas definidas no Termo de Referência

21.13. A AGERO, após a retirada da nota de empenho ou contrato, compromete-se a:

- a) proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso dos funcionários da empresa vencedora às dependências da AGERO;
- b) promover os pagamentos dentro do prazo estipulado; e
- c) fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

(...)

**4.12 Dos critérios de sustentabilidade:** Ficam aquelas estabelecidas no item 34. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

#### **34. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

34.1. É de total responsabilidade da CONTRATADA, o cumprimento das normas ambientais vigentes para a contratação do objeto deste instrumento, no que diz respeito à poluição ambiental e à destinação de resíduos, devendo a mesma:

34.2. Tomar as devidas precauções para que, da consecução dos serviços, não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;

34.3. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto deste instrumento;

34.4. Cumprir as orientações do Art. 6º, inciso I, Decreto Estadual n. 21.264/2016 e Art. 1º, II, da IN 05/2017/MPOG.

(...)

### **5. DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA**

5.1. Será permitida a cotação de quantidades parciais, inferiores à demanda desta licitação, conforme item 38.7. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

#### **38.9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE**

38.9.1. Em atendimento ao art. 34, inciso V, do Decreto Estadual n. 28.874/2024, esta Agência de Regulação apresenta a **estimativa das quantidades a serem contratadas**, devidamente fundamentada e acompanhada de memória de cálculo com base em informações concretas, conforme levantamento realizado internamente pela Diretoria de Administração, Finanças e Planejamento (DAPF), considerando:

- a) A quantidade de unidades organizacionais a serem atendidas (sede + 14 postos de fiscalização ativos);
- b) A média de usuários por setor e o número mínimo de equipamentos necessários para desempenho das funções administrativas e fiscalizatórias;
- c) A projeção de crescimento institucional nos próximos 12 meses, com expansão de unidades e reforço das atividades de campo;
- d) O uso compartilhado de equipamentos, em especial impressoras multifuncionais, conforme mapeamento da infraestrutura atual e modelo de rodízio entre equipes;
- e) O dimensionamento ideal da capacidade instalada, tendo em vista as limitações operacionais e orçamentárias.

38.9.2. Importa destacar que **nunca houve contratação similar nesta AGERO para locação de equipamentos de TIC**, tratando-se, portanto, de uma demanda inédita. A ausência de histórico comparativo exigiu abordagem técnica baseada em parâmetros de dimensionamento compatíveis com o porte institucional, em especial quanto à previsão de estações de trabalho, demanda média de impressão e reserva técnica mínima para substituições.

38.9.3. A decisão pela locação também decorre da **inexistência de equipe técnica suficiente e qualificada para suporte contínuo de manutenção preventiva e corretiva**, o que reforça a necessidade de contratar empresa especializada, com responsabilidade integral sobre o ciclo de vida útil dos equipamentos.

38.9.4. A planilha de estimativa de quantidades segue anexa a este Estudo Técnico Preliminar, indicando os seguintes quantitativos aproximados, conforme planejamento atual:

Item	Equipamento	Quantidade Imediata	Quantidade Registrada
01	Computadores desktop com periféricos	39	60
02	Monitores	78	90
03	Notebooks	11	20
04	Impressoras multifuncionais monocromáticas	14	35

(...)

## 6. DA POSSIBILIDADE DE PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES

6.1. **NÃO SERÁ** admitida a previsão de preços diferentes, conforme item 36. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

### 36. DA AVALIAÇÃO SOBRE A POSSIBILIDADE DE DEFINIÇÃO DE PREÇOS VARIÁVEIS

36.1. Nos termos do **art. 82, inciso III, da Lei nº 14.133/2021**, a Administração deve avaliar a possibilidade de definir **preços variáveis conforme situações específicas descritas na legislação**, tais como prazos de execução, locais de entrega, quantidades demandadas e condições diferenciadas de fornecimento.

36.2. Embora não haja obrigatoriedade legal de estabelecer preços distintos para tais hipóteses, **é essencial que a Administração registre expressamente essa análise no Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e no Edital**, a fim de garantir:

- a) a observância do princípio da **motivação dos atos administrativos**;
- b) a preservação da **isonomia entre os licitantes**, evitando critérios subjetivos ou implícitos;
- c) a proteção da **vantajosidade da contratação**, possibilitando soluções mais econômicas em cenários de variação significativa de demanda.

36.3. No presente caso, constatou-se que **não havia manifestação específica sobre a adoção ou não de preços variáveis** nos documentos inicialmente apresentados. Dessa forma, a AGERO, após análise técnica, manifesta-se nos seguintes termos:

- a) A natureza do objeto — **locação de equipamentos de TIC** — sugere que os custos contratuais apresentam maior uniformidade, visto que envolvem disponibilização de bens padronizados, com manutenção e suporte técnico incluídos;
- b) Contudo, reconhece-se que a **possibilidade de ampliação dos quantitativos** em razão de expansão institucional (ex.: novas unidades de fiscalização) poderia ensejar cenários de preços variáveis, especialmente se houver fornecimento em lotes adicionais ou em localidades distintas;
- c) Diante disso, entende-se que **neste certame não será necessária a adoção de preços variáveis**, mantendo-se preços fixos por unidade de bem locado. Todavia, a presente manifestação cumpre a exigência legal de avaliação, garantindo a devida motivação e segurança jurídica do procedimento.

36.4. Assim, fica **sanada a omissão apontada**, restando registrado que a Administração, de forma consciente e fundamentada, opta por **não adotar preços variáveis** no presente procedimento, sem prejuízo de reavaliação futura em caso de alteração substancial do objeto ou de sua forma de execução.

(...)

6.2. Na hipótese de o preço contratado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item contratado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço contratado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas, será facultado ao fornecedor requerer à Contratante a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.4. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço contratado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.5. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço contratado, o pedido será indeferido pela Contratante e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no Contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.6. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5 e no item 5.4, a Contratante atualizará o preço, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado, mediante Termo Aditivo.

## 7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

7.1. De acordo com o Art. 164, da Lei n.º 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

7.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: **supelcotec@gmail.com**;

7.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pelo Núcleo de Atendimento desta Superintendência, para não tornar sem efeito, pelo telefone **(069) 3212-9243** ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar o original presencialmente na SUPEL, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470;

7.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

7.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

7.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Compras.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

7.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de

8.2. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

8.2.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

8.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**8.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:**

8.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

8.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

8.6.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

8.6.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

8.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

8.6.4. Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

8.6.5. Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme [§§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**8.6.6. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio observar o art. 15 da Lei n.º 14.133, de 2021 e disposição constante no item 27 do Anexo I - Termo de Referência,** conforme transcrevemos:

(...)

**27. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM FORMA DE CONSÓRCIO**

27.1. Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, pois:

27.2. O objeto da licitação não envolve alta complexidade técnica, sendo plenamente executável por empresas individuais;

27.3. Não há necessidade de parcelamento do objeto, eliminando a justificativa para a união de esforços;

27.4. A vedação promove competitividade, isonomia e simplificação na gestão do contrato;

27.5. Empresas individuais possuem capacidade técnica e operacional suficiente para atender integralmente ao objeto licitado.

(...)

**8.6.7 Da subcontratação: Ficam aquelas estabelecidas no item 26. e subitens do Anexo I – Termo de Referência,** as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

**26. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA**

26.1. É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto deste Termo de Referência, conforme justificativa apresentada neste instrumento.

26.2. A vedação à subcontratação do objeto justifica-se em razão da natureza integrada e contínua dos serviços a serem prestados, os quais envolvem a locação de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), bem como a prestação de serviços associados, tais como manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças, suporte técnico e garantia de funcionamento dos equipamentos.

26.3. A execução do objeto demanda elevado nível de controle operacional, padronização tecnológica e responsabilidade direta da contratada, de modo que a eventual subcontratação poderia comprometer a qualidade dos serviços, dificultar a gestão contratual e a fiscalização por parte da Administração, além de gerar riscos quanto à responsabilização por falhas na execução.

26.4. Ademais, a centralização da execução contratual em uma única empresa permite maior eficiência na prestação dos serviços, melhor gerenciamento dos níveis de serviço e maior celeridade na resolução de eventuais problemas, garantindo a continuidade das atividades da AGERO.

26.5. Dessa forma, a vedação à subcontratação mostra-se medida necessária e adequada para assegurar a boa execução contratual, não configurando restrição indevida à competitividade, mas sim providência voltada à proteção do interesse público.

(...)

8.7. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão de seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

8.9. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar **desclassificação** ou inabilitação.

**9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

9.1. Na forma do Art. 4º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

9.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

9.2.1. Declaração, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#);

9.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.2.3. A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual, previsto no inciso II, do caput do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado, bem como do regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§9º-A, 10 e 12, da mesma LC 123/06.

9.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

**9.4 Nos itens/lotes destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas aplica-se o Decreto Estadual n.º 21.675/2017, no que couber.**

## **10. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

10.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, quando convocado, a proposta de preço, conforme exigências do Edital.

10.2. O licitante deverá registrar sua proposta, no sistema eletrônico, observando os seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.

10.2.1. A licitante deverá preencher o campo "marca" apenas com a marca específica do produto que deseja ofertar, sob pena de ser desclassificada caso não esteja de acordo.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

10.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

10.7. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com os [itens 40. e 45. do Anexo I deste edital - Termo de Referência](#), que somente será pública após a fase de lances, conforme transcrevemos:

(...)

### **40. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

40.1. No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO**, desde que atendidas às especificações constantes deste termo.

40.2. A opção pelo julgamento em lote único encontra amparo no art. 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificada pela Administração. No presente certame, o agrupamento decorre da necessidade de uniformidade tecnológica, padronização de suporte e gestão centralizada, o que garante maior eficiência, continuidade dos serviços e economia de escala. Ademais, a Súmula nº 247 do TCU não veda o julgamento por lote único, mas admite sua adoção quando a divisão puder causar prejuízo ao conjunto ou perda da vantajosidade, exatamente o que se verificaria no caso concreto. Assim, inexistente restrição indevida à competitividade bem como o E.T.P. demonstrou, de forma inequívoca, as vantagens da opção adotada.

40.3. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO**, que possui os respectivos itens: 01, 02, 03, 04, 05 e 06, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado da contratação mais vantajosa para a Administração Pública, desde que atendidas às especificações constantes deste termo, com fulcro no art. 6º, inciso XLI, da Lei 14.133/21.

40.4. Pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de **MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO**.

40.5. Cada ITEM deverá estar discriminado em itens separados nas propostas de preços, de modo a permitir a identificação do seu preço individual na composição do preço global.

40.6. Deve o objeto da licitação ser dividido em itens de modo a ampliar a disputa entre os licitantes, bem como o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a preservação da economia de escala.

40.7. Na proposta deverão constar o preço total, expressos e moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguro, serviços, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer.

40.8. A pesquisa de mercado visando estimativa de preços será realizada em empresas que tenham em seu contrato social atividade compatível com o objeto deste Termo.

40.9. Considerando que o presente certame será realizado na modalidade Pregão, pelo critério de julgamento de menor preço por lote único, fica estabelecido que eventual contratação posterior de item específico constante do grupo de itens adjudicado estará condicionada à prévia pesquisa de mercado e à demonstração documental de que tal contratação representa efetiva vantagem para a Administração, nos termos do § 2º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

40.10. Para a comprovação da vantagem, deverão ser observados, no mínimo:



- I - o atendimento integral à necessidade pública originalmente identificada no planejamento da contratação;
- II - a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado à época da nova contratação; e
- III - a manutenção das condições qualitativas e quantitativas que justificaram a seleção inicial;
- IV - o descumprimento dessas exigências acarretará a nulidade da contratação específica, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

(...)

(...)

#### **45. Prazo de validade e condições da proposta**

45.1. As propostas apresentadas deverão ter validade mínima de 90 (**noventa**) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

45.2. As propostas deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à plena execução do objeto, incluindo, mas não se limitando a, fornecimento dos equipamentos, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças, suporte técnico e demais encargos necessários ao cumprimento integral das obrigações contratuais.

45.3. Não serão admitidas propostas que apresentem valores simbólicos, irrisórios ou incompatíveis com os preços praticados no mercado, cabendo à Administração a verificação da exequibilidade das propostas apresentadas.

(...)

### **11. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE**

11.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** de cada item.

11.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

a) 1% (um por cento), quando o item licitado possuir valor estimado acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

b) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

11.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexistente.

11.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **ABERTO**, conforme item 8.4 e 8.5. do Anexo I deste edital - Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

8.4. Diante da natureza da contratação de locação de equipamentos padronizados e do critério de **MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO**, optamos pela adoção do **MODO DE DISPUTA ABERTO** como forma mais eficiente e transparente para esta licitação.

8.5. O modo aberto permite ampla concorrência, incentiva a participação dos licitantes e assegura maior vantagem econômica para a Administração Pública.

(...)

11.8. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.

11.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei n.º 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.10. Persistindo o empate, será realizado SORTEIO ELETRÔNICO através do sistema ComprasGov, nos processos cadastrados a partir de 14/10/2024, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79.

11.11. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11.12. Nos itens/lotos destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos previstos no Decreto Estadual n.º 21.675/2017:

a) aplica-se o disposto neste subitem nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao menor preço;

b) a microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que poderá ser adjudicado o objeto em seu favor;

c) na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com

base na alínea "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea "a", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

e) quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro previstas no Decreto Estadual n.º 21.675/2017, a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação das margens de preferência.

## **12. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata e no item 7 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

12.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

12.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

12.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

12.3.1. Sob análise do (a) Pregoeiro (a), poderá ser convocada todas as licitantes, que estejam dentro do valor estimado para contratação, para que no prazo máximo de 02 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie a proposta adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

12.3.2. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov, a proposta atualizada com o preço ou desconto, sob pena de desclassificação.

12.3.3. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter: o valor devidamente atualizado do lance e/ ou da negociação ofertados, com a especificação completa do objeto, contendo marca/modelo/fabricante.

12.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

12.5. Quando houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do [artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

12.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

12.7. A PROPOSTA DE PREÇOS, inserida no sistema de Compras.gov.br deverá estar de acordo com o item 40. e 45. do Anexo I - Termo de Referência.

12.8. **As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

12.8.1 A SUPEL solicitará às empresas, cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a **10 (dez) dias**, após declarada habilitada, que façam a devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.

12.8.2. As propostas com prazo de vencimento superior ao mencionado no item 12.8.1., serão enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem a referida atualização temporal, para que se dê início ao procedimento homologatório.

12.8.2.1. Quando o processo for encaminhado para homologação juntamente com a proposta atualizada, cujo prazo de vencimento seja superior a 10 (dez) dias, ficará a cargo da SUPEL informar à Unidade o prazo em dias restante para o vencimento.

12.8.3. Decorrido o prazo de vencimento da proposta sem que a Unidade Gestora promova a homologação, a esta recai a responsabilidade de solicitar às licitantes a atualização.

12.8.4. O procedimento mencionado no item 12.8.1 será dispensado nos processos em que for certificada a necessidade de prioridade de tramitação, de modo que as propostas serão encaminhadas à Unidade Gestora para os atos de homologação, desde que dentro da validade, após finalizada a fase de habilitação.

12.9. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante na proposta, enviado pela licitante, e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, será considerado o registrado no Termo para fins de homologação.

## **13. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

13.1. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual n.º 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (Lei Federal n.º 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

13.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.

13.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedoros – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

13.4.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**13.5. O não atendimento às exigências desta fase, sem justificativa aceita pela Administração, poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no item 20. – Das Penalidades deste Edital.**

13.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

13.7 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.8. O Pregoeiro, após a aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de até 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de habilitação.

**13.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:**

13.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

13.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.11. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n.º 123, de 2006 e alterações.

13.12. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

13.12.1. A prorrogação do prazo previsto no subitem 13.11. poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.12.2. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 13.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

### **13.13. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

13.13.1. Os critérios de regularidade fiscal, social e trabalhista a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 18.4. e 18.6. do Anexo I deste Edital – Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

#### **18.4. Da regularidade fiscal**

**18.5.1.** A regularidade fiscal será comprovada mediante a apresentação dos documentos:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto. O licitante deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- f) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- g) Certidão de Regularidade de Débito - CND, relativa às Contribuições Sociais fornecida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

(...)

(...)

#### **18.6. Da regularidade Trabalhista**

- a) Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

(...)

### **13.14. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA**

13.14.1. Os critérios de habilitação jurídica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 18.2 do Anexo I deste Edital – Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

#### **18.2. Habilitação Jurídica**

- a) A Habilitação Jurídica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos, exigida conforme a natureza jurídica da contratada;
- b) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;
- d) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, podendo ser substituída por outro documento que comprove o atual enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, tendo em vista a desburocratização e simplificação da função administrativa do Estado;
- g) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- h) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023. (g.n)
- i) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.
- j) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

(...)

### **13.15. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

13.15.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 18.8. do Anexo I deste edital - Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

#### **18.8. Relativos à Qualificação Econômico-financeira**

18.10. A Qualificação Econômico-Financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

alin. Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.(g.n)

alin. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de 10% (dez por cento) do valor estimado do item/lote que o licitante estiver participando.

alin. No caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referências;

alin. Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

alin. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

alin. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

As regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

#### **18.11 Outras declarações**

art. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

inc. será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

§ Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, sob pena de desclassificação declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento conduta vigentes na data de entrega das propostas.

(...)

### **13.16. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

13.16.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 19. do Anexo I deste Edital – Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

#### **19.DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

19.1.A comprovação da capacidade técnica das licitantes será realizada mediante a apresentação da seguinte documentação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021:

#### **19.2.QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL**

19.2.1.Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a licitante executou, ou executa, serviços de locação de equipamentos de tecnologia da informação (TI) de natureza e complexidade compatíveis com o objeto desta licitação.

19.2.2.Para fins de comprovação da parcela de maior relevância e valor significativo do objeto, os atestados deverão observar os

seguintes requisitos mínimos:

19.2.3.Natureza do Serviço: Comprovação de experiência em locação de hardware (desktops, notebooks e/ou demais terminais de informática) incluindo serviços de manutenção (preventiva e corretiva) e suporte técnico.

19.2.4.Quantitativo Mínimo: Os atestados deverão demonstrar a execução de contratos envolvendo, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da quantidade total de dispositivos (desktops completos e notebooks) previstos neste Termo de Referência, o que corresponde ao quantitativo mínimo de 61 unidades  $(123 \text{ (total dos itens)} \div 2 = 61,5)$ .

19.2.5.Prazo de Execução: Os atestados deverão comprovar a prestação dos serviços por um período mínimo de 12 (doze) meses, em conformidade com o disposto no § 5º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza contínua do serviço de locação e suporte.

### **19.3.DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES**

19.3.1.Conforme inciso VI do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a licitante deverá apresentar declaração formal de que tomou conhecimento pleno de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

### **19.4.JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA**

19.4.1.Em estrita observância ao art. 45, inciso IV, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, registra-se que as exigências de qualificação técnico-operacional (atestados comprovando 50% do quantitativo de equipamentos) e econômico-financeira (Patrimônio Líquido mínimo) justificam-se pela complexidade logística e pelo risco operacional intrínsecos ao objeto.

19.4.2.O fornecimento, a locação e o suporte contínuo de um parque tecnológico distribuído tanto na sede quanto nos postos de fiscalização da AGERO demandam da futura Contratada robustez operacional e capacidade financeira imediata para a aquisição inicial dos bens e sustentação dos rigorosos Acordos de Nível de Serviço (SLA).

19.4.3.Tais exigências são proporcionais ao vulto da contratação e revelam-se indispensáveis para mitigar o risco de paralisação e descontinuidade dos serviços públicos de regulação e fiscalização no Estado.

### **19.5.DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS ATESTADOS**

19.5.1.Os atestados deverão conter a identificação do órgão ou empresa emitente, nome e cargo do signatário, e dados de contato para eventual diligência de verificação de autenticidade por parte da Administração, nos termos do art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021.

(...)

13.17. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.17.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

### **13.18. DAS DECLARAÇÕES:**

13.18.1. As licitantes deverão dispor as seguintes declarações:

- a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação;
- b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
- c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas previstos na CF/88, e demais legislações correlatas;
- d) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- e) Declaração, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#);
- f) Declaração, caso se enquadre, de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei n.º 14.133, de 2021;
- g) Outras declarações eventualmente exigidas no [Anexo I deste edital - Termo de Referência](#).

13.19. Não será necessária a juntada as documentações exigidas em meio eletrônico, pela plataforma Compras.gov, com os demais documentos de habilitação/proposta.

13.20. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

## **14. DO RECURSO**

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) após a fase de Julgamento e Habilitação, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.

14.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.

14.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

14.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá

reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

14.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## **15. DA HOMOLOGAÇÃO**

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei n.º 14.133, de 2021.

## **16. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO**

16.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

16.2. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

16.3. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

16.4. Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei n.º 14.133, de 2021.

## **17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

17.1. Ficam aquelas estabelecidas no item 29. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

### **29. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

29.1. A contratação com o fornecedor registrado, será formalizada por Contrato Administrativo, conforme o disposto no art. 89 da Lei 14.133/2021.

29.2. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato.

29.3. Para a fiel execução do serviço, obedecerá ao disposto na Lei n.º 14.133/2021, e demais dispositivos legais e dispostos no Decreto Nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

29.4. O prazo para entrega do objeto será com base no recebimento da Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço e/ou Nota de Empenho.

(...)

## **18. DA RESCISÃO CONTRATUAL**

18.1. Ficam aquelas estabelecidas no item 48. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

### **48. EXTINÇÃO/RESCISÃO CONTRATUAL**

48.1. A extinção do presente ajuste fundamenta-se nos preceitos dos artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ocorrer de forma antecipada sempre que se verificar o descumprimento das condições contratuais ou a superveniência de fatos que tornem o vínculo inexecutável ou desvantajoso para o interesse público.

#### **48.2. Das Formas de Extinção**

48.2.1. Nos termos do art. 138 da referida Lei, a extinção contratual poderá ser formalizada por meio de:

48.2.2. Ato Unilateral da Administração: Decorrente de prerrogativa estatal, motivada por inadimplemento do contratado ou por razões de conveniência e oportunidade administrativa.

48.2.3. Via Consensual: Por meio de acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, sempre que a extinção se mostrar a solução mais adequada ao interesse público em detrimento da continuidade do objeto.

48.2.4. Decisão Jurisdicional ou Arbitral: Resultado de processo judicial ou de mecanismos de resolução de conflitos previstos no contrato (arbitragem), especialmente quando houver resistência de uma das partes quanto à rescisão ou inadimplência da própria Administração.

#### **48.3. Das Hipóteses e Motivações**

48.3.1. Constituem motivos ensejadores da extinção contratual, conforme o art. 137, as seguintes situações:

48.3.2. Inadimplemento Técnico ou Temporal: O descumprimento total ou parcial de cláusulas, especificações técnicas, projetos ou prazos; a lentidão na execução que torne impossível a conclusão no prazo previsto; ou o atraso injustificado no início dos serviços.

48.3.3. Paralisação Injustificada: A interrupção da execução do contrato sem causa legítima ou prévia comunicação e aprovação da fiscalização.

48.3.4. Situação Jurídica do Contratado: A decretação de falência, a dissolução da sociedade, ou a ocorrência de modificação social ou estrutural que prejudique de forma relevante a capacidade de execução do ajuste.

48.3.5. Fatos Externos e Interesse Público: Razões de interesse público devidamente demonstradas em processo administrativo; a ocorrência de caso fortuito ou força maior; e o atraso superior a 2 (dois) meses nos pagamentos devidos pela Administração, ressalvadas as hipóteses legais de exceção (como guerra ou grave perturbação da ordem).

#### **48.4. Do Procedimento e das Consequências**

48.4.1. A extinção do contrato será obrigatoriamente precedida de processo administrativo em que se assegure o contraditório e a ampla defesa. Nos casos de extinção por culpa do contratado, a Administração poderá, com base no art. 140, reter os créditos decorrentes do ajuste para o ressarcimento de prejuízos e o pagamento de multas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação.

48.4.2. Quando a extinção ocorrer sem culpa do contratado (por interesse público ou força maior), este terá direito à devolução da garantia, aos pagamentos devidos pela execução até a data da extinção e ao ressarcimento dos custos de desmobilização, conforme disciplina o art. 139 da Lei nº 14.133/2021.

(...)

## 19. DO PAGAMENTO

19.1. Conforme estabelecido no item 17. e seus subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.

## 20. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

20.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal e sanções previstas no item 22. e subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência., conforme transcrevemos:

(...)

### 22.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1.Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156, da Lei n.º 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

22.2.Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicará à contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

22.3.A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada no prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados Distrito Federal e Municípios, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores dos Órgãos da Administração Pública e Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

22.4.A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua notificação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para ser inscrito na dívida ativa, podendo, ainda, a administração proceder à cobrança judicial da multa.

22.5.As multas previstas não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

22.6.Segundo a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

22.7.A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução do objeto deste Termo de Referência, nos casos previstos nos arts. 107, 108 e 111, da Lei n. 14.133/2021, deverá, até o vencimento do respectivo prazo, apresentar justificativa por escrito e digitalmente ao(à) Gestor(a) do Contrato no E-MAIL: [agerocompras@gmail.com](mailto:agerocompras@gmail.com), juntando documentos comprobatórios dos fatos alegados, ficando a critério da AGERO a sua aceitação.

22.8.A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

22.9.São exemplos de infrações administrativas penalizáveis, nos termos do art. 155 e 156, da Lei n.º 14.133/2021:

art. licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

inc. dar causa à inexecução parcial do contrato;

inc. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

inc. dar causa à inexecução total do contrato;

inc. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

inc. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

inc. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado no prazo de validade de sua proposta;

inc. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

inc. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

inc. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

inc. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

inc. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

inc. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

art. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

inc. advertência;

inc. multa;

inc. impedimento de licitar e contratar;

inc. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ Na aplicação das sanções serão considerados:

inc. a natureza e a gravidade da infração cometida;

inc. as peculiaridades do caso concreto;

inc. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

inc. os danos que dela provierem para a Administração Pública;



inc. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

inc. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

inc. quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

22.10. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

22.11. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa, conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, sem comunicação prévia à Contratante, a entrega do objeto, por cada solicitação (NE);	05	3,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
2	Cobrança por objeto não entregues;	02	0,4% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
3	Cobrança de valores em desacordo com o contrato;	02	0,4% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
4	Deixar de comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;	05	3,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
5	Cobrança por serviços não prestados e tarifas diferentes da contratada;	04	1,6% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
6	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência;	05	3,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato

Para os itens a seguir deixar de:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
07	Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária, por ocorrência;	02	0,4% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
08	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03	0,8% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
09	Deixar de indicar e/ou manter durante a execução do Contrato o Preposto previsto no Termo de Referência/Contrato;	01	0,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
10	Deixar de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação	01	3,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
11	Deixar de indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.	03	0,8% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
12	Deixar de efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;	05	3,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
13	Deixar de substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;	05	3,2% ao dia sobre o valor
14	Deixar de responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).	04	1,6% ao dia sobre o valor mensal do Contrato

\* As multas incidirão sobre a parcela inadimplida do contrato.



ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
11	Deixar de indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.	03	0,8% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
12	Deixar de efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;	05	3,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
13	Deixar de substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;	05	3,2% ao dia sobre o valor
14	Deixar de responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).	04	1,6% ao dia sobre o valor mensal do Contrato

22.12.As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis;

22.13.Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual;

22.14.As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei;

22.15.As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido;

22.16.A autoridade competente, na aplicação das sanções; levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade;

22.17.A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

22.18.Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com órgão contratante e de declaração de inidoneidade, previstas nos subitens anteriores, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente dessa licitação:

a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.19.As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

22.20.A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

22.21.Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

(...)

20.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

## 21. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Rondônia - AGERO, conforme estabelecido no item 16. do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

### 16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto deste instrumento, correrá por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da AGERO.

PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE DE RECURSO	NATUREZA DA DESPESA
04.122.1015.208723-0000	1.500.0.0001	33.90.39
04.122.2012.284601-0000	1.501.0.0001	
	1.703.0.0001	
	1.753.0.0001	

(,,)

## 22. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

22.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, a Ata de Registro de Preços será publicada na imprensa Oficial, momento em que terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

22.2. O limites global e individual para adesões a este Sistema de Registro de Preços será de, respectivamente, 50% conforme item 23.3.2. e seus subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.

22.3. O quantitativo mínimo para cada ordem de fornecimento a ser exarada pelos órgão gerenciador, participantes e não participantes será de 01 (uma) unidade por item, conforme subitem 7.3 do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.

22.4. A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

22.5. Os prazos de vigência dos eventuais contratos decorrentes do registro observarão os limites previstos no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

22.7. A ata de registro de preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão o Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Lei Federal nº 14.133/2021, e as demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

22.8. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

22.9. Nos termos do Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

22.10. - É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

22.11. Por ocasião da publicação da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

22.12. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

22.12.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

22.12.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

22.12.2.1. Aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação; e

22.12.2.2. Mantiverem sua proposta original.

22.13. Para o cadastro reserva disposto no item **22.12.2.** o (a) Pregoeiro (a) realizará as convocações no chat de mensagens durante o transcurso da sessão pública.

22.14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

22.15. O registro a que se refere o item **22.12.2.** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo detentor da ata.

22.16. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será conferida quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

22.17. O preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

22.17.1. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

22.18. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

22.18.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

22.18.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

22.18.3. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

## **23. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

23.1. O registro de preço de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando:

23.1.1. For atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;

23.1.2. O contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

23.1.3. O fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;

23.1.4. Estiverem presentes razões de interesse público; e

23.1.5. Restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

23.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.

23.3. O disposto no § 1º do art. 136 do Decreto 28.874/2024 poderá ser observado nas hipóteses de cancelamento do registro, sem prejuízo da prévia negociação para obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

## 24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.

24.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <https://rondonia.ro.gov.br/supel>.

24.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

24.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

24.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> <https://www.gov.br/compras/pt-br>

24.12. Fica o licitante incumbido de acompanhar todas as operações no sistema. Em caso de problemas técnicos/operacionais dentro da plataforma Compras.gov, deverá ser feita imediata manifestação pela empresa, direta e concomitantemente, à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL via telefone e/ou e-mail (ambos informados no resumo deste edital), sob pena de preclusão do direito de alegação em sede recursal.

24.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 1 (uma) hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

24.14. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

## 25. DOS ANEXOS

**25.1.** Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

**ANEXO I** - Termo de Referência Id. (73385963);

**ANEXO II**- Análise de Risco Id. (70088858);

**ANEXO III** - Modelo de Minuta de Contrato Id. (71805685);

**ANEXO IV** - SAMS Id. (69666972);

**ANEXO V** – Quadro Estimativo de Preços Id. (73133204);

**ANEXO VI** - Minuta da Ata de Registro de Preços e da Adesão à ata Id. (72428162).

Porto Velho-RO, data e horário do sistema.

**GABRIEL ALVES DA SILVA GAMA**

Portaria nº 134 de 27 de maio de 2026

Pregoeiro da Comissão de Tecnologia - COTEC

Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL|RO

Elaborado por:

**CRISTIAN FERREIRA CATACA**  
Comissão de Tecnologia- COTEC - SUPEL/RO  
Portaria nº 134 de 27 de maio de 2026

Revisado por:

**JULIE CAVALCANTE PINHEIRO**  
Comissão de Tecnologia- COTEC - SUPEL/RO  
Portaria nº 134 de 27 de maio de 2026



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Alves Da Silva Gama**, **Pregoeiro(a)**, em 18/06/2026, às 10:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Julie Cavalcante Pinheiro**, **Assessor(a)**, em 18/06/2026, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIAN FERREIRA CATACA**, **Assessor(a)**, em 18/06/2026, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **72404290** e o código CRC **79770134**.

**Referência:** Caso responda este Instrumento Convocatório, indicar expressamente o Processo nº 0001.001965/2025-76

SEI nº 72404290



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Rondônia - AGERO  
Gerência Administrativa - AGERO-GAD

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. IDENTIFICAÇÃO**

- 1.1. **Unidade Orçamentária:** Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Rondônia - AGERO  
1.2. **Unidade Solicitante:** Diretoria de Administração Finanças e Planejamento - DAFP

**2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL**

- 2.1. A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.
- 2.3. Em Observância ao disposto na Lei, elaboramos o presente Termo de Referência para que, através do procedimento legal e pertinente e aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações, e demais normas regulamentares estabelecidas neste edital e seus anexos.
- 2.5. O presente Termo de Referência está fundamentado na Lei n.º 14.133/2021, regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 82 da Lei n.º 14.133/2021 e no inciso XLI do artigo 6º da Lei n.º 14.133/2021, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns.

**3. PREVISÃO LOA 2026**

- 3.1. De acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, estão previstos os seguintes recursos e alocações para a execução das atividades pertinentes:

Descrição	Detalhes
Unidade Orçamentária	110026
Programa de Trabalho	04.122.1015.208723-0000 04.122.2012.284601-0000
Fontes de Recursos	1.500.0.0001 1.501.0.0001 1.703.0.0001 1.753.0.0001
Elemento de Despesa	33.90.39 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

- 3.2. Os recursos previstos visam assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços públicos, com foco na execução de contratos de prestação de serviços de natureza técnica e especializada, especialmente voltados para atender às demandas da Administração Pública no exercício de 2026.

- 3.3. A execução orçamentária deverá observar estritamente as diretrizes estabelecidas na LOA 2026, assegurando o cumprimento dos princípios da economicidade, eficiência e transparência na gestão dos recursos públicos.

**4. OBJETO**

- 4.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência, a formação de ATA de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em **LOCAÇÃO** de equipamentos de T.I.C., como **microcomputadores do tipo desktop e periféricos, monitores e notebooks** conforme condições, quantidades e especificações constantes neste

Termo de Referência, para atendimento das necessidades desta **Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Rondônia - AGERO**.

4.2. Todos os equipamentos deverão ser novos e de primeiro uso, deverão estar inclusos o software de gerenciamento de impressões, serviços de manutenção preventiva, corretiva, substituição de peças e demais componentes, para atender as necessidades da AGERO, pelo período de 12 (doze) meses prorrogáveis por igual período, até o limite previsto na Lei 14.133/2021.

## 5. OBJETIVO

5.1. Trata-se do objetivo da contratação em epígrafe, a substituição dos computadores utilizados pelos servidores lotados na AGERO, sendo aqueles, hodiernamente, tidos como antigos, com vícios e tecnologias ultrapassadas. Logo, pretende-se com a contratação, demasiada melhoria da eficiência da labuta, gerando ainda mais eficácia e efetividade, podendo os servidores conduzir os trabalhos de análises e fiscalizações de forma benéfica ao estado e aos contribuintes, vindo também a pretendida aquisição a atender as necessidades desta agência.

5.2. Garantindo desta forma, o acesso a equipamentos de tecnologia da informação necessários para o funcionamento adequado e eficiente dos órgãos e entidades públicas. A locação de computadores visa atender às demandas de infraestrutura tecnológica da administração, permitindo o processamento de dados, o armazenamento de informações e a comunicação interna e externa de forma segura e confiável.

## 6. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os bens descritos neste Termo de Referência, nos termos do Artigo 6, inciso XIII da Lei 14.133/2021, enquadram-se na classificação de bens comuns, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade segundo especificações usuais no mercado, adequando-se, assim, à modalidade de licitação Pregão, cuja forma, preferencialmente, deve ser a eletrônica segundo a Súmula 06/TCE-RO.

6.2. Destinando-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a AGERO devendo ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

## 7. INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente contratação será precedida de Registro de Preços, conforme disposto no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de registrar preços para futuras contratações de serviços de locação de equipamentos de T.I.C.

7.2. A AGERO autoriza os procedimentos para a publicação da Intenção de Registro de Preços - IRP, visando prospectar o interesse do mercado e subsidiar a futura licitação.

7.3. O quantitativo mínimo por Ordem de Serviço/Fornecimento será de 01 (uma) unidade por item, observada a necessidade administrativa da Contratante.

7.4. Não será adotado sistema de preços diferenciados, previsto no art. 82, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que os equipamentos e serviços objeto da contratação possuem especificações padronizadas, execução uniforme e mesmas condições operacionais, não havendo variação técnica ou logística apta a justificar diferenciação de preços entre os órgãos participantes.

## 8. MODO DE DISPUTA

8.1. A contratação do objeto deste Termo de Referência será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade de **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO**, visando o registro de preços, em sessão pública realizada por meio de sistema eletrônico.

8.2. Para a locação de equipamentos de TIC (microcomputadores, monitores e notebooks), o critério de julgamento mais apropriado é o menor preço, considerando o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa economicamente para a Administração, sem prejuízo da qualidade do serviço contratado.

8.3. Tendo em vista o disposto no art. 56, §1º, da Lei 14.133/2021, o modo de disputa fechado, isoladamente, não poderá ser adotado para o critério de menor preço. Portanto, os modos viáveis para esta licitação são:

- Modo Aberto: Lances públicos e sucessivos, que favorecem a competitividade entre os licitantes e a obtenção de melhor preço.
- Modo Aberto e Fechado: Caso haja interesse em garantir um lance final confidencial após uma disputa pública inicial, preservando a estratégia dos licitantes.

8.4. Diante da natureza da contratação de locação de equipamentos padronizados e do critério de **MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO**, optamos pela adoção do **MODO DE DISPUTA ABERTO** como forma mais eficiente e transparente para esta licitação.

8.5. O modo aberto permite ampla concorrência, incentiva a participação dos licitantes e assegura maior vantagem econômica para a Administração Pública.

	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - 339039		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
	<p style="text-align: center;"><b>COMPUTADOR DESKTOP COMPLETO</b></p> <p><b>1. DESEMPENHO:</b></p> <p>Atingir pontuação mínima de 45.000 pontos conforme lista de processadores no link <a href="http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php">http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php</a>;</p> <p>O equipamento testado deverá possuir todos os componentes e as mesmas características do equipamento ofertado no edital, sendo aceitos componentes e especificações superiores;</p> <p>Não serão admitidos configurações e ajustes que impliquem no funcionamento do equipamento fora as condições normais recomendadas pelo fabricante do equipamento ou dos componentes, tais como, alterações de frequência de clock (overclock), características de disco ou de memória, e drivers não recomendados pelo fabricante do equipamento.</p> <p>A licitante deverá declarar em sua proposta, a marca e modelo do processador ofertado, a ausência desta informação acarretará na desclassificação da proposta.</p> <p><b>2. PROCESSADOR:</b></p> <p>Arquitetura 64 bits, com extensões de virtualização e instruções SSE4.1;</p> <p>O processador deve possuir, no mínimo, 8 (oito) núcleos reais e suportar 16 (dezesseis) threads, ou superior. Deve possuir frequência base e turbo compatíveis com a arquitetura do processador, com frequência turbo mínima de 4 GHz;</p> <p>Possuir no mínimo 24 MB de cache;</p> <p>TDP máximo 180W;</p> <p>Sistema de dissipação de calor dimensionado para a perfeita refrigeração do processador, considerando que este esteja operando em sua capacidade máxima, pelo período de 8 horas diárias consecutivas, em ambiente não refrigerado;</p> <p><b>3. PLACA MÃE:</b></p> <p>Placa projetada pelo próprio fabricante do equipamento;</p>		

	<p>Placa gráfica dedicada;  <b>CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - 339039</b>  Deve possuir chip de segurança TPM integrada versão mínima 2.0, possibilitando a utilização de todos os recursos de segurança e criptografia, através de software desenvolvido ou homologado pelo fabricante ou em regime de OEM com gerenciamento remoto e centralizado;</p> <p>Deve suportar a utilização de 3 (três) monitores simultaneamente sem o uso de adaptadores ou extensores;</p> <p>Possuir ao menos 01 (um) Slot PCI Express x 16 de 3ª Geração e 01 (um) Slot PCI Express x 1 de 3ª Geração</p> <p>Possuir ao menos 02 (dois) SLOTS padrão M.2.</p> <p><b>3.1 BIOS:</b></p> <p>Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, e compatível com os padrões ACPI 2.0 ePlug-and-Play;</p> <p>Versão mais atual disponibilizada pelo fabricante;</p> <p>Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e Disco; Permitir a inserção de código de identificação do equipamento dentro do próprio BIOS (número do patrimônio e número de série). Não serão aceitos BIOS com programação via software;</p> <p>Suporte à tecnologia de previsão/contingenciamento de falhas de disco rígido S.M.A.R.T habilitada; BIOS desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou adaptações, ou ajustes ou customizações;</p> <p>Software embarcado no BIOS com Funções de diagnóstico de problemas, e gerenciamento com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Permitir o teste do equipamento, com independência do sistema operacional instalado, o software de diagnóstico deve ser capaz de ser executado (inicializado) a partir da UEFI (Unified Extensible Firmware Interface) ou do Firmware do equipamento através do acionamento de tecla função (F1...F12);</li> </ul> <p>O software de diagnóstico deverá ser capaz de informar, através de tela gráfica:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O fabricante e modelo do equipamento;</li> </ul> <p>processador;</p> <p>memória RAM;</p> <p>firmware do equipamento;</p> <p>capacidade do disco rígido.</p> <p><b>3.2 MEMÓRIA RAM:</b></p> <p>3.2.1. Memória mínima de 32GB, com possibilidade de expansão conforme necessidade.</p> <p><b>4. INTERFACES:</b></p> <p>4.1. Controladora de Rede integrada à placa mãe com velocidade de 10/100/1000 Mbits/s, padrões Ethernet, Fast-Ethernet e Gigabit Ethernet, auto sense, full-duplex, plug-and-play, configurável totalmente por software, com conector padrão RJ-45 e função Wake on-lan em funcionamento e suporte a múltiplas VLANs (802.1q e 802.1x). Não serão aceitas placas de redes externas (off board);</p>		
--	--	--	--



	<p>4.2. Interface de rede Wireless + Bluetooth 5.0 (Dual-band 2x2 MIMO), com MU-MIMO e antena interna;</p>		
	<p>4.3. No mínimo 08 (oito) portas USB, sendo pelo menos 04 (quatro) instaladas na parte frontal do gabinete sem a utilização de hubs, com pelo menos 01 (uma) porta sendo do Tipo-C;</p> <p>4.4. Pelo menos 02 (duas) das portas exigidas no item anterior deverão ser do tipo USB 3.2;</p> <p>4.5. Deverá possuir no mínimo 01 (uma) porta do tipo DisplayPort e outra HDMI;</p> <p>4.6. Conector de áudio do tipo combo.</p> <p><b>5. UNIDADE DE DISCO RÍGIDO:</b></p> <p>5.1. Unidade de estado sólido com tecnologia NVMe, slot M.2 e capacidade interna de, no mínimo, 512GB (quinhentos e doze gigabytes) ou superior;</p> <p>5.2. Suporte às tecnologias S.M.A.R.T (Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology) e NCQ (NativeCommand Queuing).</p> <p><b>6. CONTROLADORA DE VÍDEO:</b></p> <p>6.1. O equipamento deverá possuir placa de vídeo dedicada com no mínimo 02 (dois) GB de memória;</p> <p>6.2. A placa de vídeo ofertada deverá possuir 03 (três) saídas de vídeo digital do tipo display Port e/ou HDMI, compatíveis com o monitor ofertado sem a necessidade de uso de adaptadores.</p> <p><b>7. GABINETE:</b></p> <p>7.1. Do tipo small form factor;</p> <p>7.2. Conectores de som para saída na parte traseira do gabinete e com suporte para conexões de saída e microfone na parte frontal do gabinete, sendo aceito conector tipo combo;</p> <p>7.3. Botão liga/desliga e indicadores de atividade da unidade de disco rígido e do computador ligado(power-on) na parte frontal do gabinete;</p> <p>7.4. Deve permitir a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (memórias e placas de expansão PCIe) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), com exceção apenas para placas de expansão do tipo M.2, não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original. Não serão aceitos adaptadores em substituição aos parafusos previstos para o gabinete</p> <p>7.5. Acabamento interno composto de superfícies não cortantes;</p> <p>7.6. O gabinete deverá possuir um conector de encaixe para o cabo de segurança do tipo alça ou parafuso para inserção da trava de segurança sem adaptações;</p> <p>7.7. Entrada de ar frontal e saída de ar exclusivamente pela traseira;</p> <p>7.8. Sensor de intrusão capaz de gravar no BIOS logs de abertura, mesmo quando desconectado da rede elétrica.</p> <p><b>8. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA:</b></p> <p>8.1. Fonte de alimentação compatível com o equipamento, com certificação de eficiência energética reconhecida, tipo ATX ou BTX para</p>		

	corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC, 50-60 Hz, com ajuste automático, suficiente para suportar todos os dispositivos internos		
01	<p>na configuração máxima admitida pelo equipamento (placa principal, interfaces, discos, memórias e demais periféricos) e que implemente PFC (Power Factor Correction) ativo com eficiência 80 Plus ou equivalente.</p> <p><b>9. OUTROS REQUISITOS:</b></p> <p>9.1. Os equipamentos deverão ser novos e de primeiro uso;</p> <p>9.2. Deverá ser apresentado prospecto com as características técnicas de todos os componentes do equipamento, como placa mãe, processador, memória, interface de rede, disco rígido, mouse, teclado e vídeo, incluindo especificação de marca, modelo, e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e comprovem as configurações cotadas, possíveis expansões e upgrades, através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes. Serão aceitas cópias das especificações obtidas em sítios dos fabricantes na Internet, em que constem o respectivo endereço eletrônico;</p> <p>9.3. A escolha do material a ser apresentado fica a critério do proponente;</p> <p>9.4. Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas dos utilizados nos equipamentos enviados para homologação;</p> <p>9.5. As unidades do equipamento deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, que utilizem preferencialmente materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem;</p> <p>9.6. Possuir recurso disponibilizado via web, site do próprio fabricante (informar URL para comprovação), que permita verificar a garantia do equipamento através da inserção do seu número de série;</p> <p>9.7. Todos os componentes dos equipamentos devem ser do próprio fabricante ou estar em conformidade com a política de garantia do mesmo, não sendo permitida a integração de itens de terceiros que possam acarretar em perda parcial da garantia ou não realização da manutenção técnica pelo próprio fabricante quando solicitada;</p> <p>9.8. Apresentação obrigatória de publicações oficiais que venham a comprovar efetivamente o conjunto de especificações exigidas, sob pena de desclassificação na falta destas; 9.9. A licitante deverá apresentar todas as informações de forma detalhada em sua proposta a marca, modelo, configuração (processador, memória, placa de rede wireless, etc.) e periféricos do equipamento ofertado. A não apresentação dessas informações acarretará na desclassificação da proposta.</p> <p><b>10. Software, documentação e gerenciamento</b></p>	UNIDADE	39

	<p>10.1. Licença por unidade entregue, com todos os recursos para garantir atualizações de segurança gratuitas durante todo o prazo de garantia estabelecida pelo fornecedor de hardware, do sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional.</p>		
	<p>10.2. O sistema operacional deverá ser fornecido no idioma Português BR instalado e em pleno funcionamento, além da documentação técnica em português necessária à instalação e operação do equipamento;</p> <p>10.3. Deverá possuir, integrado à placa-mãe do computador (on-board), sem adaptações, subsistema de segurança TPM (trusted platform module) compatível com a norma TPM Specification Version 1.2 especificada pelo TCG (Trusted Computing Group). Deverá ser fornecido software que permite a implementação desta função com gerenciamento remoto e centralizado;</p> <p>10.4. Deverá ser fornecido instalado ou disponibilizar na Internet software do próprio fabricante ou homologado para o mesmo que permita a verificação e instalação das últimas atualizações de todas as ferramentas e drivers disponíveis pelo fabricante e do Sistema Operacional (Windows). Devendo ser capaz de monitorar o sistema, realizar diagnósticos, emitir alertas e ajudar a reparar erros do sistema, ajudando assim a manter a saúde e segurança do sistema</p> <p><b>11. Certificações e Compatibilidade:</b></p> <p>11.1 O equipamento ofertado deverá possuir compatibilidade homologada com distribuição Windows. A comprovação da compatibilidade será efetuada pela apresentação do documento Hardware Compatibility Test Report emitido especificamente para o modelo no sistema operacional ofertado, em <a href="https://docs.microsoft.com/en-us/windows-hardware/drivers/dashboard/windows-certifiedproducts">https://docs.microsoft.com/en-us/windows-hardware/drivers/dashboard/windows-certifiedproducts</a> list;</p> <p>11.2. O equipamento deve possuir Certificado Energy Star ou equivalente;</p> <p>11.3. Certificação de compatibilidade eletromagnética CE e de economia de energia EPEAT no mínimo na categoria Gold. A comprovação para a compatibilidade eletromagnética poderá ser realizada através de declaração de conformidade do fabricante do equipamento, desde que o fabricante possua laboratório acreditado pelo INMETRO ou acreditado por programa internacional de acreditação reconhecido pelo INMETRO.</p> <p><b>12. Garantia:</b></p> <p>12.1. O equipamento proposto deverá possuir garantia total da contratada durante a vigência do contrato;</p> <p>12.2. Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada, com o primeiro atendimento (podendo ser remoto) em até 24 horas e reposição de peças ou substituição do equipamento em até 07 (sete) dias úteis dentro do horário comercial, pelo período da vigência do contrato, expresso em edital;</p> <p>12.3. Deverá possuir central de atendimento para abertura de chamados, em regime de 24 horas durante 7 dias da semana.</p>		

	<p align="center"><b>TECLADO:</b> <b>CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - 339039</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Padrão AT do tipo estendido de 107 teclas, com todos os caracteres da língua portuguesa;</li> </ul>		
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Padrão ABNT-2 e conector compatível com a interface para teclado fornecida para o desktop.</li> <li>• <b>Garantia:</b></li> <li>• O equipamento proposto deverá possuir garantia total da contratada durante a vigência do contrato;</li> <li>• Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada, com o primeiro atendimento (podendo ser remoto) em até 24 horas e reposição de peças ou substituição do equipamento em até 07 (sete) dias úteis dentro do horário comercial, pelo período da vigência do contrato, expresso em edital;</li> <li>• Deverá possuir central de atendimento para abertura de chamados, em regime de 24 horas durante 7 dias da semana.</li> </ul> <p align="center"><b>MOUSE:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tecnologia óptica, de conformação ambidestra, com botões esquerdo, direito e central próprio para rolagem;</li> <li>• Resolução mínima de 1000 (mil) DPI ou superior, conector compatível com a interface para mouse fornecido para o desktop;</li> <li>• Mouse com fio sem o uso de adaptadores.</li> <li>• <b>Garantia:</b></li> <li>• O equipamento proposto deverá possuir garantia total da contratada durante a vigência do contrato;</li> <li>• Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada, com o primeiro atendimento (podendo ser remoto) em até 24 horas e reposição de peças ou substituição do equipamento em até 07 (sete) dias úteis dentro do horário comercial, pelo período da vigência do contrato, expresso em edital;</li> <li>• Deverá possuir central de atendimento para abertura de chamados, em regime de 24 horas durante 7 dias da semana.</li> </ul>		

	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - 339039		
02	<p><b>MONITORES - CATMAT: 483824</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O monitor ofertado deverá possuir Tela 100% IPS, tamanho mínimo de 23,8”, proporção 16:9, brilho de 250 nits, relação de contraste de 1.000:1;</li> <li>• Resolução FHD mínima de 1920x1080;</li> <li>• Conectores de Entrada: 01 (uma) entrada VGA, 01 (uma) entrada HDMI, 01 (uma) entrada DisplayPort, 01 (um) USB Tipo-B e 04 (quatro) USB-A 3.2 Gen 1;</li> <li>• Deverá possuir 01 (um) cabo VGA, 01 (um) cabo Displayport e HDMI e um cabo de alimentação;</li> <li>• Deve possuir Pixel Pitch máximo de 0,275 x 0,275 mm;</li> <li>• Controle digital de brilho e contraste. Regulagem de inclinação, altura (mínimo 150 mm), suporte giratório (mínimo 90°) e Pivot +/- 90;</li> <li>• Fonte de Alimentação para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/- 10%), 50- 60Hz, com ajuste automático;</li> <li>• Possuir entrada para cabo de segurança.</li> <li>• <b>Garantia:</b></li> <li>• O equipamento proposto deverá possuir garantia total da contratada durante a vigência do contrato;</li> <li>• Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada, com o primeiro atendimento (podendo ser remoto) em até 24 horas e reposição de peças ou substituição do equipamento em até 07 (sete) dias úteis dentro do horário comercial, pelo período da vigência do contrato, expresso em edital;</li> <li>• Deverá possuir central de atendimento para abertura de chamados, em regime de 24 horas durante 7 dias da semana.</li> </ul>	UNIDADE	78

	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - 339039		
05	<p><b>NOTEBOOK:</b></p> <p><b>Especificações Técnicas Mínimas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Tela LED Full HD (1920X1080), taxa de atualização mínima de 60 Hz, antirreflexo de, no mínimo, 15";</li> </ul> <p><b>1. Processador de 13ª Geração ou superior, deverá possuir:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Número de núcleos: 10; Número de threads: 12, Frequência de 5GHz (Turbo Max); Cache: 12 MB;</li> <li>Memória RAM Mínima: de 16GB, padrão DDR4 ou superior;</li> <li>Unidade de Armazenamento: SSD 512GB PCIe NVMe M.2;</li> <li>Teclado: Padrão ABNT2 (Português – Brasil);</li> <li>Cor: Preto carbono ou cinza;</li> <li>Placa de vídeo com memória gráfica compartilhada;</li> <li>Mouse Touchpad;</li> <li>Webcam HD (720P) integrada com microfone digital;</li> <li>Bateria integrada, original do fabricante e compatível com o equipamento, com duração mínima de 6h;</li> <li>Sistema Operacional Windows 11 Pro, de 64 bits, em Português (Brasil);</li> <li>Wi-Fi 6 + Bluetooth</li> <li>Com entrada e saída de áudio tipo combo;</li> <li>3 Portas USB sendo, pelo menos, uma 2.0 (tipo A), uma 3.2 (tipo A) e uma 3.2 (tipo C);</li> <li>1 Porta HDMI 1,4;</li> <li>1 Conector de energia;</li> <li>2 Alto-falantes de 2W;</li> <li>Possuir rede autorizada de assistência técnica em todo o Brasil.</li> </ul> <p><b>2. Garantia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O equipamento proposto deverá possuir garantia total da contratada durante a vigência do contrato;</li> <li>Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada, com o primeiro atendimento (podendo ser remoto) em até 24 horas e reposição de peças ou substituição do equipamento em até 07 (sete) dias úteis dentro do horário comercial, pelo período da vigência do contrato, expresso em edital;</li> <li>Deverá possuir central de atendimento para abertura de chamados, em regime de 24 horas durante 7 dias da semana.</li> </ul>	UNIDADE	11

IMPRESSORA A4 DE USO COMUM - LASER A4 MONOCROMÁTICA DE MÉDIO PORTE			
06	<p><b>Especificações técnicas Mínimas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Franquia: 2.000 (duas mil) impressões-cópias-digitalizações/mês;</b></li> <li>• Tecnologia da Impressão/Cópia/Digitalização: Laser – Monocromático;</li> <li>• Painel touch screen em idioma português ou simbologia universal;</li> <li>• Ciclo Mensal: No mínimo 50.000 PPM (páginas por mês);</li> <li>• Tamanhos de Papel: A4, carta, ofício; B5 (JIS), A5, A5 (Borda longa), A6, Executivo, Ofício.</li> <li>• Papeis suportados: Liso, fino, grosso, comum, reciclado, etiquetas, timbrado e envelope;</li> <li>• Bandeja de Entrada: No mínimo para 250 folhas de papel A4, carta, ofício;</li> <li>• Bandeja de Alimentação Manual: No mínimo 50 folhas;</li> <li>• Bandeja de Saída: No mínimo 100 folhas;</li> <li>• Impressão frente e verso (duplex);</li> <li>• Sistemas Operacionais: Windows 10 ou superior, Windows server 2012 ou superior e sistema operacional Mac;</li> <li>• Emulações (linguagens): PCL6; BR-Script3; IBM Proprinter XL; Epson FX-850; PDF versão 1.7; XPS versão 1.0; PCL 5; PCL 6 e Post Script 3;</li> <li>• Resolução de Impressão: Mínimo de 600 x 600 dpi;</li> <li>• Velocidade de Impressão: Mínimo 40 PPM (página por minuto) em papel A4;</li> <li>• Velocidade da reprografia: Mínimo 30 ppm (página por minuto) em papel A4;</li> <li>• Resolução da reprografia: No mínimo 600 x 600 dpi (pelo vidro de exposição e scanner) colorido;</li> <li>• Ampliação: 25 - 400%;</li> <li>• Possuir recurso de reprografia contínua;</li> <li>• Digitalização: No mínimo 600 x 600 dpi (pelo vidro de exposição e scanner) colorido;</li> <li>• Área de Digitalização no vidro de originais e alimentador: No mínimo de 216 x 356 mm (tamanho ofício);</li> <li>• Velocidade de digitalização: Mínimo 28 páginas/imagens por minuto em resolução de 300 dpi;</li> <li>• Alimentador automático (ADF) de, no mínimo, 50 folhas com leitura automática duplex de passagem única, frente e verso (digitalização contínua);</li> <li>• Possuir software de Reconhecimento Ótico de Caracteres já integrado/nativo/embarcado no</li> </ul>	UNIDADE	14



	próprio equipamento; <b>• CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - 339039</b> Impressão Segura;		
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Suporte para no mínimo JPG, PDF, PDF/A, PDF altamente compactado e PDF pesquisável;</li> <li>• Interface Ethernet 10/100/1000 Mbps com conector RJ – 45;</li> <li>• Alimentação: Tensão de alimentação de 127 ;</li> <li>• Compatibilidade com software de gerenciamento remoto de equipamentos e bilhetagem de impressões, através de rede. Compatível com Energy Star;</li> <li>• Manuais técnicos em português, fornecidos juntamente com cada uma das impressoras; Manuais de instalação e operação; Cabo USB;</li> <li>• Fornecimento de Suprimentos originais;</li> <li>• Eventualmente, caso o ambiente somente disponha de energia no padrão 220V, a contratada deverá fornecer o transformador compatível para o equipamento, às suas expensas;</li> <li>• <b>Garantia:</b></li> <li>• O equipamento proposto deverá possuir garantia total da contratada durante a vigência do contrato;</li> <li>• Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada, com o primeiro atendimento (podendo ser remoto) em até 24 horas e reposição de peças ou substituição do equipamento em até 07 (sete) dias úteis dentro do horário comercial, pelo período da vigência do contrato, expresso em edital;</li> <li>• Deverá possuir central de atendimento para abertura de chamados, em regime de 24 horas durante 7 dias da semana.</li> </ul>		

## 9.1. ESPECIFICAÇÕES GERAIS:

9.1.1. Os equipamentos deverão ser novos e de primeiro uso;

9.1.2. Deverão ser apresentados prospectos com características técnicas de todos os equipamentos e seus respectivos componentes e acessórios. No caso dos computadores, os prospectos deverão indicar placa mãe, processador, memória, interface de rede, disco rígido, mouse, teclado e vídeo, incluindo especificação de marca, modelo, e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e comprovem as configurações cotadas, possíveis expansões e upgrades, via certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes. Serão aceitas cópias das especificações obtidas em sites dos fabricantes na Internet, em que constem o respectivo endereço eletrônico;

9.1.3. A escolha do material a ser apresentado fica a critério do proponente;

9.1.4. Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas dos utilizados nos equipamentos enviados para homologação;

9.1.5. As unidades do equipamento deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, que utilizem preferencialmente materiais recicláveis, para garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem;

9.1.6. Todos os componentes dos equipamentos devem ser do próprio fabricante ou estar conforme a política de garantia do mesmo, não sendo permitida a integração de itens de terceiros;

9.1.7. A licitante deverá apresentar todas as informações detalhadamente em sua proposta a marca, modelo, configuração (processador, memória, garantia estendida, placa de rede wireless, etc.), periféricos e demais acessórios do equipamento ofertado. A não apresentação dessas informações acarretará desclassificação da proposta.

## 9.2. **SOFTWARE DE GESTÃO E BILHETAGEM:**

### 9.2.1. Características mínimas do software de bilhetagem

### 9.2.2. **Integração, Autenticação e Controle de Usuários**

9.2.2.1. O software de bilhetagem deverá possuir mecanismos de integração e autenticação com serviços de diretório corporativo (Active Directory ou LDAP), garantindo a identificação individualizada dos usuários e permitindo a contabilização precisa das impressões realizadas. Deverá permitir a criação de cotas por usuário ou departamento, com diferenciação entre monocromático e policromático.

9.2.2.2. O sistema deve permitir a aplicação de restrições de cor, obrigatoriedade de impressão em duplex e bloqueios por horário.

### 9.3. **Gerenciamento de Políticas de Impressão**

9.3.1. A solução deverá dispor de mecanismo destinado à definição e aplicação de políticas de impressão, permitindo configurar regras operacionais como permissões, limites, horários autorizados, bloqueios, restrições de cor e obrigatoriedade de duplex.

9.3.2. As políticas deverão ser aplicáveis por usuário, grupo, departamento, centro de custo, equipamento ou grupo de equipamentos, garantindo a padronização e a racionalização do ambiente.

### 9.4. **Liberação Segura e Fila Centralizada**

9.4.1. O sistema deverá oferecer função de Impressão Segura, permitindo a retenção dos trabalhos até a autenticação do usuário por senha, cartão de proximidade ou método equivalente. Deverá permitir que a liberação dos trabalhos seja realizada em qualquer equipamento habilitado da rede.

9.4.2. Em ambientes sem rede, o sistema deverá possibilitar autenticação via credenciais alternativas do sistema. A solução deverá ainda suportar fila centralizada, mantendo temporariamente os documentos enviados até que o usuário selecione o equipamento desejado, assegurando mobilidade e redução de desperdícios.

### 9.5. **Monitoramento Operacional de Equipamentos**

9.5.1. A solução deverá possuir mecanismo de comunicação capaz de detectar, identificar e notificar eventos e anomalias operacionais, tais como:

9.5.1.1. Indisponibilidade total ou parcial;

9.5.1.2. Falhas de componentes críticos;

9.5.1.3. Atolamentos de papel;

9.5.1.4. Níveis reduzidos de suprimentos;

9.5.1.5. Esgotamento de insumos;

9.5.1.6. Ausência ou insuficiência de papel.

9.5.2. Deverá realizar checagens de status dos equipamentos, leitura de níveis de consumíveis e monitoramento remoto das impressoras com interface de rede nativa, observando protocolos e políticas de segurança da CONTRATANTE.

### 9.6. **Gestão Centralizada e Administração do Sistema**

9.6.1. O portal administrativo deverá possibilitar o gerenciamento, atualização e controle dos serviços de monitoramento, com registro em log das ações realizadas. As atualizações dos módulos de controle deverão ocorrer de forma centralizada e automatizada, sem necessidade de intervenções locais.

9.6.2. O sistema deverá permitir visualização organizada da localização física e lógica dos equipamentos, bem como personalização de dashboards conforme o perfil do usuário (administrador, gestor, técnico), habilitando ou restringindo menus, indicadores e relatórios.

### 9.7. **Auditoria, Rastreamento e Armazenamento de Documentos**

9.7.1. O software deverá possuir mecanismo de auditoria e rastreabilidade capaz de armazenar compactadamente os documentos impressos, vinculando cada arquivo ao usuário responsável. Deverá registrar e disponibilizar informações completas de cada trabalho de impressão, incluindo:

9.7.1.1. Usuário;

9.7.1.2. Documento;

9.7.1.3. Data;

9.7.1.4. Hora;

9.7.1.5. Equipamento;

- 9.7.1.6. Modo de impressão;
- 9.7.1.7. Cor;
- 9.7.1.8. Formato;
- 9.7.1.9. Quantidade de páginas;
- 9.7.1.10. Qualidade; e
- 9.7.1.11. Custo individual.
- 9.7.2. O sistema deverá gerar registros detalhados de trabalhos retidos e não processados, com motivo e identificação completa.
- 9.8. **Gerenciamento de Cotas**
  - 9.8.1. A solução deverá dispor de módulo específico para gerenciamento de cotas, permitindo definir limites de impressão por usuário, setor, departamento ou grupo, contemplando diferenciação entre colorido e monocromático.
  - 9.8.2. O sistema deverá realizar contabilização automática, emitir alertas e aplicar bloqueios conforme as políticas definidas pela Administração.
- 9.9. **Relatórios, Exportação e Indicadores**
  - 9.9.1. O sistema deverá gerar relatórios analíticos por:
    - 9.9.1.1. Data;
    - 9.9.1.2. Tipo de impressão (monocromática ou colorida);
    - 9.9.1.3. Formato do papel (A4);
    - 9.9.1.4. Modo de impressão (simplex ou duplex);
    - 9.9.1.5. Usuário;
    - 9.9.1.6. Equipamento;
    - 9.9.1.7. Quantidade de páginas;
    - 9.9.1.8. Custo total e unitário.
  - 9.9.2. Deverá ainda:
    - 9.9.2.1. Emitir gráficos e resumos gerenciais;
    - 9.9.2.2. Permitir exportação dos dados em PDF;
    - 9.9.2.3. Ordenar relatórios por volume, custo ou ordem alfabética;
    - 9.9.2.4. Centralizar automaticamente informações de localidades remotas.
- 9.10. **Plataforma, Ambiente e Banco de Dados**
  - 9.10.1. A solução deverá operar em Windows 10, 11 ou superior e/ou Linux para estações de usuários, e Windows Server 2008 ou superiores, devendo ser compatível com navegadores suportados por esses sistemas operacionais.
  - 9.10.2. Os dados deverão ser armazenados em Banco de Dados Relacional fornecido no escopo da solução, acompanhado das licenças necessárias sem ônus para a CONTRATANTE.
- 9.11. **Captura de Contadores e Medição Mensal**
  - 9.11.1. A solução deverá permitir captura da contagem física das impressoras via rede, possibilitando confronto entre os contadores internos dos equipamentos e os dados registrados pelo sistema. A CONTRATADA deverá realizar a contabilização mensal das impressões e enviar planilhas de medição ao responsável técnico do contrato, acompanhadas da fatura de serviços.
- 9.12. **Padronização e Fornecedor Único**
  - 9.12.1. Todas as funcionalidades de bilhetagem, gestão, controle, políticas, auditoria e monitoramento deverão ser providas por solução integrada de um único fabricante ou provedor, garantindo coesão, interoperabilidade e padronização do ambiente.
- 9.13. **CERTIFICAÇÕES E COMPATIBILIDADE:**
  - 9.13.1. Desktop e Notebook: Os equipamentos ofertados deverão possuir compatibilidade homologada com distribuição Windows. A comprovação da compatibilidade será efetuada pela apresentação do documento Hardware Compatibility Test Report emitido especificamente para o modelo no sistema operacional ofertado, em <https://docs.microsoft.com/en-us/windowshardware/drivers/dashboard/windows-certified-products-list>;
  - 9.13.2. Desktop, monitor, notebook e impressora: Os equipamentos devem possuir Certificado Energy Star ou equivalente;

9.13.3. Desktop, monitor, notebook e impressora: Certificação de compatibilidade eletromagnética CE e de economia de energia EPEAT. A comprovação para a compatibilidade eletromagnética poderá ser realizada mediante declaração de conformidade do fabricante do equipamento, desde que o fabricante possua laboratório acreditado pelo INMETRO ou acreditado por programa internacional de acreditação reconhecido pelo INMETRO.

#### 9.14. GARANTIA:

9.14.1. O equipamento proposto deverá possuir garantia total da contratada durante todo o período de vigência do contrato;

9.14.2. Durante o prazo de garantia, será substituída, sem qualquer ônus pela contratante, a parte, a peça defeituosa ou o equipamento que venha a apresentar algum problema cuja solução ultrapasse o prazo previsto no ANS;

9.14.3. Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada, com o primeiro atendimento (podendo ser remoto) em até 2 horas e demais prazos conforme Acordo de Nível de Serviço. A eventual substituição de um equipamento tem prazo para solução de até 07 (sete) dias úteis durante a vigência do contrato;

9.14.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar sistema de Help Desk, próprio ou terceirizado, garantindo **multicanalidade** (portal web, aplicativo móvel, e-mail e/ou aplicativo de mensagens) para abertura de chamados e registro de ocorrências;

9.14.5. Os atendimentos ocorrerão em **dias úteis, durante o horário comercial** (08h às 18h), podendo ser ampliados em casos de chamados classificados como **urgentes** ou de interesse público relevante, mediante solicitação da Contratante

9.14.6. Nos casos classificados como **“Urgente”** ou **“Alta” severidade**, o atendimento será contínuo até a completa solução, independentemente do horário.

9.14.7. O não cumprimento dos prazos e parâmetros definidos sujeitará a Contratada à aplicação das penalidades contratuais, nos termos da legislação vigente e deste Termo de Referência.

### 10. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – PARÂMETROS MÍNIMOS DE ATENDIMENTO

Prioridade	Descrição	Tempo de Resposta	Tempo de Solução
1 – Urgente	Ocorrência que afete o ambiente, impedindo o uso do(s) equipamento(s).	2h	Até 6 horas
2 – Alta	Ocorrência que afete parcialmente as funcionalidades do equipamento, sem paralisação total.	2h	Até 8 horas
3 – Média	Ocorrência com impacto limitado, sem paralisação relevante.	2h	Até 12 horas
4 – Baixa	Chamados de caráter evolutivo (ex.: mudança de setor, ajustes de configuração).	2h	Até 24 horas

10.1. Caso se detecte a necessidade de substituição de algum equipamento, a contratada tem até 7 dias úteis para realizar a substituição.

10.2. O atendimento deverá seguir os níveis de criticidade abaixo, sob pena de aplicação de multa:

Prioridade	Descrição	Tempo de resposta	Tempo máximo de resolução	Multa por atraso
Urgente	Paralisação total do equipamento	Imediato	6h	0,5% por dia
Alta	Restrição parcial no funcionamento	Imediato	8h	0,4% por dia
Média	Impacto reduzido	Imediato	12h	0,3% por dia
Baixa	Manutenções evolutivas (ex: mudança de setor)	Imediato	24h	0,2% por dia

### 11. CATÁLOGO DE MATERIAIS (CATMAT)

#### 11.1. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

11.2. De acordo com as diretrizes da Superintendência de Licitações e com o objetivo de assegurar padronização e conformidade, o **objeto da contratação** é classificado conforme o **Catálogo de Materiais (CATMAT)** e o **Catálogo de Serviços (CATSER)**, disponíveis no **Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais (SIASG)**.

11.3. A classificação dos itens desta contratação é apresentada a seguir:

Descrição	Código CATMAT/CATSER
Locação de microcomputadores (desktop)	619125
Locação de monitores	483824

Descrição	Código CATMAT/CATSER
Locação de notebooks	619126
Locação de periféricos	Teclado: 451817 Mouse: 45752
Impressora Multifuncional Monocromática de Médio Porte	469167

11.4. Os itens foram consultados e classificados conforme os códigos disponíveis no **CATMAT** e **CATSER** no seguinte link: <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>.

11.5. A classificação do objeto foi adotada como referência no **Estudo Técnico Preliminar** e está devidamente especificada no **Termo de Referência (TR)**, com a inclusão do **código correspondente** de cada item.

11.6. A classificação do objeto por meio dos códigos **CATMAT** e **CATSER** proporciona: Segurança jurídica e padronização na definição do objeto, eficiência na pesquisa de mercado e formação de preço de referência, redução de distorções e ambiguidades na locação dos serviços e materiais, otimização dos procedimentos licitatórios e maior clareza para os agentes públicos e licitantes.

11.7. Dessa forma, a classificação dos itens no **CATMAT/CATSER** é indispensável para o sucesso do processo licitatório, garantindo que o objeto da contratação atenda às necessidades da Administração Pública, com conformidade e eficiência.

## 12. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

### 12.1. DO INTERESSE PÚBLICO

12.2. Primeiramente a Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, tem por finalidade controlar, fiscalizar, normatizar, padronizar, conceder, homologar e fixar tarifas dos serviços públicos delegados, permissionados ou autorizados e tarifados, em decorrência de norma legal ou regulamentar, disposição convencional ou contratual, ou por ato administrativo, pelo poder concedente dos serviços públicos nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, gás natural, petróleo e seus derivados, álcool combustível, saneamento, compreendidos o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a drenagem e o manejo de águas pluviais urbanas, a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos, comunicações, transporte intermunicipal de passageiros e terminais de cargas e passageiros, e outras atividades que caracterizem a prestação de serviços em regime de delegação.

12.3. Hodiernamente, a AGERO exerce dentre as suas funções as seguintes:

I - controlar, fiscalizar, normatizar, padronizar, conceder, homologar e fixar tarifas dos serviços públicos delegados, permissionados ou autorizados e tarifados, em decorrência de norma legal ou regulamentar, disposição convencional ou contratual, ou por ato administrativo, pelo poder concedente dos serviços públicos nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, gás natural, petróleo e seus derivados, álcool combustível, saneamento, compreendidos o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a drenagem e o manejo de águas pluviais urbanas, a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos, comunicações, transporte intermunicipal de passageiros e terminais de cargas e passageiros, e outras atividades que caracterizem a prestação de serviços em regime de delegação;

II - executar e fazer cumprir a legislação específica referente aos serviços concedidos, permitidos e autorizados, regulando a prestação e as metas estabelecidas, por meio da fixação de normas, recomendações e procedimentos técnicos;

III - regular economicamente os serviços públicos delegados, permissionados ou autorizados mediante o estabelecimento e ou a homologação das tarifas que reflitam o mercado e os custos reais dos serviços e, concomitantemente, incentivar os investimentos e propiciar a razoabilidade e modicidade das tarifas aos usuários;

IV - regular tecnicamente e controlar os padrões de qualidade, fazendo cumprir os critérios tecnológicos e normas qualitativas, conforme contratos de delegação, para garantir a continuidade, segurança e confiabilidade da prestação de serviços públicos delegados;

V - atender aos usuários, no recebimento, processamento e provimento de reclamações e sugestões relacionadas com a prestação de serviços públicos delegados;

VI - zelar pelo cumprimento da legislação, dos contratos de delegação de serviços públicos sob a sua competência regulatória, determinando diligências ao poder concedente e entidades reguladas e ou tarifadas e com amplo acesso a dados e informações desses contratantes ou convenientes;

VII - programar as diretrizes estabelecidas pelo poder concedente em relação à concessão de serviços sujeitos à sua competência;

VIII - dirimir, em âmbito administrativo, conflitos entre o poder concedente, as entidades reguladas e os usuários;

IX - fiscalizar os aspectos técnicos, econômicos, contábeis, financeiros e operacionais dos contratos

de delegação permitidos ou autorizados dos serviços públicos sob sua competência regulatória, aplicando sanções como multas e advertências quando houver o descumprimento da legislação;

X - incentivar a competitividade nos diversos setores sujeitos à sua regulação;

XI - prestar consultoria técnica referente aos contratos de serviços públicos delegados, mediante solicitação do poder concedente;

XII - fixar critérios para estabelecimento, ajuste, revisão e aprovação de tarifas dos serviços públicos delegados, permissionados ou autorizados sob sua competência, em consonância com as normas legais e pactuadas;

XIII - estabelecer procedimentos para a realização de audiências públicas, encaminhamento de reclamações, emissão de decisões administrativas e respectivos procedimentos conforme o regulamento; e

XIV - atuar na defesa e proteção dos direitos de usuários de serviços públicos, reprimindo infrações e arbitrando conflitos de interesse, articulados com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

12.4. Utilizando para a efetividade dessas, principalmente, os equipamentos de informática, dentre esses, os computadores (*desktop e monitores bem como seus periféricos*) e notebooks os quais necessitam de características específicas para labuta, uma vez que a agência emprega sistemas de informação, comunicação e criação de projetos de engenharia.

12.5. Ademais, deve ser considerado ainda que atualmente os computadores empregados pela AGERO são tidos como antigos e com tecnologias ultrapassadas, gerando assim dificuldades de utilização e atualização dos sistemas de informação e comunicação, bem como apresentam vícios em demasia, sendo necessária a tomada de medidas paliativas, tais como a mistura de peças ou diversas marcas em um único posto de trabalho, de modo que acarreta perda de eficiência dos equipamentos.

12.6. A contratação de empresa especializada em locação de computadores com as especificidades apresentadas nos itens acima é necessária para a melhoria da eficiência, eficácia e efetividade dos serviços executados pela AGERO, os computadores objeto desta solicitação contribuirão com o crescimento da produtividade dos servidores, haja vista a utilização de ferramentas adequadas e que não dificultam as labutas diárias.

### 13. JUSTIFICATIVA/MOTIVAÇÃO DA DESPESA

13.1. A decisão estratégica de envolver uma empresa especializada em locação de computadores, que atenda aos critérios detalhados acima, torna-se imperativa para a otimização da eficiência, eficácia e efetividade dos serviços executados pela AGERO. Esta escolha reflete um compromisso com a melhoria contínua e a excelência operacional, ao mesmo tempo, em que demonstra um uso inteligente e racional dos recursos disponíveis.

13.2. Ao alinhar-se com uma parceira especializada, a AGERO garante o acesso à expertise técnica e recursos de última geração, essenciais para atender às demandas dinâmicas e complexas do ambiente de trabalho. A expertise da empresa especializada não só assegura a disponibilidade de equipamentos adequados e atualizados, mas também oferece suporte técnico especializado e soluções personalizadas para atender às necessidades específicas da AGERO.

13.3. Além disso, ao externalizar a gestão de sua infraestrutura de TI para uma empresa especializada, a AGERO pode concentrar seus esforços e recursos internos em áreas centrais da sua gestão, maximizando sua eficiência operacional e permitindo uma melhor alocação de recursos humanos e financeiros. Essa abordagem não apenas simplifica a administração e a manutenção dos ativos de TI, mas também proporciona flexibilidade para adaptar-se rapidamente às mudanças no ambiente de trabalho e nas necessidades tecnológicas.

13.4. Consolidar esses itens em um **único grupo** proporciona uma abordagem mais coesa e completa na contratação dos serviços de locação de computadores, o que está em sintonia com nosso compromisso com a excelência e a constante melhoria dos processos organizacionais. Essa estratégia promove uma execução mais eficiente dos serviços, simplificando a coordenação de diversos aspectos envolvidos na locação de computadores, incluindo especificações técnicas, suporte técnico e atualizações de software, entre outros elementos.

13.5. Portanto, a contratação de uma empresa especializada em locação de computadores não é apenas uma medida operacional, mas sim uma decisão estratégica que contribui diretamente para o alcance dos objetivos organizacionais da AGERO, fortalecendo a execução das atividades a longo prazo.

13.6. A locação também garante o fornecimento e uso de equipamentos sempre novos e em pleno funcionamento. É comum no serviço público, quando não há a locação, o uso de equipamentos que já estão fora de linha, por não possuírem manutenção adequada por falta de peças pois descontinuados pelos fabricantes, gerando uma deficiência desse equipamento no setor em que era empregado.

13.7. A contratação dos serviços de locação vem suprir diversos desses problemas de forma rápida, eficiente e sem desperdícios de qualquer suprimento.

13.8. Deve-se levar em conta que, visando a economicidade dos procedimentos, torna-se mais vantajoso para o serviço público a locação dos equipamentos. Isto resulta em maior rapidez na execução de diversos serviços quando houver necessidade de manutenção preventiva ou corretiva, aquisição, guarda e aprovisionamentos de insumos. Isto

porque, em função da necessidade burocrática para a aquisição de insumos, não chega a ser incomum a falta desses materiais durante seu processo de aquisição ou, no outro extremo, o desperdício de insumos adquiridos em razão da quebra ou queima dos equipamentos que o utilizariam.

13.9. A locação também se reflete em economicidade quando se avalia o custo de aquisição do equipamento, já que não há aquisição dos bens, diminuindo o custo. Por consequência, a locação evita dois graves problemas e uma grande vantagem: não há falta nem desperdício de insumo, no caso das impressoras, por exemplo, já que a responsabilidade de aquisição e guarda desses materiais é da eventual CONTRATADA e, para os demais equipamentos, seria altíssimo o custo inicial de aquisição e respectivas manutenções. A locação garante a disponibilidade total dos equipamentos, em plenas condições de uso, durante todo o contrato.

13.10. Ademais, deve ser considerado ainda que atualmente os computadores empregados pela agência são tidos como antigos e com tecnologias ultrapassadas, gerando assim dificuldades de utilização e atualização dos sistemas de informação e comunicação, bem como apresentam vícios em demasia, sendo necessária a tomada de medidas paliativas, tais como a mistura de peças ou diversas marcas em um único posto de trabalho, exemplo: CPU HP, monitor DELL e teclado Lenovo, de modo que acarreta perda de eficiência dos equipamentos.

13.11. A locação dos computadores e materiais de informática com as especificidades apresentadas é necessária para a melhoria da eficiência, eficácia e efetividade dos serviços executados pela AGERO, ao passo que contribuirá com a substituição de máquinas antigas e com tecnologias ultrapassadas, outrossim, os computadores objeto desta solicitação contribuirão também com o crescimento da produtividade dos servidores, haja vista a utilização de ferramentas adequadas e que não dificultam a execução das atividades diárias.

#### 14. DOS QUANTITATIVOS PARA LOCAÇÃO IMEDIATA E REGISTRADOS

14.1. A Tabela abaixo apresenta a quantidade de equipamentos para locação imediata pretendida neste Termo de Referência, bem como a quantidade a ser registrada, já considerando a possibilidade de aumento na demanda de fiscalização e possibilidade de expansão das unidades da AGERO para municípios ainda não contemplados.

**TABELA – LOCAÇÃO**

Item	Descrição	QUANTIDADE IMEDIATA	QUANTIDADE REGISTRADA
01	<b>Microcomputador do tipo Desktop Completo</b> <b>Catálogo de Materiais (CATMAT):</b> <b>Microcomputador: 619125</b> <b>Teclado: 451817</b> <b>Mouse: 457752</b>	39	60
02	<b>Monitor</b> <b>Catálogo de Materiais: 483824</b>	78	90
03	<b>Notebook</b> <b>Catálogo de Materiais: 619126</b>	11	20
04	<b>Impressora Multifuncional Monocromática de Médio Porte</b> <b>Catálogo de Materiais: 469167</b>	14	35

14.2. Os quantitativos constantes neste Termo de Referência correspondem à quantidade estimada de equipamentos disponibilizados durante toda a vigência contratual de 12 (doze) meses.

14.3. O pagamento será realizado mensalmente, conforme efetiva disponibilização e execução dos serviços.

14.4. Para fins de cadastramento no sistema Compras.gov.br e formação do valor global estimado da contratação, considerar-se-á o valor anual correspondente a 12 (doze) meses de execução contratual.

#### 15. DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS/RECEBIMENTO

15.1. Todos os materiais e serviços de informática deverão ser entregues e executados em conformidade com os quantitativos e especificações constantes na Ordem de Serviço e no contrato firmado entre as partes, no horário de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 13h30.

15.2. A instalação dos equipamentos, bem como a execução dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e substituição de equipamentos, quando necessária, ocorrerão na sede administrativa da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Rondônia - AGERO e nos respectivos postos de fiscalização localizados no Estado de Rondônia, nos seguintes endereços:

Local	Endereço
Sede Administrativa	Rua João Pedro da Rocha, 2715 - Embratel - Porto Velho/RO
Rodoviária de Guajará-Mirim	Av. 15 de Novembro - Tamandaré, Guajará-Mirim - RO, 76850-000
Rodoviária de Nova Mamoré	Av. Manoel Fernandes, 1-105 - Cidade Nova, Nova Mamoré - RO, 76857-000



<b>Local</b>	<b>Endereço</b>
Sede Administrativa	Rua João Pedro da Rocha, 2715 - Embratel - Porto Velho/RO
Rodoviária de Porto Velho	Av. Gov. Jorge Teixeira, 1296 - Embratel, Porto Velho - RO, 78905-160
Rodoviária de Ariquemes	Av. Jamari, 1568-1836 - Áreas Especiais 01, Ariquemes - RO
Rodoviária de Machadinho D'Oeste	Av. São Paulo, 1044 - Machadinho D'Oeste, RO, 76868-000
Rodoviária de Jaru	Av. Dom Pedro I - St. 5, 2425, 'Jaru - RO, 76890-000
Rodoviária de Ouro Preto D'Oeste	R. Duque de Caxias, 1652 - Nova Ouro Preto, Ouro Preto do Oeste - RO, 76920-000
Rodoviário de Ji-Paraná	R. dos Mineiros, 293 - Urupá, Ji-Paraná - RO
Rodoviária de São Miguel do Guaporé	Av. Cap. Silvio, 2-24 - São Miguel do Guaporé, RO, 76932-000
Rodoviária de Rolim de Moura	Av. Maceió, 1710 - Centro, Rolim de Moura - RO, 76940-000
Rodoviária de Cacoal	Av. Interval José Brasil, 382 - Novo Cacoal, Cacoal - RO
Rodoviária de Pimenta Bueno	Av. Mal. Rondon, 1890 - Apidia, Pimenta Bueno - RO, 78984-000
Rodoviária de Vilhena	Av. Celso Mazutti, 4319-4575 - Jardim Eldorado, Vilhena - RO, 76980-000
Rodoviária de Cerejeiras	Av. das Nações - St. Industrial Cinco, Cerejeiras - RO, 76997-000

### 15.3. **Do Prazo da Entrega**

15.3.1. O objeto deverá ser entregue no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento da Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço.

### 15.4. **Das Condições de Recebimento**

15.4.1. O recebimento ocorrerá em duas etapas sucessivas:

#### 15.5. **O Recebimento Provisório**

15.6. No ato da entrega, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Termo de Referência, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 05 (cinco) dias;

15.7. O recebimento provisório será comprovado pelo carimbo de certificado apostado no verso da nota fiscal devidamente cancelado e identificado.

15.8. O recebimento provisório NÃO liquida a despesa e NÃO se presta para autorizar o pagamento dos materiais/bens.

#### 15.9. **O Recebimento Definitivo**

Art. 1º VII, da Lei 14.133/21), que consiste na verificação da qualidade, quantidade dos materiais/bens e de sua aceitação, será firmado por uma comissão de servidores, composta de no mínimo 3 (três) membros, que expedirá termo de recebimento definitivo, em prazo não superior a 15 (quinze) dias corridos.

15.10. Caso satisfatória as verificações anteriores, lavrar-se-á um Termo de Recebimento Definitivo.

15.11. Todos os produtos fornecidos devem ser novos e de primeiro uso.

15.12. Não serão aceitos bens que não atendam fielmente às especificações técnicas, exceto com configurações superiores e devidamente aprovados pela área técnica responsável.

15.13. Se a Contratada realizar a substituição, adequação e/ou reparos necessários dentro do prazo estipulado, adequando o objeto aos termos pactuados, será recebido provisoriamente e, após constatar a conformidade em face dos termos pactuados, em definitivo, no prazo de até 15 (quinze) dias, pelos agentes acima mencionados.

15.14. Não serão aceitos serviços que não atendam fielmente às especificações técnicas, exceto com configurações superiores e devidamente aprovados pela área técnica responsável.

15.15. Na hipótese de qualquer divergência aos termos pactuados, não ocorrerá o recebimento definitivo, sendo a Contratada notificada para, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação, proceder à regularização, sem ônus para o AGERO, observado a disposição do art. 119 da Lei n. 14.133/2021.

15.16. Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto deste Termo de Referência ou que, mesmo após concedido prazo para reparos, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral do Contrato, com base no que dispõe o art. 138, da Lei n.º 14.133/21, bem como a aplicação de penalidades, conforme o disposto no art. 92 da referida Lei, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

15.17. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO em face da eventual existência de vícios redibitórios.

15.18. Todos os serviços do objeto desta aquisição, deverão estar acompanhados de nota fiscal com o nome e caracterização clara e precisa destes. Deverá conter também o número da Nota de Empenho.

## 16. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto deste instrumento, correrá por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da AGERO.

PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE DE RECURSO	NATUREZA DA DESPESA
	1.500.0.0001	
04.122.1015.208723-0000	1.501.0.0001	
04.122.2012.284601-0000	1.703.0.0001	33.90.39
	1.753.0.0001	

**17. DO PAGAMENTO**

- 17.1. Com fulcro no art. 18, III, e art. 141 da Lei 14.133/21;
- 17.2. O pagamento será efetuado em até **15 (quinze) dias úteis**, contados da data final do período de adimplemento de cada parcela, mediante apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo setor competente, em conformidade com o art. 190 do Decreto Estadual nº 28.874/2024:
- 17.3. Nota fiscal;
- 17.4. Termo de Recebimento Definitivo do objeto;
- 17.5. Certidão Regularidade perante a Fazenda Federal (conforme PGFN/RFB Nº 1751, de 02/10/2014);
- 17.6. Certidão Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- 17.7. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- 17.8. Certificado de Regularidade do FGTS;
- 17.9. Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho - CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011, de 07/07/2011);
- 17.10. As Notas Fiscais/Faturas, devendo conter no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição do objeto, o número do empenho e o número da Conta Bancária da CONTRATADA, para depósito do pagamento;
- 17.11. Na hipótese das Notas Fiscais/Faturas apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a CONTRATANTE poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da CONTRATADA de reapresentar, para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, nestes casos a CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar uma análise e o respectivo pagamento no mesmo prazo estipulado no item 10.
- 17.12. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma será devolvida à Contratada para que proceda às devidas correções, ficando suspenso, o pagamento, até que se providenciem as medidas saneadoras.
- 17.13. Na ocorrência da hipótese constante no subitem anterior, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 17.14. A Administração não efetuará nenhum pagamento, diretamente a terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.
- 17.15. Na hipótese das Notas Fiscais/Faturas apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a Contratante poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da Contratada de reapresentar, para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, nestes casos a Contratante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar uma análise e o respectivo pagamento no mesmo prazo estipulado no item 11.

**18. DA HABILITAÇÃO**

18.1. Para fins de habilitação, previamente, a contratada deverá atender aos requisitos previstos no Artigo 62, relativamente à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico e financeira, e, à regularidade fiscal e trabalhista.

**18.2. Habilitação Jurídica**

- a) A Habilitação Jurídica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos, exigida conforme a natureza jurídica da contratada:
- b) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da

autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

d) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, podendo ser substituída por outro documento que comprove o atual enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, tendo em vista a desburocratização e simplificação da função administrativa do Estado;

g) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

h) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023. (g.n)

i) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

j) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

#### 18.4. **Da regularidade fiscal**

##### 18.5.1. A regularidade fiscal será comprovada mediante a apresentação dos documentos:

a) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

d) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto. O licitante deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

f) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

g) Certidão de Regularidade de Débito - CND, relativa às Contribuições Sociais fornecida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social Seguridade Social, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

#### 18.6. **Da regularidade Trabalhista**

a) Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

#### 18.7. **Do Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal**

a) A licitante deverá prestar declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho; de que não emprega menor de dezesseis anos, e se emprega ou não menor a partir dos 14 anos na condição de aprendiz.

#### 18.8. **Relativos à Qualificação Econômico-financeira**

##### 18.10. A Qualificação Econômico-Financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos: alin. Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do

licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.(g.n)

alin. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de 10% (dez por cento) do valor estimado do item/lote que o licitante estiver participando.

alin. No caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias;

alin. Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

alin. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

alin. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

As regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

#### 18.11. Outras declarações

art. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

inc. será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

§ Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, sob pena de desclassificação declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento conduta vigentes na data de entrega das propostas.

#### 18.12. Fundamentação Técnica – Qualificação Econômico-Financeira

18.12.1. A exigência de comprovação da **qualificação econômico-financeira** tem por objetivo assegurar que a futura contratada possua **capacidade econômico-patrimonial mínima** para executar integralmente o objeto licitado, mitigando riscos de inexecução contratual, paralisação de serviços ou fornecimento de bens em condições inferiores às especificadas.

18.12.2. Nos termos do **art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, a Administração Pública pode exigir documentos que demonstrem a boa situação financeira do licitante, observando critérios de razoabilidade e proporcionalidade, para prevenir prejuízos ao erário e garantir a fiel execução contratual.

18.12.3. A apresentação da **Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial** (Lei nº 11.101/2005) é imprescindível para atestar que a empresa não se encontra em situação jurídica de insolvência ou grave dificuldade econômico-financeira, o que poderia comprometer a execução do contrato.

18.12.4. O **balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício (DRE)** e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, ou o balanço de abertura (quando aplicável), permitem verificar **indicadores de liquidez, solvência e capitalização** da empresa, elementos essenciais para avaliar a sua robustez financeira. A exigência de **patrimônio líquido ou capital social mínimo de 10% do valor estimado do item/lote** (ou soma destes, conforme itens b.1 e b.2) fundamenta-se no **art. 69, §1º, da Lei nº 14.133/2021**, como medida proporcional para resguardar a execução contratual, garantindo que a empresa disponha de reservas financeiras compatíveis com as obrigações assumidas.

18.12.5. Esse percentual de 10% foi definido considerando-se:

I - o porte do objeto a ser contratado;

II - o impacto financeiro de eventuais atrasos ou inexecuções para a Administração;

III - a necessidade de evitar a participação de empresas sub capitalizadas, que possam oferecer preços inexequíveis ou que não possuam recursos para suportar oscilações de custos ao longo da execução contratual.

18.12.6. Além disso, a regra para empresas recém-constituídas (itens b.3 e b.4) harmoniza-se com o princípio da **ampla participação** previsto no **art. 5º da Lei nº 14.133/2021**, permitindo que novas empresas participem sem comprometer o rigor da análise econômico-financeira.

18.12.7. Portanto, tais requisitos não têm caráter restritivo desproporcional, mas visam **mitigar riscos operacionais e financeiros**, assegurar a **eficiência da contratação** e resguardar o **interesse público**, atendendo aos princípios da

**legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, isonomia, competitividade e motivação dos atos administrativos** (art. 5º e art. 67 da Lei nº 14.133/2021).

## **19. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

19.1. A comprovação da capacidade técnica das licitantes será realizada mediante a apresentação da seguinte documentação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021:

### **19.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL**

19.2.1. Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a licitante executou, ou executa, serviços de locação de equipamentos de tecnologia da informação (TI) de natureza e complexidade compatíveis com o objeto desta licitação.

19.2.2. Para fins de comprovação da parcela de maior relevância e valor significativo do objeto, os atestados deverão observar os seguintes requisitos mínimos:

19.2.3. Natureza do Serviço: Comprovação de experiência em locação de hardware (desktops, notebooks e/ou demais terminais de informática) incluindo serviços de manutenção (preventiva e corretiva) e suporte técnico.

19.2.4. Quantitativo Mínimo: Os atestados deverão demonstrar a execução de contratos envolvendo, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da quantidade total de dispositivos (desktops completos e notebooks) previstos neste Termo de Referência, o que corresponde ao quantitativo mínimo de 61 unidades ( $123 \text{ (total dos itens)} \div 2 = 61,5$ ).

19.2.5. Prazo de Execução: Os atestados deverão comprovar a prestação dos serviços por um período mínimo de 12 (doze) meses, em conformidade com o disposto no § 5º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza contínua do serviço de locação e suporte.

### **19.3. DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES**

19.3.1. Conforme inciso VI do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a licitante deverá apresentar declaração formal de que tomou conhecimento pleno de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

### **19.4. JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA**

19.4.1. Em estrita observância ao art. 45, inciso IV, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, registra-se que as exigências de qualificação técnico-operacional (atestados comprovando 50% do quantitativo de equipamentos) e econômico-financeira (Patrimônio Líquido mínimo) justificam-se pela complexidade logística e pelo risco operacional intrínsecos ao objeto.

19.4.2. O fornecimento, a locação e o suporte contínuo de um parque tecnológico distribuído tanto na sede quanto nos postos de fiscalização da AGERO demandam da futura Contratada robustez operacional e capacidade financeira imediata para a aquisição inicial dos bens e sustentação dos rigorosos Acordos de Nível de Serviço (SLA).

19.4.3. Tais exigências são proporcionais ao vulto da contratação e revelam-se indispensáveis para mitigar o risco de paralisação e descontinuidade dos serviços públicos de regulação e fiscalização no Estado.

### **19.5. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS ATESTADOS**

19.5.1. Os atestados deverão conter a identificação do órgão ou empresa emitente, nome e cargo do signatário, e dados de contato para eventual diligência de verificação de autenticidade por parte da Administração, nos termos do art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021.

## **20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

20.1. São obrigações da contratada, além daquelas exigidas em Lei 14.133/21:

20.2. A obrigação de aceitar supressões até 25% (vinte e cinco por cento) propostos pela Contratante, conforme previsto no art. 125, da Lei nº 14.133/21.

20.3. Entregar os produtos nos locais descritos no item 14 deste Termo de Referência, para o servidor nomeado para efetuar a conferência dos materiais no ato do recebimento;

20.4. Disponibilizar, a partir da assinatura do Contrato ou do recebimento da nota de Empenho, um canal de comunicação com a AGERO (endereço, telefone, endereço de e-mail, fax e nome do responsável para contato), a fim de colher as diretrizes e informações relativas à execução do objeto;

20.5. Informar à AGERO qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos solicitados;

20.6. Fornecer os bens de acordo com as especificações contidas no item 9 e seus subitens;

20.7. Arcar com as despesas com transporte, fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, que é de total responsabilidade da proponente;

20.8. Providenciar para que os entregadores se apresentem devidamente uniformizados e identificados com o nome da empresa;

- 20.9. Remover, substituir, após notificação formal, as mercadorias que estiverem em desacordo com as especificações deste instrumento ou que apresentarem vício de qualidade;
- 20.10. Comunicar a Contratante, através de justificativa circunstanciada formal, a ocorrência de qualquer evento que venha causar atrasos ou impedimentos que impeçam mesmo temporariamente de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução do Instrumento Contratual, total ou parcialmente, justificando o atraso, o que, em hipótese alguma eximirá a Contratada das obrigações assumidas, salvo caso fortuito ou força maior, devidamente caracterizados;
- 20.11. Responsabilizar-se, integralmente, por todos os tributos, taxas e contribuições (inclusive para fiscais), que direta ou indiretamente incidam ou vierem a incidir sobre a aquisição, inclusive com as despesas referentes a seguro e transporte, quando ocorrerem;
- 20.12. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à AGERO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento pela AGERO;
- 20.13. Arcar com as despesas de qualquer natureza, em todo caso de devolução ou extravio dos materiais;
- 20.14. Comprovar, sempre que solicitado pela Contratante, o recolhimento de todos os tributos e encargos sociais incidentes sobre o contratado, sendo que sua inobservância implicará em autuação de procedimento administrativo, assegurando o contraditório, não feita a regularização, serão aplicadas as penalidades previstas no termo de referência, e no contrato;
- 20.15. Manter as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação como condição para a execução do objeto, e, se for o caso, celebração do Instrumento Contratual;
- 20.16. Apresentar a Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 20.17. Apresentar a Declaração de Fato Superveniente.
- 20.18. Apresentar a Declaração de ME/EPP.
- 20.19. Apresentar a Declaração de Ciência do Edital.
- 20.20. Apresentar a Declaração de Menor.
- 20.21. Apresentar a Declaração Independente de Proposta.
- 20.22. Apresentar a Declaração de Acessibilidade.
- 20.23. Apresentar a Declaração de Cota de Aprendizagem.
- 20.24. Apresentar a Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.
- 20.25. Não divulgar informações a terceiros ou realizar publicidade acerca do objeto, salvo expressa autorização da AGERO;
- 20.26. A CONTRATANTE NÃO SE RESPONSABILIZARÁ por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos no Termo de Referência, E NÃO ACEITARÁ, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da empresa vencedora para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

## **21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 21.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.
- 21.2. Receber os pedidos de prorrogação de prazo, desde que solicitados antes do vencimento do prazo de entrega do objeto, devidamente justificados e com documentações que comprovem as causas de tais pedidos.
- 21.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes no termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 21.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 21.5. Receber e fiscalizar o objeto deste Termo de Referência, verificando sua correspondência com as especificações prescritas no Termo de Referência, atestando sua conformidade.
- 21.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.
- 21.7. Aplicar as sanções cabíveis previstas na legislação, em casos de irregularidades constatadas na execução do objeto deste instrumento.
- 21.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 21.9. Enviar as notas de empenho ou contrato, através de e-mail ou pessoalmente, conforme o caso, onde estará registrado o telefone utilizado, nome da empresa e o funcionário que efetuou o recebimento.

- 21.10. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa vencedora.
- 21.11. Notificar, por escrito, a empresa vencedora, acerca de quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos materiais.
- 21.12. Rejeitar os materiais, caso estejam em desacordo com as especificações mínimas definidas no Termo de Referência
- 21.13. A AGERO, após a retirada da nota de empenho ou contrato, compromete-se a:
- a) proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso dos funcionários da empresa vencedora às dependências da AGERO;
  - b) promover os pagamentos dentro do prazo estipulado; e
  - c) fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

## **22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 22.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156, da Lei n.º 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.
- 22.2. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicará à contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.
- 22.3. A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada no prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados Distrito Federal e Municípios, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores dos Órgãos da Administração Pública e Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.
- 22.4. A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua notificação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para ser inscrito na dívida ativa, podendo, ainda, a administração proceder à cobrança judicial da multa.
- 22.5. As multas previstas não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.
- 22.6. Segundo a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.
- 22.7. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução do objeto deste Termo de Referência, nos casos previstos nos arts. 107, 108 e 111, da Lei n. 14.133/2021, deverá, até o vencimento do respectivo prazo, apresentar justificativa por escrito e digitalmente ao(à) Gestor(a) do Contrato no E-MAIL: agerocompras@gmail.com, juntando documentos comprobatórios dos fatos alegados, ficando a critério da AGERO a sua aceitação.
- 22.8. A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.
- 22.9. São exemplos de infrações administrativas penalizáveis, nos termos do art. 155 e 156, da Lei n.º 14.133/2021:
- art. licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
  - inc. dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - inc. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - inc. dar causa à inexecução total do contrato;
  - inc. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - inc. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



inc. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado no prazo de validade de sua proposta;

inc. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

inc. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

inc. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

inc. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

inc. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

inc. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

art. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

inc. advertência;

inc. multa;

inc. impedimento de licitar e contratar;

inc. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ Na aplicação das sanções serão considerados:

inc. a natureza e a gravidade da infração cometida;

inc. as peculiaridades do caso concreto;

inc. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

inc. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

inc. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

inc. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

inc. quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de

reparação integral do dano causado à Administração Pública.

22.10. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

22.11. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa, conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, sem comunicação prévia à Contratante, a entrega do objeto, por cada solicitação (NE);	05	3,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
2	Cobrança por objeto não entregues;	02	0,4% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
3	Cobrança de valores em desacordo com o contrato;	02	0,4% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
4	Deixar de comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;	05	3,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
5	Cobrança por serviços não prestados e tarifas diferentes da contratada;	04	1,6% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
6	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência;	05	3,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato

Para os itens a seguir deixar de:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
07	Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária, por ocorrência;	02	0,4% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
08	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03	0,8% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
09	Deixar de indicar e/ou manter durante a execução do Contrato o Preposto previsto no Termo de Referência/Contrato;	01	0,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
10	Deixar de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação	01	3,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
11	Deixar de indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.	03	0,8% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
12	Deixar de efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;	05	3,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
13	Deixar de substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;	05	3,2% ao dia sobre o valo
14	Deixar de responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).	04	1,6% ao dia sobre o valor mensal do Contrato

\* As multas incidirão sobre a parcela inadimplida do contrato.

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
11	Deixar de indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.	03	0,8% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
12	Deixar de efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;	05	3,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
13	Deixar de substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;	05	3,2% ao dia sobre o valo
14	Deixar de responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).	04	1,6% ao dia sobre o valor mensal do Contrato

22.12. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis;

22.13. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual;

22.14. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei;

22.15. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido;

22.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções; levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade;

22.17. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

22.18. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com órgão contratante e de declaração de inidoneidade, previstas nos subitens anteriores, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente dessa licitação:

- a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.19. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

22.20. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

22.21. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

## 23. DO REGISTRO DE PREÇOS

### 23.1. DA JUSTIFICATIVA PARA REGISTRO DE PREÇOS

23.1.1. De acordo com o Decreto Estadual n.º 28.874/2024, o Registro de Preços - SRP para aquisição de bens ou contratação de obras ou serviços, inclusive de engenharia, pelos órgãos e entidades descritos no art. 1º do Decreto, obedecerá ao disposto:

art. Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:

- I - quando, pelas características do objeto, houver a necessidade de contratações sucessivas;
- II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços a serem remunerados por unidade de medida ou por meio de regime de tarefa;
- III - quando for conveniente a contratação de determinado objeto para atendimento a mais de um órgão ou entidade;
- IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Administração Estadual.

[...]

23.1.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços decorre da necessidade de contratações frequentes e eventuais, da dificuldade de precisar os quantitativos a serem utilizados pela AGERO/RO em decorrência de eventuais novas

contratações e novos servidores desta agência e ainda, objetiva evitar a imobilização desnecessária de recursos e o seu consequente desperdício. Permite assim que a Administração realize as suas contratações com racionalidade e de forma parcelada, com o devido respaldo no Decreto Federal n.º 28.874/2024 e Lei Federal n.º 14.133/21.

23.1.3. Por definição, o Sistema de Registro de Preços consiste no conjunto de procedimentos para o registro formal de preços para contratações futuras, sendo de especial utilidade na busca da eficiência na Administração Pública. Consta do ordenamento jurídico há vários anos, porém, sua implantação ocorreu efetivamente nos diversos órgãos após a criação da modalidade de licitação sob a forma de pregão presencial e pregão eletrônico. Tal modalidade agilizou o processo licitatório, e suas vantagens combinadas às do Sistema de Registro de Preços proporcionam a desburocratização de procedimentos, agilidade, celeridade, economia processual, bem como auxiliam no planejamento organizacional.

23.1.4. A adoção do SRP permite a evolução significativa da atividade de planejamento, motivando a cooperação entre as mais diversas áreas. De igual forma, pode trazer várias vantagens para a sistemática de contratação, muitas vezes tão complexa, pois, promove maior eficiência e flexibilidade na realização das despesas públicas.

Conforme o art. 6 inciso XLVI da lei 14.133/2021 a "*ata de registro de preços é um documento vinculativo e obrigacional, com características de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos ou às entidades participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas.*"

## 23.2. **DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

23.2.1. A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, será o órgão responsável pelos atos de administração, controle e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

## 23.3. **DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

23.3.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública estadual que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

23.3.2. A utilização de ata de registro de preços é conforme o Art. 124 do Decreto Estadual nº 28.874/24.

art. A utilização de ata de registro de preço por órgão não participante está sujeita à prévia autorização do órgão gerenciador.

§ A autorização do órgão gerenciador deverá levar em consideração a observância dos limites individual e global previstos neste decreto, além da necessidade de garantia da capacidade de fornecimento e observância da economia de escala.

§ O limite individual de cada órgão ou entidade não participante será de um aumento de 50% do quantitativo registrado, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

§ A garantia da capacidade de fornecimento deverá ser demonstrada por meio de expressa autorização do fornecedor ou prestador de serviço registrado na qual esteja consignada o compromisso de não descontinuar ou prejudicar a concretização do quantitativo registrado a despeito da adesão solicitada.

§ As solicitações de adesão deverão ser formalizadas por meio de requerimento específico instruído em processo administrativo próprio com os seguintes documentos:

inc. documento que ateste a equivalência do objeto registrado com a necessidade administrativa do órgão não participante;

inc. nota de reserva orçamentária do recurso necessário a fazer face à despesa decorrente da adesão;

inc. demonstração da vantajosidade dos preços registrados por meio da realização de pesquisa de mercado com amplitude e diversidade de fontes;

inc. autorização expressa do órgão gerenciador;

inc. autorização expressa do fornecedor ou prestador de serviço registrado nos moldes previstos no § 4º deste artigo.

§ A solicitação de adesão deverá estabelecer de forma clara o quantitativo do objeto que se pretende contratar, com base em técnicas estimativas que considerarão, quando possível, o histórico de consumo e a perspectiva de aumento ou redução da demanda.

§ Os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de Rondônia poderão aderir à Ata de Registro de Preços - ARP dos órgãos e entidades da União, dos Estados-Membros e do Distrito Federal, desde que os preços sejam compatíveis com os praticados no mercado e seja demonstrada a vantagem da adesão.

§ É vedada a adesão à Atas de Registro de Preços gerenciadas por Municípios.

## 23.4. **DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

23.4.1. A alteração da Ata de Registro de Preços deverá respeitar os dispostos nos arts. 132 a 135 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024 e os arts. 124 ao 136 da Lei Federal n.º 14.133/21.

23.4.2. Conforme o art. 132 do Decreto Estadual n.º 28.874/24, as eventuais alterações da ata de registro de preços não poderão acarretar aumento dos quantitativos registrados, inclusive, nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/21.

art. As eventuais alterações da ata de registro de preços não poderão acarretar aumento dos quantitativos registrados, inclusive, nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. Os eventuais contratos decorrentes do registro de preços poderão ser alterados de acordo com as diretrizes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observando-se, quanto aos acréscimos e supressões, a aplicação do limite legal relativo ao contrato individualmente considerado, e não à ata de registro de preços.

23.4.3. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

23.4.4. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

23.4.5. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, conforme o § 1º do art. 134 do Decreto Estadual n.º 28.874/24.

23.4.6. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

23.4.7. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, conforme o art. 135 do Decreto Estadual n.º 28.874/24 e deverá observar os seguintes requisitos:

art. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante requerimento devidamente instruído com a comprovação de fato superveniente que tenha ensejado a elevação dos preços que inviabilize o cumprimento das obrigações contidas na ata, desde que observados os seguintes requisitos:

inc. a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

inc. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

inc. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

§ A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

§ 2º Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

§ Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

§ Como alternativa à atualização prevista no parágrafo anterior, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de qualquer penalidade.

§ Liberado o fornecedor na forma do parágrafo anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado.

§ 7º Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

§ Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

## 23.5. **DA VIGÊNCIA DA ATA E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO**

23.6. Prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, conforme art. 84 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, contado a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

23.7. Poderá ser prorrogado, por período de 1 (um) ano, desde que comprovado o as seguintes condições:

- a) o preço seja comprovadamente mais vantajoso, conforme art. 84 da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- b) a possibilidade de renovação seja tratada na fase de planejamento da contratação (ETP);
- c) haja previsão expressa no edital e na ata de registro de preços;
- d) a prorrogação da ata de registro de preços ocorra dentro do prazo de sua vigência.

## 23.8. **DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

23.8.1. O cancelamento do Registro de Preços será conforme o Art. 136 do Decreto Estadual n.º 28.874/24.

art. O registro de preço de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando:

inc. for atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;

- inc. o contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;
  - inc. o fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;
  - inc. estiverem presentes razões de interesse público; e
  - inc. restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.
- § O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.
- § O disposto no § 3º do art. 139 poderá ser observado nas hipóteses de cancelamento do registro, sem prejuízo da prévia negociação para obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

## 24. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1. Nos termos do **art. 42, §1º, inciso VII, do Decreto Estadual nº 28.874/2024**, e em conformidade com os arts. **11, 89, 90, 92 e 117 da Lei nº 14.133/2021**, é obrigatória a inclusão, no Termo de Referência e no Edital, de cláusula que disponha expressamente sobre as **obrigações da detentora da Ata de Registro de Preços**, como condição para assegurar a regular execução contratual, a vantajosidade da contratação e a proteção do interesse público.

24.2. Assim, a empresa detentora da ata estará obrigada a:

I - **Cumprimento integral das condições da proposta** registrada, respeitando os preços, prazos, quantitativos e especificações técnicas constantes da ata e do contrato, durante todo o período de sua vigência (art. 92 da Lei nº 14.133/2021).

II - **Manutenção da exequibilidade da proposta**, garantindo que os preços praticados sejam compatíveis com o mercado e não comprometam a qualidade do objeto contratado, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação (art. 89 da Lei nº 14.133/2021).

III - **Entrega dos bens locados dentro dos prazos estipulados**, em estrita conformidade com as especificações técnicas do Termo de Referência, assegurando a adequada instalação, funcionamento e disponibilidade dos equipamentos (art. 90, § 1º, II, da Lei nº 14.133/2021).

IV - **Substituição imediata dos equipamentos defeituosos, inoperantes ou obsoletos**, sem ônus adicional para a Administração, de modo a evitar a paralisação dos serviços e garantir a continuidade administrativa (art. 92, § 2º, da Lei nº 14.133/2021).

V - **Disponibilização de suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva**, com fornecimento de peças, mão de obra especializada e insumos necessários, sempre sem custo adicional à Administração, durante toda a vigência do contrato (art. 42, §1º, VII, do Decreto nº 28.874/2024).

VI - **Fornecimento de softwares e licenças legais vinculados aos equipamentos**, devidamente atualizados e compatíveis com as normas de tecnologia da informação estabelecidas pela SETIC e pela Administração Pública estadual, assegurando regularidade jurídica e técnica (art. 11, VI, da Lei nº 14.133/2021).

VII - **Garantia de atendimento às normas ambientais, fiscais, previdenciárias e trabalhistas vigentes**, assumindo integral responsabilidade por eventual descumprimento e seus reflexos junto à Administração (art. 25 da Lei nº 14.133/2021).

VIII - **Colaboração plena com a fiscalização e a gestão contratual**, mediante apresentação de relatórios periódicos de execução, controle de chamados de suporte, comprovação de substituições e demais informações que forem solicitadas pelos gestores do contrato (arts. 117 e 169 da Lei nº 14.133/2021).

IX - **Atendimento imediato às requisições da Administração**, especialmente quanto a ajustes operacionais, recomposição de equipamentos e observância de prazos, de forma a resguardar o interesse público (art. 5º, III, da Lei nº 14.133/2021).

X - **Submissão às penalidades administrativas e sanções contratuais** em caso de descumprimento, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 28.874/2024, assegurado o devido processo legal.

24.3. A previsão detalhada dessas obrigações no Termo de Referência e no Edital atende ao princípio da **transparência e segurança jurídica**, possibilitando:

I - Maior clareza das responsabilidades assumidas pela contratada;

II - Instrumentalização da Administração para exigir o fiel cumprimento contratual;

III - Prevenção de litígios decorrentes de omissões ou interpretações divergentes;

IV - Garantia do **interesse público e da vantajosidade da contratação** (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

24.4. Dessa forma, o cumprimento do disposto no art. 42, §1º, inciso VII, do Decreto nº 28.874/2024 fortalece o

planejamento da contratação, assegurando que a detentora da ata atue em conformidade com os objetivos institucionais da AGERO e com a legislação aplicável.

## **25. DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS**

25.1. Considerando a necessidade de informar sobre a autorização ou não dos procedimentos para intenção de registro de preços- IRP, em atendimento ao disposto no artigo 117 do decreto estadual 28.874/24, vejamos:

art. Compete ao órgão gerenciador providenciar, previamente à publicação do edital, a publicação de intenção de registro de preços como forma de divulgar formalmente a pretensão de realização do certame com a adoção do SRP para possíveis órgãos ou entidades interessadas.

§ 1º A publicação da intenção de registro de preços deverá descrever o objeto pretendido com clareza suficiente para a compreensão dos potenciais interessados.

§ 2º A publicação da intenção de registro de preços poderá deixar de ocorrer, sempre de forma fundamentada, quando:

I - a natureza do objeto se relacionar exclusivamente ao órgão ou entidade responsável pelo certame;

II - excepcionalmente, se mostrar inviável a veiculação da intenção de registro de preços.

25.2. Desse modo fica autorizado ao órgão gerenciador a publicação de intenção de registro de preços como forma de divulgar formalmente a pretensão de realização do certame com a adoção do SRP para possíveis órgãos ou entidades interessadas.

## **26. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA**

26.1. É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto deste Termo de Referência, conforme justificativa apresentada neste instrumento.

26.2. A vedação à subcontratação do objeto justifica-se em razão da natureza integrada e contínua dos serviços a serem prestados, os quais envolvem a locação de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), bem como a prestação de serviços associados, tais como manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças, suporte técnico e garantia de funcionamento dos equipamentos.

26.3. A execução do objeto demanda elevado nível de controle operacional, padronização tecnológica e responsabilidade direta da contratada, de modo que a eventual subcontratação poderia comprometer a qualidade dos serviços, dificultar a gestão contratual e a fiscalização por parte da Administração, além de gerar riscos quanto à responsabilização por falhas na execução.

26.4. Ademais, a centralização da execução contratual em uma única empresa permite maior eficiência na prestação dos serviços, melhor gerenciamento dos níveis de serviço e maior celeridade na resolução de eventuais problemas, garantindo a continuidade das atividades da AGERO.

26.5. Dessa forma, a vedação à subcontratação mostra-se medida necessária e adequada para assegurar a boa execução contratual, não configurando restrição indevida à competitividade, mas sim providência voltada à proteção do interesse público.

## **27. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM FORMA DE CONSÓRCIO**

27.1. Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, pois:

27.2. O objeto da licitação não envolve alta complexidade técnica, sendo plenamente executável por empresas individuais;

27.3. Não há necessidade de parcelamento do objeto, eliminando a justificativa para a união de esforços;

27.4. A vedação promove competitividade, isonomia e simplificação na gestão do contrato;

27.5. Empresas individuais possuem capacidade técnica e operacional suficiente para atender integralmente ao objeto licitado.

## **28. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB FORMA DE COOPERATIVA**

28.1. Conforme disposto no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, é vedada a participação de empresas organizadas sob forma de cooperativa em licitações que tenham por objeto a contratação de serviços que envolvam fornecimento de mão de obra, salvo quando a atividade for permitida por legislação específica. No caso em análise, o objeto da licitação refere-se à **locação de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)**, tais como microcomputadores do tipo desktop, periféricos, monitores, notebooks e impressoras.

28.2. A vedação se justifica pelos seguintes motivos:

28.2.1. **Caracterização da natureza do objeto:** A locação de equipamentos de TIC trata-se de uma atividade predominantemente empresarial, que envolve a disponibilização, manutenção, suporte técnico e eventual substituição de equipamentos, exigindo estrutura organizacional voltada à gestão patrimonial e tecnológica. Esses serviços demandam uma expertise técnica e um conjunto de obrigações contratuais que não se alinham com o propósito e o modelo jurídico das cooperativas.

28.2.2. **Impossibilidade de configuração de prestação de serviços típicos de cooperativas:** Cooperativas são constituídas com o objetivo de prestar serviços ou realizar atividades voltadas ao benefício mútuo de seus cooperados, sendo sua atuação regulamentada por legislação específica, como a Lei nº 5.764/1971. Contudo, a locação de equipamentos de TIC não constitui atividade típica de cooperativas, por não estar relacionada à força de trabalho de



cooperados, mas sim à disponibilização de bens móveis e serviços acessórios de natureza empresarial.

28.2.3. **Risco à competitividade e à execução contratual:** Permitir a participação de cooperativas poderia trazer riscos à competitividade do certame e à execução contratual, considerando que tais entidades podem não possuir capacidade técnica, administrativa ou financeira para atender plenamente às especificidades do objeto licitado. Além disso, há o risco de configuração de concorrência desleal, uma vez que as cooperativas possuem tratamento tributário diferenciado, o que poderia comprometer a isonomia do processo licitatório.

28.2.4. **Finalidade do artigo 16 da Lei nº 14.133/2021:** O legislador, ao vedar a participação de cooperativas em licitações para fornecimento de mão de obra e outras atividades não permitidas, buscou garantir que as contratações públicas sejam realizadas por entidades que apresentem a estrutura adequada e compatível com o objeto contratual, além de resguardar a segurança jurídica e a eficiência na execução dos contratos administrativos.

28.3. Diante do exposto, considerando a natureza empresarial da locação de equipamentos de TIC, a ausência de previsão legal específica que permita a atuação de cooperativas nesse segmento e os riscos à competitividade e à execução contratual, entende-se fundamentada a vedação à participação de cooperativas na presente licitação.

## 29. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

29.1. A contratação com o fornecedor registrado, será formalizada por Contrato Administrativo, conforme o disposto no art. 89 da Lei 14.133/2021.

29.2. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato.

29.3. Para a fiel execução do serviço, obedecerá ao disposto na Lei n.º 14.133/2021, e demais dispositivos legais e dispostos no Decreto Nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

29.4. O prazo para entrega do objeto será com base no recebimento da Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço e/ou Nota de Empenho.

## 30. DA GARANTIA DO CONTRATO

30.1. Os serviços ofertados deverão atender aos dispositivos da Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinente.

30.2. Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá exigir a prestação de garantia para a execução do contrato, a ser apresentada pelo contratado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da assinatura do instrumento contratual.

30.3. A garantia, quando exigida, deverá corresponder a até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo alcançar até 10% (dez por cento) nos casos de contratos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica ou riscos financeiros consideráveis, conforme disposto no §1º do referido artigo.

30.4. As modalidades admitidas para prestação da garantia são:

- I - caução em dinheiro;
- II - seguro-garantia; ou
- III - fiança bancária.

30.5. A escolha da modalidade caberá ao contratado, devendo a garantia permanecer válida e eficaz durante toda a vigência contratual e ser renovada sempre que necessário para cobrir eventuais prorrogações.

30.6. A inexecução total ou parcial do contrato, o cometimento de infrações administrativas, ou o descumprimento da exigência de prestação e manutenção da garantia (quando exigida), ensejarão a extinção contratual, nos exatos termos dos arts. 137 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021. A extinção poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração (art. 138, inciso I), garantidos o contraditório e a ampla defesa, acarretando à Contratada as consequências e retenções previstas no art. 140 da referida Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

30.7. O não cumprimento da exigência de prestação da garantia, quando prevista, implicará a rescisão do contrato e a aplicação das penalidades cabíveis.

## 31. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

31.1. A presente contratação terá vigência por 12 (doze) meses, renovado por igual período, conforme art. 105 e seguintes da lei 14.133/21, até o prazo máximo disposto na lei, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

## 32. DO REAJUSTE

32.1. Nos termos do **art. 92, § 5º, da Lei nº 14.133/2021**, bem como do **art. 157 do Decreto Estadual nº 28.874/2024**, os valores contratados serão **fixos e irrevogáveis durante os primeiros 12 (doze) meses de vigência contratual**, contados a partir da assinatura do instrumento.

32.2. Após o transcurso desse período, será assegurado à contratada o **direito de reajuste contratual anual**, a ser

exercido de forma sucessiva e observado o mesmo intervalo mínimo de 12 (doze) meses, mediante:

- Utilização de **índice oficial de inflação** previamente estabelecido no edital e no contrato (a exemplo do IPCA/IBGE ou outro índice setorial adequado, conforme a natureza do objeto contratado);
- Aplicação da fórmula paramétrica definida no instrumento contratual, refletindo a variação dos custos de mercado;
- Observância do princípio do **equilíbrio econômico-financeiro do contrato**, previsto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e reiterado pelo art. 92 da Lei nº 14.133/2021;
- Formalização por meio de **apostilamento contratual**, devidamente instruído nos autos e comunicado à fiscalização e gestão do contrato.

32.3. O reajuste contratual tem por finalidade preservar a **equivalência entre a prestação e a contraprestação**, garantindo à Administração a continuidade da execução do objeto com economicidade e previsibilidade orçamentária, e à contratada a justa recomposição dos custos incorridos, em estrita conformidade com a legislação aplicável.

### 33. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

33.1. A AGERO, designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

33.2. A fiscalização de que trata o item anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

33.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

33.4. Havendo necessidade, será(ão) designado(s) servidor(es) ou comissão especial(ais) para o recebimento e/ou fiscalização do objeto.

### 34. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

34.1. É de total responsabilidade da CONTRATADA, o cumprimento das normas ambientais vigentes para a contratação do objeto deste instrumento, no que diz respeito à poluição ambiental e à destinação de resíduos, devendo a mesma:

34.2. Tomar as devidas precauções para que, da consecução dos serviços, não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;

34.3. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto deste instrumento;

34.4. Cumprir as orientações do Art. 6º, inciso I, Decreto Estadual n. 21.264/2016 e Art. 1º, II, da IN 05/2017/MPOG.

### 35. DA OBRIGAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE RESERVA LEGAL DE CARGOS

35.1. Em conformidade com os princípios da **isonomia, inclusão social e promoção da dignidade da pessoa humana**, previstos no art. 5º da **Lei nº 14.133/2021**, bem como com o disposto no **art. 34, inciso XII, do Decreto Estadual nº 28.874/2024**, deverá ser incluído no Termo de Referência e no contrato dispositivo que obrigue a empresa contratada a cumprir integralmente as exigências legais e regulamentares relativas à **reserva de cargos e oportunidades de trabalho**.

35.2. Assim, a contratada deverá observar, de forma expressa e durante toda a execução contratual, os seguintes requisitos:

I - **Reserva de vagas para pessoas com deficiência (PcD) e reabilitados da Previdência Social**

II - Cumprimento da obrigação prevista no **art. 93 da Lei nº 8.213/1991**, que determina a contratação de pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados, em percentual mínimo proporcional ao número total de empregados da empresa;

III - Apresentação de documentos comprobatórios, quando solicitado pela fiscalização, atestando o atendimento da cota legal.

IV - **Reserva de vagas para aprendizes**

V - Observância do disposto nos **arts. 428 a 433 da CLT** e no **art. 429 da CLT**, que estabelecem a obrigatoriedade de contratação de aprendizes em percentual mínimo de 5% e máximo de 15% dos

empregados existentes em funções que demandem formação profissional;

VI - Apresentação, sempre que exigido, de comprovação documental da contratação e regular registro dos aprendizes.

VII - **Manutenção da regularidade trabalhista e social**

VIII - Atendimento contínuo às exigências fiscais, trabalhistas e previdenciárias, conforme previsto no **art. 25 da Lei nº 14.133/2021**;

IX - Responsabilidade integral da contratada por eventual descumprimento, incluindo aplicação das sanções previstas nos **arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021** e no **art. 176 do Decreto Estadual nº 28.874/2024**, sem prejuízo de responsabilização nas esferas cível e trabalhista.

35.3. A inserção dessa cláusula no Termo de Referência e no contrato visa assegurar:

I - A efetiva **inclusão social e laboral** de pessoas com deficiência, reabilitados e aprendizes;

II - O cumprimento dos compromissos constitucionais e legais da Administração Pública com a **função social das contratações públicas** (art. 11, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021);

III - A criação de condições justas e igualitárias de participação no mercado de trabalho, em conformidade com as normas trabalhistas e previdenciárias vigentes.

### 36. **DA AVALIAÇÃO SOBRE A POSSIBILIDADE DE DEFINIÇÃO DE PREÇOS VARIÁVEIS**

36.1. Nos termos do **art. 82, inciso III, da Lei nº 14.133/2021**, a Administração deve avaliar a possibilidade de definir **preços variáveis conforme situações específicas descritas na legislação**, tais como prazos de execução, locais de entrega, quantidades demandadas e condições diferenciadas de fornecimento.

36.2. Embora não haja obrigatoriedade legal de estabelecer preços distintos para tais hipóteses, é **essencial que a Administração registre expressamente essa análise no Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e no Edital**, a fim de garantir:

a) a observância do princípio da **motivação dos atos administrativos**;

b) a preservação da **isonomia entre os licitantes**, evitando critérios subjetivos ou implícitos;

c) a proteção da **vantajosidade da contratação**, possibilitando soluções mais econômicas em cenários de variação significativa de demanda.

36.3. No presente caso, constatou-se que **não havia manifestação específica sobre a adoção ou não de preços variáveis** nos documentos inicialmente apresentados. Dessa forma, a AGERO, após análise técnica, manifesta-se nos seguintes termos:

a) A natureza do objeto — **locação de equipamentos de TIC** — sugere que os custos contratuais apresentam maior uniformidade, visto que envolvem disponibilização de bens padronizados, com manutenção e suporte técnico incluídos;

b) Contudo, reconhece-se que a **possibilidade de ampliação dos quantitativos** em razão de expansão institucional (ex.: novas unidades de fiscalização) poderia ensejar cenários de preços variáveis, especialmente se houver fornecimento em lotes adicionais ou em localidades distintas;

c) Diante disso, entende-se que **neste certame não será necessária a adoção de preços variáveis**, mantendo-se preços fixos por unidade de bem locado. Todavia, a presente manifestação cumpre a exigência legal de avaliação, garantindo a devida motivação e segurança jurídica do procedimento.

36.4. Assim, fica **sanada a omissão apontada**, restando registrado que a Administração, de forma consciente e fundamentada, opta por **não adotar preços variáveis** no presente procedimento, sem prejuízo de reavaliação futura em caso de alteração substancial do objeto ou de sua forma de execução.

### 37. **DA INAPLICABILIDADE DA RESERVA DE COTA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

37.1. Nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, é assegurada, nas contratações públicas, a aplicação do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), inclusive por meio da destinação de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado exclusivamente para esse segmento empresarial, desde que se trate de bens ou serviços de natureza divisível.

37.2. No entanto, **após análise técnica realizada no âmbito do Estudo Técnico Preliminar e demais documentos que instruem o presente processo administrativo, concluiu-se pela inviabilidade de aplicação da reserva de cota** no certame em questão. Tal decisão está motivada nos seguintes fundamentos:

37.2.1. **Indivisibilidade técnica e funcional do objeto** – O objeto da contratação refere-se à locação de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), tais como microcomputadores, notebooks, monitores e periféricos, incluindo serviços integrados de instalação, manutenção corretiva e preventiva, substituição de peças e suporte técnico contínuo. Trata-se, portanto, de solução tecnológica de natureza complexa e integrada, cuja execução parcial

comprometeria a padronização, o gerenciamento centralizado e a eficiência na operacionalização dos serviços.

37.2.2. **Requisitos técnicos e logísticos elevados** – A execução do objeto exige, comprovadamente, estrutura empresarial com ampla capacidade operacional, suporte técnico especializado, atendimento em prazo reduzido e fornecimento de equipamentos de alto desempenho com características técnicas homogêneas, elementos que, em sua maioria, extrapolam a capacidade de fornecimento isolado por microempresas ou empresas de pequeno porte.

37.2.3. **Ausência de viabilidade de execução compartilhada ou fracionada** – A segmentação do objeto licitado poderia ocasionar riscos à execução contratual, gerar conflitos de responsabilidade, comprometer o controle técnico, a uniformidade dos equipamentos e dificultar a gestão contratual, contrariando os princípios da eficiência e da economicidade.

37.2.4. **Inexistência de fornecedores habilitados como ME/EPP** – A pesquisa de mercado, anexada aos autos, não identificou fornecedores enquadrados como ME ou EPP com condições técnicas, econômicas e logísticas de atender aos requisitos mínimos exigidos para a execução do objeto, especialmente no tocante ao fornecimento simultâneo, manutenção padronizada e garantia integral dos equipamentos.

37.3. Dessa forma, a **Administração opta fundamentadamente pela não aplicação da reserva de cota prevista no art. 48, inciso III, da LC nº 123/2006**, nos termos do §3º do mesmo artigo, que admite exceção mediante justificativa técnica devidamente comprovada.

37.4. Ressalta-se, por fim, que tal decisão não prejudica a aplicação das demais prerrogativas legais asseguradas às ME e EPP previstas na legislação vigente, permanecendo garantido o tratamento diferenciado no que se refere aos prazos para regularização fiscal e demais benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

## 38. DA ESTIMATIVA DA DESPESA

38.1. A estimativa de custos para a presente contratação foi elaborada com base em levantamento de mercado levando em consideração o banco de preços e o processo anteriormente fracassado, considerando os quantitativos e especificações técnicas dos equipamentos descritos neste Termo de Referência.

38.2. O valor estimado da contratação contempla a locação mensal dos equipamentos de TIC, incluindo microcomputadores do tipo desktop, monitores, notebooks, impressoras e respectivos periféricos, bem como os serviços agregados de manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e substituição de peças.

38.3. Com base nos valores apurados, estima-se:

a) **Valor mensal estimado da locação dos equipamentos:** R\$ 69.573,15 (sessenta e nove mil quinhentos e setenta e três reais e quinze centavos), sabendo que nesses custos estão inclusos manutenção corretiva, preventiva e possíveis trocas de aparelhos na sede administrativa quanto ao longo do Estado, onde estão localizados os postos de fiscalização.

b) **Valor anual estimado da locação (12 meses):** R\$ 834.877,80 (oitocentos e trinta e quatro mil oitocentos e setenta e sete reais e oitenta centavos).

38.4. A opção pela locação viabiliza-se como a mais econômica e eficiente para a Administração. Para fins comparativos, o valor estimado para a aquisição imediata dos equipamentos perfaz R\$ 834.877,80 (oitocentos e trinta e quatro mil oitocentos e setenta e sete reais e oitenta centavos).

38.5. Contudo, ao projetar o Custo Total de Propriedade (TCO) para um período de 48 meses (2026-2030), incluindo a aquisição anual de insumos (R\$ 174.400,00), a contratação terceirizada de serviços de manutenção preventiva e corretiva, a aquisição de peças de reposição avulsas, o suporte técnico, e a acelerada depreciação mercadológica inerente aos bens de TIC, o custo com aquisição própria saltaria para R\$ 2.823.576,60 (dois milhões, oitocentos e vinte e três mil quinhentos e setenta e seis reais e sessenta centavos).

38.6. A locação mitiga o risco de obsolescência tecnológica, elimina gastos não programados com manutenção (que passam a ser ônus da Contratada) e garante a disponibilidade ininterrupta da infraestrutura.

38.7. Os valores apresentados têm caráter estimativo e servem como referência para a formação do preço máximo aceitável no certame licitatório, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, devendo a Administração buscar a proposta mais vantajosa, observados os princípios da economicidade, eficiência e competitividade.

38.8. Ressalta-se que os preços estimados consideram condições normais de mercado e poderão sofrer variações em função de fatores econômicos, tecnológicos e de disponibilidade dos equipamentos, devendo tais aspectos ser considerados na análise das propostas.

## 38.9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

38.9.1. Em atendimento ao art. 34, inciso V, do Decreto Estadual n. 28.874/2024, esta Agência de Regulação apresenta a **estimativa das quantidades a serem contratadas**, devidamente fundamentada e acompanhada de memória de cálculo com base em informações concretas, conforme levantamento realizado internamente pela Diretoria de Administração, Finanças e Planejamento (DAPF), considerando:

a) A quantidade de unidades organizacionais a serem atendidas (sede + 14 postos de fiscalização ativos);

- b) A média de usuários por setor e o número mínimo de equipamentos necessários para desempenho das funções administrativas e fiscalizatórias;
- c) A projeção de crescimento institucional nos próximos 12 meses, com expansão de unidades e reforço das atividades de campo;
- d) O uso compartilhado de equipamentos, em especial impressoras multifuncionais, conforme mapeamento da infraestrutura atual e modelo de rodízio entre equipes;
- e) O dimensionamento ideal da capacidade instalada, tendo em vista as limitações operacionais e orçamentárias.

38.9.2. Importa destacar que **nunca houve contratação similar nesta AGERO para locação de equipamentos de TIC**, tratando-se, portanto, de uma demanda inédita. A ausência de histórico comparativo exigiu abordagem técnica baseada em parâmetros de dimensionamento compatíveis com o porte institucional, em especial quanto à previsão de estações de trabalho, demanda média de impressão e reserva técnica mínima para substituições.

38.9.3. A decisão pela locação também decorre da **inexistência de equipe técnica suficiente e qualificada para suporte contínuo de manutenção preventiva e corretiva**, o que reforça a necessidade de contratar empresa especializada, com responsabilidade integral sobre o ciclo de vida útil dos equipamentos.

38.9.4. A planilha de estimativa de quantidades segue anexa a este Estudo Técnico Preliminar, indicando os seguintes quantitativos aproximados, conforme planejamento atual:

Item	Equipamento	Quantidade Imediata	Quantidade Registrada
01	Computadores desktop com periféricos	39	60
02	Monitores	78	90
03	Notebooks	11	20
04	Impressoras multifuncionais monocromáticas	14	35

#### 38.10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, COM OS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOCUMENTOS DE SUPORTE

38.10.1. Nos termos do art. 34, inciso VII, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, a **estimativa do valor da contratação** foi construída com base em **pesquisa de mercado atualizada**, conforme exigido pelo § 1º do mesmo dispositivo legal. Foram consideradas três fontes de preços distintos, incluindo fornecedores locais, regionais e plataformas públicas de referência, tais como o **Painel de Preços do Governo Federal** e registros de atas vigentes.

38.10.2. A estimativa leva em conta:

- a) Preço unitário de mercado por tipo de equipamento;
- b) Custo de insumos e manutenção embutido na locação;
- c) Garantia, atualização tecnológica e suporte técnico contínuo prestado pela contratada;
- d) Parcelamento mensal da contratação, com valor fixo por equipamento entregue e ativo;
- e) Escalonamento da entrega por lotes, conforme necessidade da AGERO.

38.10.3. A tabela a seguir resume os valores estimados de aquisição imediata, a qual foi utilizada como **referência comparativa de vantajosidade econômica** para justificar a opção pela locação:

Item	Equipamento	Valor Unitário Estimado	Total (Aquis. Imediata)	(Aq
01	Computador desktop com periféricos	R\$ 498,18	R\$ 19.429,02	1
02	Monitor	R\$ 176,60	R\$ 13.774,80	1
03	Notebook	R\$ 443,34	R\$ 4.876,74	
04	Impressora multifuncional monocromática	R\$ 426,33	R\$ 5.968,62	1
<b>Total estimado para aquisição</b>			<b>R\$ 44.049,18</b>	<b>1</b>

38.11. Considerando, ainda, o custo estimado anual com insumos (R\$ 174.400,00), somado ao custo de manutenção técnica e depreciação para o período de 48 meses, o custo total projetado com aquisição supera significativamente o custo da locação proposto no presente ETP.

38.12. As memórias de cálculo detalhadas, planilhas de quantidades e pesquisas de preços encontram-se anexas e integram o Estudo Técnico Preliminar, conforme exigência do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

#### 39. DA POSSIBILIDADE DE O LICITANTE OFERECER PROPOSTA EM QUANTITATIVO INFERIOR AO MÁXIMO PREVISTO

39.1. Nos termos do **art. 82, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021**, deve ser assegurada no Termo de Referência e no Edital a possibilidade de que o licitante apresente proposta em **quantitativo inferior ao máximo previsto** no instrumento convocatório, obrigando-se, contudo, **a atender integralmente os limites da quantidade por ele ofertada**.

39.2. Tal disposição tem como finalidade:

- a) Ampliar a **competitividade do certame**, permitindo a participação de fornecedores de menor porte que, eventualmente, não possuam capacidade operacional para atender a totalidade da demanda prevista;
- b) Garantir a **isonomia entre os licitantes**, sem restringir o mercado apenas a grandes fornecedores;
- c) Assegurar a **vantajosidade da contratação**, pois mesmo em propostas de quantitativo reduzido, a Administração poderá usufruir de preços mais competitivos e adequados ao interesse público.

39.3. No presente procedimento, considerando os quantitativos máximos estabelecidos no Termo de Referência (**39 computadores desktop, 78 monitores, 11 notebooks e 14 impressoras multifuncionais monocromáticas**), deverá ser incluída cláusula expressa estabelecendo que o licitante poderá ofertar proposta em quantitativo inferior, desde que:

- a) Respeite os quantitativos mínimos definidos no edital para cada item, a fim de evitar fracionamento antieconômico;
- b) Se obrigue contratualmente a atender **integralmente os quantitativos por ele ofertados**, não podendo posteriormente recusar-se a cumprir a entrega dentro do limite proposto;
- c) A proposta esteja em conformidade com as demais condições do edital e do Termo de Referência, especialmente quanto a prazos, garantias e qualidade mínima exigida.

39.4. Dessa forma, a inserção dessa cláusula garante que o procedimento licitatório esteja em plena conformidade com o **art. 82, IV, da Lei nº 14.133/2021**, além de assegurar maior **eficiência, competitividade e segurança jurídica** à contratação.

#### 40. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

40.1. No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO**, desde que atendidas às especificações constantes deste termo.

40.2. A opção pelo julgamento em lote único encontra amparo no art. 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificada pela Administração. No presente certame, o agrupamento decorre da necessidade de uniformidade tecnológica, padronização de suporte e gestão centralizada, o que garante maior eficiência, continuidade dos serviços e economia de escala. Ademais, a Súmula nº 247 do TCU não veda o julgamento por lote único, mas admite sua adoção quando a divisão puder causar prejuízo ao conjunto ou perda da vantajosidade, exatamente o que se verificaria no caso concreto. Assim, inexistente restrição indevida à competitividade bem como o E.T.P. demonstrou, de forma inequívoca, as vantagens da opção adotada.

40.3. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO**, que possui os respectivos itens: 01, 02, 03, 04, 05 e 06, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado da contratação mais vantajosa para a Administração Pública, desde que atendidas às especificações constantes deste termo, com fulcro no art. 6º, inciso XLI, da Lei 14.133/21.

40.4. Pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de **MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO**.

40.5. Cada ITEM deverá estar discriminado em itens separados nas propostas de preços, de modo a permitir a identificação do seu preço individual na composição do preço global.

40.6. Deve o objeto da licitação ser dividido em itens de modo a ampliar a disputa entre os licitantes, bem como o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a preservação da economia de escala.

40.7. Na proposta deverão constar o preço total, expressos e moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguro, serviços, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer.

40.8. A pesquisa de mercado visando estimativa de preços será realizada em empresas que tenham em seu contrato social atividade compatível com o objeto deste Termo.

40.9. Considerando que o presente certame será realizado na modalidade Pregão, pelo critério de julgamento de menor preço por lote único, fica estabelecido que eventual contratação posterior de item específico constante do grupo de itens adjudicado estará condicionada à prévia pesquisa de mercado e à demonstração documental de que tal contratação representa efetiva vantagem para a Administração, nos termos do § 2º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

40.10. Para a comprovação da vantagem, deverão ser observados, no mínimo:

- I - o atendimento integral à necessidade pública originalmente identificada no planejamento da contratação;
- II - a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado à época da nova contratação; e
- III - a manutenção das condições qualitativas e quantitativas que justificaram a seleção inicial;
- IV - o descumprimento dessas exigências acarretará a nulidade da contratação específica, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

#### 41. **DA DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

41.1. Em conformidade com o disposto no inciso XXX do art. 42 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, e considerando o art. 23, §3º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração estabelece que, para a presente contratação, não será exigida a apresentação da planilha detalhada de composição de custos e formação de preços, com discriminação de itens, insumos, serviços, custos unitários, verbas trabalhistas, encargos sociais, tributos, reflexos e demais parcelas que compõem o valor ofertado.

41.2. A dispensa se fundamenta na natureza do objeto e na metodologia de julgamento adotada, em que a disputa se dará pelo menor preço **global** ou **por lote**, sendo suficiente, para fins de aferição de exequibilidade, a apresentação do valor total proposto, acompanhado da documentação comprobatória de regularidade e da conformidade técnica da oferta.

41.3. Para a comprovação da vantajosidade da contratação e da adequação orçamentária, a Administração realizou previamente pesquisa de mercado, cujos resultados constam no processo administrativo, atendendo ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa, previsto no art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, e ao dever de planejamento estabelecido no art. 18, inciso IX, da mesma lei.

41.4. A presente dispensa não exime o contratado da responsabilidade integral pela execução do objeto nos exatos termos propostos e em conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, respondendo por eventuais falhas, omissões ou inexecução, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

#### 42. **CONDIÇÕES GERAIS**

42.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações e do Decreto nº 28.874, de 25 de Janeiro de 2024.

42.2. As questões suscitadas que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Porto Velho/RO, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, I, 'd', da Constituição Federal.

42.3. A obrigação de aceitar supressões até 25% (vinte e cinco por cento) propostos pela Contratante, conforme previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/21, ficando os acréscimos vedados conforme § 1º, art. 15, do Decreto Estadual n. 18.340/13 (*Redação do parágrafo dada pelo Decreto n. 24.082 de 22/07/2019*).

42.4. Mais informações poderão ser adquiridas pelo endereço eletrônico agerocompras@gmail.com ou diretamente na Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Rondônia, das 7h30 às 13h30.

#### 43. **FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

43.1. A presente contratação tem por objetivo atender às demandas operacionais da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, mediante a disponibilização de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) adequados ao desenvolvimento das atividades institucionais do órgão.

43.2. Considerando a necessidade de garantir a continuidade e a eficiência das atividades administrativas e técnicas desenvolvidas pela AGERO, faz-se necessária a disponibilização de microcomputadores do tipo desktop, notebooks, monitores e demais periféricos, devidamente atualizados e compatíveis com as demandas tecnológicas da instituição.

43.3. A solução baseada na **locação de equipamentos de TIC**, com a inclusão de serviços de manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças e demais componentes, apresenta-se como alternativa mais vantajosa para a Administração, tendo em vista que possibilita a atualização tecnológica dos equipamentos, a redução de custos com manutenção, bem como maior previsibilidade orçamentária e eficiência na gestão dos recursos públicos.

43.4. Ademais, a contratação por meio de **Sistema de Registro de Preços** mostra-se adequada diante da possibilidade de contratações futuras conforme a necessidade da Administração, permitindo maior flexibilidade no atendimento das demandas institucionais ao longo do período de vigência da ata.

43.5. Dessa forma, a contratação pretendida encontra-se devidamente justificada sob a perspectiva do interesse público, visando assegurar a continuidade das atividades administrativas e a adequada infraestrutura tecnológica necessária ao funcionamento da AGERO.

#### 44. **ALINHAMENTO COM AS NECESSIDADES TECNOLÓGICAS E DE NEGÓCIO (TIC)**

44.1. A presente contratação está alinhada às necessidades tecnológicas e de negócio da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, considerando a crescente demanda por recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que suportem as atividades administrativas e finalísticas do órgão.

44.2. A solução proposta visa garantir a disponibilidade, continuidade e modernização da infraestrutura tecnológica, permitindo maior eficiência na execução das atividades institucionais, bem como a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

44.3. Ademais, a contratação está em consonância com as diretrizes de governança e gestão de TIC, promovendo o uso racional dos recursos públicos, a padronização do ambiente computacional e a mitigação de riscos relacionados à obsolescência tecnológica, indisponibilidade de equipamentos e custos elevados com manutenção.

#### **45. PRAZO DE VALIDADE E CONDIÇÕES DA PROPOSTA**

45.1. As propostas apresentadas deverão ter validade mínima de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de sua apresentação.

45.2. As propostas deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à plena execução do objeto, incluindo, mas não se limitando a, fornecimento dos equipamentos, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças, suporte técnico e demais encargos necessários ao cumprimento integral das obrigações contratuais.

45.3. Não serão admitidas propostas que apresentem valores simbólicos, irrisórios ou incompatíveis com os preços praticados no mercado, cabendo à Administração a verificação da exequibilidade das propostas apresentadas.

#### **46. JUSTIFICATIVA DO NÃO PARCELAMENTO (LOTE ÚNICO)**

46.1. A contratação será realizada em lote único, considerando a necessidade de garantir a padronização dos equipamentos, a uniformidade da solução tecnológica e a integração entre os serviços prestados.

46.2. O parcelamento do objeto poderia comprometer a eficiência da execução contratual, uma vez que a eventual contratação de múltiplos fornecedores poderia gerar dificuldades na gestão do contrato, na manutenção dos equipamentos, na responsabilização por falhas e na prestação de suporte técnico, além de aumentar os custos operacionais para a Administração.

46.3. Ademais, a contratação integrada em lote único possibilita ganhos de escala, maior economicidade e melhor gerenciamento da solução como um todo, assegurando maior eficiência e qualidade na prestação dos serviços.

46.4. Dessa forma, o não parcelamento do objeto mostra-se técnica e economicamente mais vantajoso para a Administração Pública.

#### **47. DISPENSA DA PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO**

47.1. A participação no presente certame será restrita a pessoas jurídicas, não sendo admitida a participação de pessoas físicas, tendo em vista a natureza e a complexidade do objeto a ser contratado.

47.2. A contratação envolve a locação de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com fornecimento de bens novos, serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças, suporte técnico especializado e demais obrigações correlatas, exigindo estrutura organizacional, capacidade operacional e suporte técnico contínuo.

47.3. Tais requisitos são incompatíveis com a atuação de pessoas físicas, uma vez que demandam organização empresarial, equipe técnica qualificada, capacidade logística e responsabilidade contratual compatível com a execução integral do objeto.

47.4. Dessa forma, a restrição à participação de pessoas jurídicas encontra-se devidamente justificada, não configurando afronta ao princípio da competitividade, mas sim medida necessária para garantir a adequada execução contratual e o atendimento do interesse público.

#### **48. EXTINÇÃO/RESCISÃO CONTRATUAL**

48.1. A extinção do presente ajuste fundamenta-se nos preceitos dos artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ocorrer de forma antecipada sempre que se verificar o descumprimento das condições contratuais ou a superveniência de fatos que tornem o vínculo inexecutável ou desvantajoso para o interesse público.

##### **48.2. Das Formas de Extinção**

48.2.1. Nos termos do art. 138 da referida Lei, a extinção contratual poderá ser formalizada por meio de:

48.2.2. Ato Unilateral da Administração: Decorrente de prerrogativa estatal, motivada por inadimplemento do contratado ou por razões de conveniência e oportunidade administrativa.

48.2.3. Via Consensual: Por meio de acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, sempre que a extinção se mostrar a solução mais adequada ao interesse público em detrimento da continuidade do objeto.

48.2.4. Decisão Jurisdicional ou Arbitral: Resultado de processo judicial ou de mecanismos de resolução de conflitos previstos no contrato (arbitragem), especialmente quando houver resistência de uma das partes quanto à rescisão ou inadimplência da própria Administração.

##### **48.3. Das Hipóteses e Motivações**

48.3.1. Constituem motivos ensejadores da extinção contratual, conforme o art. 137, as seguintes situações:

48.3.2. Inadimplemento Técnico ou Temporal: O descumprimento total ou parcial de cláusulas, especificações técnicas, projetos ou prazos; a lentidão na execução que torne impossível a conclusão no prazo previsto; ou o atraso injustificado no início dos serviços.

48.3.3. Paralisação Injustificada: A interrupção da execução do contrato sem causa legítima ou prévia comunicação e aprovação da fiscalização.



48.3.4. Situação Jurídica do Contratado: A decretação de falência, a dissolução da sociedade, ou a ocorrência de modificação social ou estrutural que prejudique de forma relevante a capacidade de execução do ajuste.

48.3.5. Fatos Externos e Interesse Público: Razões de interesse público devidamente demonstradas em processo administrativo; a ocorrência de caso fortuito ou força maior; e o atraso superior a 2 (dois) meses nos pagamentos devidos pela Administração, ressalvadas as hipóteses legais de exceção (como guerra ou grave perturbação da ordem).

#### 48.4. Do Procedimento e das Consequências

48.4.1. A extinção do contrato será obrigatoriamente precedida de processo administrativo em que se assegure o contraditório e a ampla defesa. Nos casos de extinção por culpa do contratado, a Administração poderá, com base no art. 140, reter os créditos decorrentes do ajuste para o ressarcimento de prejuízos e o pagamento de multas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação.

48.4.2. Quando a extinção ocorrer sem culpa do contratado (por interesse público ou força maior), este terá direito à devolução da garantia, aos pagamentos devidos pela execução até a data da extinção e ao ressarcimento dos custos de desmobilização, conforme disciplina o art. 139 da Lei nº 14.133/2021.

#### 49. DO FORO

49.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, para dirimir quaisquer dúvidas referentes à Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Porto Velho, data e hora do sistema.

Elaborado:

**JÉSSICA MARTINS DE LIMA GRIMALDI**

Gerente

Gerência Administrativa - AGERO/GAD

Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Rondônia - AGERO

De Acordo:

**KENNY ABIORANA DURAN**

Diretor de Administração Finanças e Planejamento - DAPF

Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO

Autorizado na forma da lei:

**SILVIA LUCAS DA SILVA DIAS**

Diretora Presidente

Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO



Documento assinado eletronicamente por **Jéssica Martins de Lima Grimaldi, Chefe de Unidade**, em 16/06/2026, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA LUCAS DA SILVA DIAS, Presidente**, em 17/06/2026, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **KENNY ABIORANA DURAN, Diretor(a)**, em 17/06/2026, às 12:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **73385963** e o código CRC **72C50027**.

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Rondônia - AGERO  
Gerência Administrativa - AGERO-GAD

**ANÁLISE DE RISCOS**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

Promover a modernização e garantir a continuidade das atividades administrativas e operacionais da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, por meio da **contratação de empresa especializada na locação de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (T.I.C.), compreendendo microcomputadores do tipo desktop, monitores, notebooks e impressoras multifuncionais**, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

**2. MAPA DE RISCOS - IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS E AÇÕES SUGERIDAS**

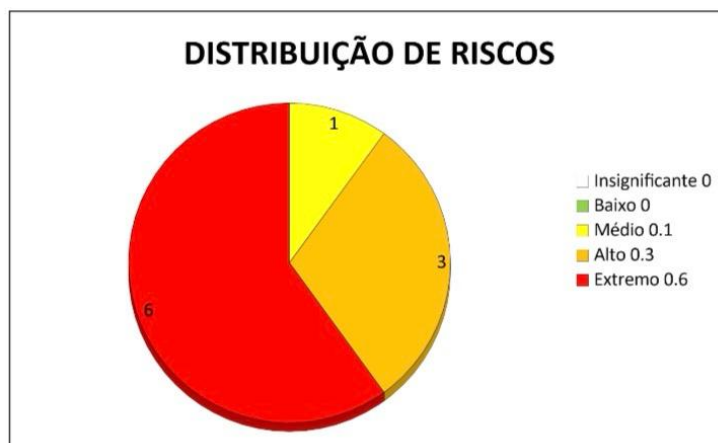
<b>OBJETO: FORMAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE T.I.C., COMO MICROCOMPUTADORES DO TIPO DESKTOP E PERIFÉRICOS, MONITORES E NOTEBOOKS CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DESTA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE RONDÔNIA - AGERO.</b>							
<b>PROCESSO: 0001.001965/2025-76</b>							
<b>ITEM DE VERIFICAÇÃO</b>	<b>RISCOS</b>	<b>PONTO CRÍTICO</b>	<b>PROBABILIDADES</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>NÍVEL DE RISCO</b>	<b>AÇÕES SUGERIDAS</b>	<b>AÇÕES DE CONTINGÊNCIA</b>
<b>1</b>	Atraso na entrega e instalação dos equipamentos	Descumprimento do prazo de entrega, instalação e configuração dos equipamentos	Eventual	Relevante	<b>Extremo</b>	Fiscalizar o cumprimento do cronograma, aplicar sanções contratuais e exigir planejamento detalhado de entrega	Formalizar contrato com cronograma claro, prevendo prazos para entrega, instalação e pleno funcionamento dos equipamentos
<b>2</b>	Equipamentos fornecidos com defeito ou baixa qualidade	Equipamentos com falhas técnicas, desempenho inadequado ou fora das especificações	Rara	Muito relevante	<b>Alto</b>	Definir especificações técnicas rigorosas e realizar testes/validação na entrega	Prever substituição imediata dos equipamentos defeituosos e garantia contratual
<b>3</b>	Interrupção ou falha na manutenção dos equipamentos	Ausência ou demora no suporte técnico e manutenção	Frequente	Muito relevante	<b>Extremo</b>	Exigir SLA (Acordo de Nível de Serviço) com prazos definidos para atendimento	Prever equipamentos de backup e cláusulas de penalidade por indisponibilidade
<b>4</b>	Desistência ou inadimplência da contratada	Empresa não cumprir o contrato ou abandonar a execução	Frequente	Relevante	<b>Extremo</b>	Aplicar penalidades e monitorar execução contratual	Convocar remanescente da licitação e exigir garantias contratuais
<b>5</b>	Morosidade no procedimento licitatório	Atrasos na tramitação do processo	Frequente	Relevante	<b>Extremo</b>	Acompanhar o processo e cumprir prazos	Planejamento antecipado e acompanhamento contínuo
<b>6</b>	Fracasso no procedimento licitatório	Ausência de propostas válidas ou fornecedores qualificados	Frequente	Muito relevante	<b>Extremo</b>	Realizar pesquisa de mercado adequada	Revisar o Termo de Referência e republicar o certame

7	Estimativa incorreta de preços	Valores incompatíveis com o mercado	Frequente	Muito relevante	Extremo	Realizar ampla pesquisa de preços	Atualizar valores com base no mercado e ajustar o escopo
8	Falta de clareza nas condições de pagamento	Divergências contratuais sobre pagamento	Rara	Muito relevante	Alto	Definir claramente as condições no contrato	Formalizar cláusulas objetivas de pagamento
9	Ausência de definição das obrigações das partes	Falta de clareza nas responsabilidades	Rara	Relevante	Médio	Detalhar obrigações no contrato	Inserir cláusulas específicas no TR
10	Incompatibilidade técnica dos equipamentos com o ambiente da AGERO	Equipamentos não atenderem às necessidades dos sistemas utilizados	Eventual	Muito relevante	Alto	Realizar levantamento prévio das necessidades técnicas	Exigir compatibilidade mínima e testes de validação

### 3. MATRIZ DE RISCO - ESCALA PARA CLASSIFICAÇÃO DE NÍVEIS DE RISCO

Consequência	Avaliação do Risco			
Muito Relevante	Médio	Alto	Extremo	Extremo
Relevante	Baixo	Médio	Alto	Extremo
Pouco relevante	Insignificante	Baixo	Médio	Alto
Irrelevante	Insignificante	Insignificante	Baixo	Médio
	Raríssima	Rara	Eventual	Frequente
	Probabilidade			
Consequência	Avaliação do Risco			
Muito Relevante	10	35	70	100
Relevante	5	17,5	35	50
Pouco relevante	2	7	14	20
Irrelevante	1	3,5	7	10
	Raríssima	Rara	Eventual	Frequente
	Probabilidade			

### 4. GRÁFICO COMPARATIVO DA ESTIMATIVA DO NÍVEL DE RISCO



NÍVEL DE RISCO	NÚMERO DE RISCOS	PERCENTUAL
Insignificante	0	0%
Baixo	0	0%
Médio	1	10%
Alto	3	30%
Extremo	6	60%
TOTAL	10	100%

Elaborado:  
**BRUNA NAIARA QUEIROZ SERRATI SÁ**  
 Assessora

Revisado:  
**JÉSSICA MARTINS DE LIMA GRIMALDI**  
Gerente

Gerência Administrativa - AGERO/GAD  
Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Rondônia - AGERO

De Acordo:  
**KENNY ABIORANA DURAN**  
Diretor de Administração Finanças e Planejamento - DAPF  
Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO

Autorizado na forma da lei:  
**SILVIA LUCAS DA SILVA DIAS**  
Diretora Presidente  
Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO



Documento assinado eletronicamente por **Jéssica Martins de Lima Grimaldi**, **Chefe de Unidade**, em 01/04/2026, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRUNA NAIARA QUEIROZ SERRATI SÁ**, **Assessor(a)**, em 01/04/2026, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA LUCAS DA SILVA DIAS**, **Presidente**, em 06/04/2026, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **KENNY ABIORANA DURAN**, **Diretor(a)**, em 08/04/2026, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **70088858** e o código CRC **7E3C1BAF**.

# MINUTA



## GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Rondônia - AGERO  
Gerência Administrativa - AGERO-GAD

### MINUTA DE CONTRATO

#### \* MINUTA DE DOCUMENTO

CONTRATO Nº \_\_\_\_\_/PGE\_\_\_\_\_.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - AGERO E A EMPRESA \_\_\_\_(*nome*)\_\_\_\_, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_, A AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - AGERO, situado na Rua João Pedro da Rocha, 2715 - Bairro Embratel, CEP: 76.820-888, Porto Velho/RO, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representado pelo \_\_\_\_\_, RG n.º \_\_\_\_(*número*)\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_(*número*)\_\_\_\_, e a firma \_\_\_\_\_, CNPJ/MF n.º \_\_\_\_, estabelecida no \_\_\_\_, em \_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, (*nacionalidade*), RG \_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, celebram o presente Contrato, decorrente do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0001.001965/2025-76 que deu origem ao Pregão, na forma Eletrônica, de Nº. \_\_\_\_\_, homologado pela Autoridade Competente, regido pela Lei Federal nº. 14.133/21, com suas alterações e legislação correlata, Decreto nº28.874/2024, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência, a formação de ATA de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em **LOCAÇÃO** de equipamentos de T.I.C., como **microcomputadores do tipo desktop e periféricos, monitores e notebooks** conforme condições, quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência, para atendimento das necessidades desta Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Rondônia - AGERO.

Todos os equipamentos deverão ser novos e de primeiro uso, deverá estar incluso o software, **documentação e gerenciamento**, os serviços de manutenção preventiva, corretiva, substituição de peças e demais componentes, para atender as necessidades da AGERO.

1.2. **Vinculação:** Integram este Contrato além do Termo de Referência, as normas do (IDENTIFICAÇÃO DA MODALIDADE), o disposto na proposta da CONTRATADA e demais elementos que sirvam à exata definição do objeto descrito na cláusula primeira.

1.3. As **descrições dos serviços e as quantidades estimadas** do objeto desse contrato, estão previstas no **Item 9 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QNTD IMEDIATA	QNTD REGISTRADA
	<p><b>COMPUTADOR DESKTOP</b></p> <p><b>1. DESEMPENHO:</b></p> <p>Atingir pontuação mínima de 45.000 pontos conforme lista de processadores no link <a href="http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php">http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php</a>;</p> <p>O equipamento testado deverá possuir todos os componentes e as mesmas características do equipamento ofertado no edital, sendo aceitos componentes e especificações superiores;</p> <p>Não serão admitidos configurações e ajustes que impliquem no funcionamento do equipamento fora as condições normais recomendadas pelo fabricante do equipamento ou dos componentes, tais como, alterações de frequência de clock (overclock), características de disco ou de memória, e drivers não recomendados pelo fabricante do equipamento.</p> <p>A licitante deverá declarar em sua proposta, a marca e modelo do processador ofertado, a ausência desta informação acarretará na desclassificação da proposta.</p> <p><b>2. PROCESSADOR:</b></p> <p>Arquitetura 64 bits, com extensões de virtualização e instruções SSE4.1;</p> <p>O processador deve possuir, no mínimo, 12 (doze) núcleos reais e suportar 12 (doze) threads, ou superior. Deve possuir clock de até 5,0 GHz;</p> <p>Possuir no mínimo 24 MB de cache;</p> <p>TDP máximo 180W;</p> <p>Sistema de dissipação de calor dimensionado para a perfeita refrigeração do processador, considerando que este esteja operando em sua capacidade máxima, pelo período de 8 horas diárias consecutivas, em ambiente não refrigerado;</p> <p><b>3. PLACA MÃE:</b></p> <p>Placa projetada pelo próprio fabricante do equipamento;</p> <p>Placa gráfica integrada;</p> <p>Deve possuir chip de segurança TPM integrada versão mínima 2.0, possibilitando a utilização de todos os recursos de segurança e criptografia, através de software desenvolvido ou homologado pelo fabricante ou em regime de OEM com</p>			

ITEM	<p>gerenciamento remoto e centralizado;  <b>ESPECIFICAÇÃO</b>          Deve suportar a utilização de 3 (três) monitores simultaneamente sem o uso de adaptadores ou extensores;</p>	UNIDADE DE MEDIDA	QNTD IMEDIATA	QNTD REGISTRADA
	<p>Possuir ao menos 01 (um) Slot PCI Express x 16 de 3ª Geração e 01 (um) Slot PCI Express x 1 de 3ª Geração</p> <p>Possuir ao menos 02 (dois) SLOTS padrão M.2.</p> <p><b>3.1 BIOS:</b></p> <p>Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, e compatível com os padrões ACPI 2.0 ePlug-and-Play;</p> <p>Versão mais atual disponibilizada pelo fabricante;</p> <p>Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e Disco; Permitir a inserção de código de identificação do equipamento dentro do próprio BIOS (número do patrimônio e número de série). Não serão aceitos BIOS com programação via software;</p> <p>Suporte à tecnologia de previsão/contingenciamento de falhas de disco rígido S.M.A.R.T habilitada; BIOS desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou adaptações, ou ajustes ou customizações;</p> <p>Software embarcado no BIOS com Funções de diagnóstico de problemas, e gerenciamento com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Permitir o teste do equipamento, com independência do sistema operacional instalado, o software de diagnóstico deve ser capaz de ser executado (inicializado) a partir da UEFI (Unified Extensible Firmware Interface) ou do Firmware do equipamento através do acionamento de tecla função (F1...F12);</li> </ul> <p>O software de diagnóstico deverá ser capaz de informar, através de tela gráfica:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O fabricante e modelo do equipamento;</li> </ul> <p>processador;</p> <p>memória RAM;</p> <p>firmware do equipamento;</p> <p>capacidade do disco rígido.</p> <p><b>3.2 MEMÓRIA RAM:</b></p> <p>3.1. Memória de 64GB, 2 x 32GB, DDR5, 4.800 MT/S, UDIMM, Canal duplo;</p>			

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QNTD IMEDIATA	QNTD REGISTRADA
	<p><b>4. INTERFACES:</b></p> <p>4.1. Controladora de Rede integrada à placa mãe com velocidade de 10/100/1000 Mbits/s, padrões Ethernet, Fast-Ethernet e Gigabit Ethernet, auto sense, full-duplex, plug-and-play, configurável totalmente por software, com conector padrão RJ-45 e função Wake on-lan em funcionamento esuporte a múltiplas VLANs (802.1q e802.1x). Não serão aceitas placas de redes externas (off board);</p> <p>4.2. Interface de rede Wireless + Bluetooth 5.0 (Dual-band 2x2 802.11), com MU-MIMO e antena interna;</p> <p>4.3. No mínimo 08 (oito) portas USB, sendo pelo menos 04 (quatro) instaladas na parte frontal do gabinete sem a utilização de hubs, com pelo menos 01 (uma) porta sendo do Tipo-C;</p> <p>4.4. Pelo menos 02 (duas) das portas exigidas no item anterior deverão ser do tipo USB 3.2;</p> <p>4.5. Deverá possuir no mínimo 01 (uma) porta do tipo DisplayPort e outra HDMI;</p> <p>4.6. Conector de áudio do tipo combo.</p> <p><b>5. UNIDADE DE DISCO RÍGIDO:</b></p> <p>5.1. Unidade de estado sólido com tecnologia NVMe, slot M.2 e capacidade interna de, no mínimo, 512GB (quinhentos e doze gigabytes) ou superior;</p> <p>5.2. Suporte às tecnologias S.M.A.R.T (Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology) e NCQ(NativeCommand Queuing).</p> <p><b>6. CONTROLADORA DE VÍDEO:</b></p> <p>6.1. O equipamento devera possuir placa de video dedicada com no minimo 02 (dois) GB de memória;</p> <p>6.2. A placa de vídeo ofertada devera possuir 02 (duas) saidas de video digital do tipo displayPort e/ouHDMI,compatíveis com o monitor ofertado sem a necessidade de uso de adaptadores.</p> <p><b>7. GABINETE:</b></p> <p>7.1. Do tipo small form factor;</p> <p>7.2. Conectores de som para saída na parte traseira do gabinete e com suporte para conexões de saída e microfone na parte frontal do gabinete, sendo aceito conector tipo combo;</p>			



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QNTD IMEDIATA	QNTD REGISTRADA
01	<p>7.3. Botão liga/desliga e indicadores de atividade da unidade de especificação do computador ligado(power-on) na parte frontal do gabinete;</p> <p>7.4. Deve permitir a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (memórias e placas de expansão PCIe) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), com exceção apenas para placas de expansão do tipo M.2, não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original. Não serão aceitos adaptadores em substituição aos parafusos previstos para o gabinete</p> <p>7.5. Acabamento interno composto de superfícies não cortantes;</p> <p>7.6. O gabinete deverá possuir um conector de encaixe para o cabo de segurança do tipo alça ou parafuso para inserção da trava de segurança sem adaptações;</p> <p>7.7. Entrada de ar frontal e saída de ar exclusivamente pela traseira;</p> <p>7.8. Sensor de intrusão capaz de gravar no BIOS logs de abertura, mesmo quando desconectado da rede elétrica.</p> <p><b>8. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA:</b></p> <p>8.1. Fonte de alimentação do mesmo fabricante do equipamento, tipo ATX ou BTX para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/-10%), 50-60Hz, com ajuste automático, suficiente para suportar todos os dispositivos internos na configuração máxima admitida pelo equipamento (placa principal, interfaces, discos, memórias e demais periféricos) e que implemente PFC (Power Factor Correction) ativo com eficiência igual ou superior a 90%;</p> <p><b>9. OUTROS REQUISITOS:</b></p> <p>9.1. Os equipamentos deverão ser novos e de primeiro uso;</p> <p>9.2. Deverá ser apresentado prospecto com as características técnicas de todos os componentes do equipamento, como placa mãe, processador, memória, interface de rede, disco rígido, mouse, teclado e vídeo, incluindo especificação de marca, modelo, e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e comprovem as configurações cotadas, possíveis expansões e upgrades, através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes. Serão aceitas cópias das especificações obtidas em sítios dos fabricantes na</p>	UNIDADE	39	60

ITEM	Internet, em que constem o respectivo endereço eletrônico; <b>ESPECIFICAÇÃO</b> 9.3. A escolha do material a ser apresentado fica a critério do proponente;	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QNTD IMEDIATA</b>	<b>QNTD REGISTRADA</b>
	<p>9.4. Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas dos utilizados nos equipamentos enviados para homologação;</p> <p>9.5. As unidades do equipamento deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, que utilizem preferencialmente materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem;</p> <p>9.6. Possuir recurso disponibilizado via web, site do próprio fabricante (informar URL para comprovação), que permita verificar a garantia do equipamento através da inserção do seu número de série;</p> <p>9.7. Todos os componentes dos equipamentos devem ser do próprio fabricante ou estar em conformidade com a política de garantia do mesmo, não sendo permitida a integração de itens de terceiros que possam acarretar em perda parcial da garantia ou não realização da manutenção técnica pelo próprio fabricante quando solicitada;</p> <p>9.8. Apresentação obrigatória de publicações oficiais que venham a comprovar efetivamente o conjunto de especificações exigidas, sob pena de desclassificação na falta destas; 9.9. A licitante deverá apresentar todas as informações de forma detalhada em sua proposta a marca, modelo, configuração (processador, memória, placa de rede wireless, etc.) e periféricos do equipamento ofertado. A não apresentação dessas informações acarretará na desclassificação da proposta.</p> <p><b>10. Software, documentação e gerenciamento</b></p> <p>10.1. Licença por unidade entregue, com todos os recursos para garantir atualizações de segurança gratuitas durante todo o prazo de garantia estabelecida pelo fornecedor de hardware, do sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional.</p> <p>10.2. O sistema operacional deverá ser fornecido no idioma Português BR instalado e em pleno funcionamento, além da documentação técnica em português necessária à instalação e operação do equipamento;</p>			

ITEM	10.3. Deverá possuir, integrado à placa-mãe do computador (especificação adaptações, subsistema de segurança TPM (trustes platform module) compatível com a norma TPM Specification Version 1.2 especificada pelo TCG (Trusted Computing Group). Deverá ser fornecido software que permite a implementação desta função com gerenciamento remoto e centralizado;  10.4. Deverá ser fornecido instalado ou disponibilizar na Internet software do próprio fabricante ou homologado para o mesmo que permita a verificação e instalação das últimas atualizações de todas as ferramentas e drivers disponíveis pelo fabricante e do Sistema Operacional (Windows). Devendo ser capaz de monitorar o sistema, realizar diagnósticos, emitir alertas e ajudar a reparar erros do sistema, ajudando assim a manter a saúde e segurança do sistema	UNIDADE DE MEDIDA	QNTD IMEDIATA	QNTD REGISTRADA
	<p><b>11. Certificações e Compatibilidade:</b></p> <p>11.1 O equipamento ofertado deverá possuir compatibilidade homologada com distribuição Windows. A comprovação da compatibilidade será efetuada pela apresentação do documento Hardware Compatibility Test Report emitido especificamente para o modelo no sistema operacional ofertado, em <a href="https://docs.microsoft.com/en-us/windows-hardware/drivers/dashboard/windows-certifiedproductslist">https://docs.microsoft.com/en-us/windows-hardware/drivers/dashboard/windows-certifiedproductslist</a>;</p> <p>11.2. O equipamento deve possuir Certificado Energy Star ou equivalente;</p> <p>11.3. Certificação de compatibilidade eletromagnética CE e de economia de energia EPEAT no mínimo categoria Gold. A comprovação para a compatibilidade eletromagnética poderá ser realizada através de declaração de conformidade do fabricante do equipamento, desde que o fabricante possua laboratório acreditado pelo INMETRO ou acreditado por programa internacional de acreditação reconhecido pelo INMETRO.</p> <p><b>12. Garantia:</b></p> <p>12.1. O equipamento proposto deverá possuir garantia total da contratada durante a vigência do contrato;</p> <p>12.2. Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada, com o primeiro atendimento (podendo ser remoto) em até 24 horas e reposição de peças ou substituição do equipamento em até 07 (sete)</p>			

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QNTD IMEDIATA	QNTD REGISTRADA
02	<p>dias úteis dentro do horário comercial, pelo período da vigência do contrato, conforme edital;</p> <p>12.3. Deverá possuir central de atendimento para abertura de chamados, em regime de 24 horas durante 7 dias da semana.</p> <p><b>TECLADO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Padrão AT do tipo estendido de 107 teclas, com todos os caracteres da língua portuguesa;</li> <li>• Padrão ABNT-2 e conector compatível com a interface para teclado fornecida para o desktop.</li> <li>• <b>Garantia:</b></li> <li>• O equipamento proposto deverá possuir garantia total da contratada durante a vigência do contrato;</li> <li>• Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada, com o primeiro atendimento (podendo ser remoto) em até 24 horas e reposição de peças ou substituição do equipamento em até 07 (sete) dias úteis dentro do horário comercial, pelo período da vigência do contrato, expresso em edital;</li> <li>• Deverá possuir central de atendimento para abertura de chamados, em regime de 24 horas durante 7 dias da semana.</li> </ul>	UNIDADE	39	60

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QNTD IMEDIATA	QNTD REGISTRADA
03	<p><b>MOUSE:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tecnologia óptica, de conformação ambidestra, com botões esquerdo, direito e central próprio para rolagem;</li> <li>• Resolução mínima de 1000 (mil) DPI ou superior, conector compatível com a interface para mouse fornecido para o desktop;</li> <li>• Mouse com fio sem o uso de adaptadores.</li> <li>• <b>Garantia:</b></li> <li>• O equipamento proposto deverá possuir garantia total da contratada durante a vigência do contrato;</li> <li>• Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada, com o primeiro atendimento (podendo ser remoto) em até 24 horas e reposição de peças ou substituição do equipamento em até 07 (sete) dias úteis dentro do horário comercial, pelo período da vigência do contrato, expresso em edital;</li> <li>• Deverá possuir central de atendimento para abertura de chamados, em regime de 24 horas durante 7 dias da semana.</li> </ul>	UNIDADE	39	60

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QNTD IMEDIATA	QNTD REGISTRADA
04	<p><b>MONITORES - CATMAT: 483824</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O monitor ofertado deverá possuir Tela 100% IPS, tamanho mínimo de 23,8", proporção 16:9, brilho de 250 nits, relação de contraste de 1.000:1;</li> <li>Resolução FHD mínima de 1920x1080;</li> <li>Conectores de Entrada: 01 (uma) entrada VGA, 01 (uma) entrada HDMI, 01 (uma) entrada DisplayPort, 01 (um) USB Tipo-B e 04 (quatro) USB-A 3.2 Gen 1;</li> <li>Deverá possuir 01 (um) cabo VGA, 01 (um) cabo Displayport e HDMI e um cabo de alimentação;</li> <li>Deve possuir Pixel Pitch máximo de 0,275 x 0,275 mm;</li> <li>Controle digital de brilho e contraste. Regulagem de inclinação, altura (mínimo 150 mm), suporte giratório (mínimo 90°) e Pivot +/- 90°;</li> <li>Fonte de Alimentação para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/-10%), 50- 60Hz, com ajuste automático;</li> <li>Possuir entrada para cabo de segurança.</li> <li><b>Garantia:</b></li> <li>O equipamento proposto deverá possuir garantia total da contratada durante a vigência do contrato;</li> <li>Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada, com o primeiro atendimento (podendo ser remoto) em até 24 horas e reposição de peças ou substituição do equipamento em até 07 (sete) dias úteis dentro do horário comercial, pelo período da vigência do contrato, expresso em edital;</li> <li>Deverá possuir central de atendimento para abertura de chamados, em regime de 24 horas durante 7 dias da semana.</li> </ul>	UNIDADE	59	90
	<p><b>NOTEBOOK:</b> Especificações Técnicas Mínimas</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Tela LED Full HD (1920X1080), 120 Hz, antirreflexo de, no mínimo, 15";</li> <li>Processador de 13ª Geração ou superior,</li> </ul>			

ITEM	<div>deverá possuir:</div> <div>ESPECIFICAÇÃO</div> <ul style="list-style-type: none"> <li>Número de núcleos: 10, Número de threads: 12, Frequência de 5GHz (Turbo Max); Cache: 12 MB;</li> </ul>	UNIDADE DE MEDIDA	QNTD IMEDIATA	QNTD REGISTRADA
05	<ul style="list-style-type: none"> <li>Memória RAM Mínima: de 16GB, DDR4, 2666MT/s;</li> <li>Unidade de Armazenamento: SSD 512GB PCIe NVMe M.2;</li> <li>Teclado: Padrão ABNT2 (Português – Brasil);</li> <li>Cor: Preto carbono ou cinza;</li> <li>Placa de vídeo com memória gráfica compartilhada;</li> <li>Mouse Touchpad;</li> <li>Webcam HD (720P) integrada com microfone digital;</li> <li>Bateria integrada, original do fabricante e compatível com o equipamento, com duração mínima de 6h;</li> <li>Sistema Operacional Windows 11 Pro, de 64 bits, em Português (Brasil);</li> <li>Wi-Fi 6 + Bluetooth</li> <li>Com entrada e saída de áudio tipo combo;</li> <li>3 Portas USB sendo, pelo menos, uma 2.0 (tipo A), uma 3.2 (tipo A) e uma 3.2 (tipo C);</li> <li>1 Porta HDMI 1,4;</li> <li>1 Conector de energia;</li> <li>2 Alto-falantes de 2W;</li> <li>Possuir rede autorizada de assistência técnica em todo o Brasil.</li> <li><b>Garantia:</b> O equipamento proposto deverá possuir garantia total da contratada durante a vigência do contrato;</li> <li>Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada, com o primeiro atendimento (podendo ser remoto) em até 24 horas e reposição de peças ou substituição do equipamento em até 07 (sete) dias úteis dentro do horário comercial, pelo período da vigência do contrato, expresso em edital;</li> <li>Deverá possuir central de atendimento para abertura de chamados, em regime de 24 horas durante 7 dias da semana.</li> </ul>	UNIDADE	11	20

ITEM	<b>IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER A4 MONOCROMÁTICA DE MÉDIO PORTE</b> <b>Especificações técnicas Mínimas:</b>	UNIDADE DE MEDIDA	QNTD IMEDIATA	QNTD REGISTRADA
06	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Franquia: 2.000 (duas mil) impressões-cópias-digitalizações/mês;</b></li> <li>• Tecnologia da Impressão/Cópia/Digitalização: Laser – Monocromático;</li> <li>• Painel touch screen em idioma português ou simbologia universal;</li> <li>• Ciclo Mensal: No mínimo 50.000 PPM (páginas por mês);</li> <li>• Tamanhos de Papel: A4, carta, ofício; B5 (JIS), A5, A5 (Borda longa), A6, Executivo, Ofício.</li> <li>• Papeis suportados: Liso, fino, grosso, comum, reciclado, etiquetas, timbrado e envelope;</li> <li>• Bandeja de Entrada: No mínimo para 250 folhas de papel A4, carta, ofício;</li> <li>• Bandeja de Alimentação Manual: No mínimo 50 folhas;</li> <li>• Bandeja de Saída: No mínimo 100 folhas;</li> <li>• Impressão frente e verso (duplex);</li> <li>• Sistemas Operacionais: Windows 10 ou superior, Windows server 2012 ou superior e sistema operacional Mac;</li> <li>• Emulações (linguagens): PCL6; BR-Script3; IBM Proprinter XL; Epson FX-850; PDF versão 1.7; XPS versão 1.0; PCL 5; PCL 6 e Post Script 3;</li> <li>• Resolução de Impressão: Mínimo de 600 x 600 dpi;</li> <li>• Velocidade de Impressão: Mínimo 40 PPM (página por minuto) em papel A4;</li> <li>• Velocidade da reprografia: Mínimo 30 ppm (página por minuto) em papel A4;</li> <li>• Resolução da reprografia: No mínimo 600 x 600 dpi (pelo vidro de exposição e scanner) colorido;</li> <li>• Ampliação: 25 - 400%;</li> <li>• Possuir recurso de reprografia contínua;</li> <li>• Digitalização: No mínimo 600 x 600 dpi (pelo vidro de exposição e scanner) colorido;</li> <li>• Área de Digitalização no vidro de originais e alimentador: No mínimo de 216 x 356 mm (tamanho ofício);</li> </ul>	UNIDADE	14	35



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QNTD IMEDIATA	QNTD REGISTRADA
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Velocidade de digitalização: Mínimo 28 páginas/minuto em resolução de 300 dpi;</li> <li>• Alimentador automático (ADF) de, no mínimo, 50 folhas com leitura automática duplex de passagem única, frente e verso (digitalização contínua);</li> <li>• Possuir software de Reconhecimento Ótico de Caracteres já integrado/nativo/embarcado no próprio equipamento;</li> <li>• Impressão Segura;</li> <li>• Suporte para no mínimo JPG, PDF, PDF/A, PDF altamente compactado e PDF pesquisável;</li> <li>• Interface Ethernet 10/100/1000 Mbps com conector RJ – 45;</li> <li>• Alimentação: Tensão de alimentação de 127 ;</li> <li>• Compatibilidade com software de gerenciamento remoto de equipamentos e bilhetagem de impressões, através de rede. Compatível com Energy Star;</li> <li>• Manuais técnicos em português, fornecidos juntamente com cada uma das impressoras; Manuais de instalação e operação; Cabo USB;</li> <li>• Fornecimento de Suprimentos originais;</li> <li>• Eventualmente, caso o ambiente somente disponha de energia no padrao 220V, a contratada deverá fornecer o transformador compatível para o equipamento, às suas expensas;</li> <li>• <b>Garantia:</b></li> <li>• O equipamento proposto deverá possuir garantia total da contratada durante a vigência do contrato;</li> <li>• Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada, com o primeiro atendimento (podendo ser remoto) em até 24 horas e reposição de peças ou substituição do equipamento em até 07 (sete) dias úteis dentro do horário comercial, pelo período da vigência do contrato, expresso em edital;</li> <li>• Deverá possuir central de atendimento para abertura de chamados, em regime de 24 horas durante 7 dias da semana.</li> </ul>			

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA DAS QUANTIDADES**

**2.1.** As informações quanto as quantidades estimadas do objeto do presente contrato, estão previstas no **item 11, do Termo de Referência, Anexo I do Edital**

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA– DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO, E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

**3.1.** As informações do Local de Execução estão previstas no **item 15, do Termo de Referência.**

**3.2.** As informações do Prazo/Cronograma de Execução estão previstas no **item 15, do Termo de Referência.**

**3.3.** As informações das Condições de Recebimento estão previstas no **Item 15, subitem 15.4 do Termo de Referência.**

## **4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas do presente processo correrão por conta dos recursos consignados a Agência de Regulação de Serviços Públicos do Estado de Rondônia - AGERO, pela Lei Orçamentária Anual do Estado de Rondônia - LOA 2025, conforme tabela abaixo:

<b>PROGRAMA DE TRABALHO</b>	<b>FONTE DE RECURSO</b>	<b>NATUREZA DA DESPESA</b>
04.122.1015.208726-0000	1.500.0.00001	33.90.39
04.122.2012.284601-0000	1.753.0.00001	

## **5. CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**5.1.** As condições de pagamento estão previstas no **item 17 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.**

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

**6.1.** A formalização da contratação se dará através de Contrato Administrativo, conforme disposto no Art. 89 da Lei nº. 14.133/21.

**6.2.** A Administração convocará regularmente o interessado para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da ciência ao chamamento, para no local indicado, firmar o instrumento de Contrato, nas condições estabelecidas no respectivo Termo de Referência e Edital de licitação sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/21.

**6.3.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

**6.4.** É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo obedecida a ordem de classificação e examinada a aceitabilidade da proposta classificada quanto ao objeto, valor ofertado e habilitação, podendo inclusive negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, independentemente da cominação prevista no art. 90 da Lei n.º 14.133/21.

**6.5.** A recusa injustificada do licitante vencedor em receber o documento de contratação, ou aceitar/retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas na Lei. 14.133/21.

**6.6.** Toda e qualquer modificação, redução ou acréscimo nas disposições do Contrato será formalizada

através de Termo Aditivo, conforme a lei 14.133/21.

**6.7.** O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, com base no valor inicial atualizado do contrato, respeitando os limites da Lei nº 14.133/21 e suas alterações e ainda, em conformidade com Decreto Estadual nº 28.874/24 e suas alterações.

**6.8.** É obrigação do contratado de manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL**

**7.1.** O prazo de vigência do contrato será de até 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma do art. 105, da Lei nº. 14.133/21.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

**8.1.** A contratada fica obrigada a prestar garantia contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura do Contrato o comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº. 14.133/21.

## **9. CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE CONTRATUAL**

**9.1.** Os valores contratados serão fixos e irredutíveis pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a lei federal 14.133/2021.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

**10.1.** O Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/21, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

**10.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**10.3.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na Lei nº 14.133 de 2021.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**11.1.** A Agência de Regulação de Serviços Públicos do Estado de Rondônia - AGERO, designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas conveniente.

**11.2.** O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA**

**12.1.** É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto deste.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**13.1.** As obrigações da Contratante, são aquelas estabelecidas no **item 21 do Termo de Referência.**

**13.2.** As obrigações da Contratada, são aquelas estabelecidas no **item 20 do Termo de Referência.**

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES**

**14.1.** As sanções aplicáveis na execução do contrato são aquelas estabelecidas no **item 22 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.**

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PREÇO**

**15.1.** O valor total da contratação é de R\$ 0,00 (VALOR POR EXTENSO), que corresponde à nota de empenho, a servir de lastro, para efetuar o pagamento dos bens/materiais referidos na cláusula primeira, tudo depois de recebidos, testados e aprovados pela CONTRATANTE. Sob nenhuma hipótese o valor mencionado será reajustado;

**15.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

**16.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 89 da Lei nº 14.133, de 2021.

**16.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

**16.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

**16.4.** O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à CONTRATANTE de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

**16.5.** Este Contrato poderá, ainda, ser rescindido nos seguintes casos:

**16.5.1.** Alteração do Contrato Social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução deste pacto;

**16.5.2.** Transferência dos direitos e/ou obrigações pertinentes a este Contrato, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

**16.5.3.** Cometimento reiterado de faltas, devidamente anotadas;

**16.5.4.** No interesse da CONTRATANTE, mediante comunicação com antecedência de 05 (cinco) dias corridos, com o pagamento dos serviços adquiridos até a data comunicada no aviso de rescisão;

**16.5.5.** No caso de descumprimento da legislação sobre trabalho de menores, nos termos do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

**17.1.** A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS**

**18.1.** Rege-se este instrumento pelas normas e diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e outros preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS RESPONSABILIDADES**

**19.1.** A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à CONTRATANTE ou terceiros.

**19.2.** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA.

**19.3.** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**19.4.** A CONTRATADA manterá, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na contratação.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO**

**21.** Após as assinaturas deste Contrato a Procuradoria Geral do Estado providenciará a publicação de resumo no Diário Oficial do Estado, sem prejuízo de outras publicações que a CONTRATANTE tenha como necessárias,

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO**

**22.1.** As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

## **23. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**23.1.** Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

Para firmeza e como prova do acordado, o presente Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que constitui o documento de fls. \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, do Livro Especial nº \_\_\_\_\_/ Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado. Porto Velho-RO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Representante / Contratada		Representante / Contratante



Documento assinado eletronicamente por **Jéssica Martins de Lima Grimaldi, Chefe de Unidade**, em 05/05/2026, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71805685** e o código CRC **EE6B25D7**.

---

**Referência:** Caso responda este(a) Minuta de Contrato, indicar expressamente o Processo nº 0001.001965/2025-76

SEI nº 71805685



## GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Rondônia - AGERO  
Gerência Administrativa - AGERO-GAD

### SAMS

0.1. **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO

**OBJETO:** Formação de ATA de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em **LOCAÇÃO** de equipamentos de T.I.C., como **microcomputadores do tipo desktop e periféricos, monitores e notebooks** conforme condições, quantidades e especificações constantes nesta SAMS e no Termo de Referência, para atendimento das necessidades desta **Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Rondônia - AGERO**.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE T.I.C., COMO MICROCOMPUTADORES DO TIPO DESKTOP E PERIFÉRICOS, MONITORES E NOTEBOOKS CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DESTA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE RONDÔNIA - AGERO.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	PERÍODO DE LOCAÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
	<p><b>COMPUTADOR DESKTOP</b></p> <p><b>1. DESEMPENHO:</b> Atingir pontuação mínima de 45.000 pontos conforme lista de processadores no <a href="http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php">link</a><a href="http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php">http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php</a>; O equipamento testado deverá possuir todos os componentes e as mesmas características do equipamento ofertado no edital, sendo aceitos componentes e especificações superiores; Não serão admitidos configurações e ajustes que impliquem no funcionamento do equipamento fora as condições normais recomendadas pelo fabricante do equipamento ou dos componentes, tais como, alterações de frequência de clock (overclock), características de disco ou de memória, e drivers não recomendados pelo fabricante do equipamento. A licitante deverá declarar em sua proposta, a marca e modelo do processador ofertado, a ausência desta informação acarretará na desclassificação da proposta.</p> <p><b>2. PROCESSADOR:</b> Arquitetura 64 bits, com extensões de virtualização e instruções SSE4.1; O processador deve possuir, no mínimo, 12 (doze) núcleos reais</p>				

e suportar 12 (doze) threads, ou superior. Deve possuir clock de até 5,0 GHz;

Possuir no mínimo 24 MB de cache;

TDP máximo 180W;

Sistema de dissipação de calor dimensionado para a perfeita refrigeração do processador, considerando que este esteja operando em sua capacidade máxima, pelo período de 8 horas diárias consecutivas, em ambiente não refrigerado;

### **3. PLACA MÃE:**

Placa projetada pelo próprio fabricante do equipamento;

Placa gráfica integrada;

Deve possuir chip de segurança TPM integrada versão mínima 2.0, possibilitando a utilização de todos os recursos de segurança e criptografia, através de software desenvolvido ou homologado pelo fabricante ou em regime de OEM com gerenciamento remoto e centralizado;

Deve suportar a utilização de 3 (três) monitores simultaneamente sem o uso de adaptadores ou extensores;

Possuir ao menos 01 (um) Slot PCI Express x 16 de 3ª Geração e 01 (um) Slot PCI Express x 1 de 3ª Geração

Possuir ao menos 02 (dois) SLOTS padrão M.2.

#### **3.1 BIOS:**

Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, e compatível com os padrões ACPI 2.0 e Plug-and-Play;

Versão mais atual disponibilizada pelo fabricante;

Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e Disco;

Permitir a inserção de código de identificação do equipamento dentro do próprio BIOS (número do patrimônio e número de série). Não serão aceitos BIOS com programação via software;

Suporte à tecnologia de previsão/contingenciamento de falhas de disco rígido S.M.A.R.T habilitada; BIOS desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou adaptações, ou ajustes ou customizações; Software embarcado no BIOS com Funções de diagnóstico de problemas, e gerenciamento com as seguintes características:

- Permitir o teste do equipamento, com independência do sistema operacional instalado, o software de diagnóstico deve ser capaz de ser executado (inicializado) a partir da UEFI (Unified Extensible Firmware Interface) ou do Firmware do equipamento através do acionamento de tecla função (F1...F12); O software de diagnóstico deverá ser capaz de informar, através de tela gráfica:

- O fabricante e modelo do equipamento;

processador;

memória RAM;

firmware do equipamento;

capacidade do disco rígido.

#### **3.2 MEMÓRIA RAM:**

3.1. Memória de 64GB, 2 x 32GB, DDR5, 4.800 MT/S, UDIMM, Canal duplo;

### **4. INTERFACES:**

4.1. Controladora de Rede integrada à placa mãe com velocidade de 10/100/1000 Mb/s, padrões Ethernet, Fast-Ethernet e Gigabit Ethernet, auto sense, full-duplex, plug-and-play, configurável totalmente por software, com conector padrão RJ-45 e função Wake on-lan em funcionamento e suporte a múltiplas VLANs (802.1q e 802.1x). Não serão aceitas placas de redes externas (off board);

4.2. Interface de rede Wireless + Bluetooth 5.0 (Dual-band 2x2 802.11), com MU-MIMO e antena interna;



- 4.3. No mínimo 08 (oito) portas USB, sendo pelo menos 04 (quatro) instaladas na parte frontal do gabinete sem a utilização de hubs, com pelo menos 01 (uma) porta sendo do Tipo-C;
- 4.4. Pelo menos 02 (duas) das portas exigidas no item anterior deverão ser do tipo USB 3.2;
- 4.5. Deverá possuir no mínimo 01 (uma) porta do tipo DisplayPort e outra HDMI;
- 4.6. Conector de áudio do tipo combo.

#### **5. UNIDADE DE DISCO RÍGIDO:**

- 5.1. Unidade de estado sólido com tecnologia NVMe, slot M.2 e capacidade interna de, no mínimo, 512GB (quinhentos e doze gigabytes) ou superior;
- 5.2. Suporte às tecnologias S.M.A.R.T (Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology) e NCQ(NativeCommand Queuing).

#### **6. CONTROLADORA DE VÍDEO:**

- 6.1. O equipamento deverá possuir placa de vídeo dedicada com no mínimo 02 (dois) GB de memória;
- 6.2. A placa de vídeo ofertada deverá possuir 02 (duas) saídas de vídeo digital do tipo displayPort e/ouHDMI,compatíveis com o monitor ofertado sem a necessidade de uso de adaptadores.

#### **7. GABINETE:**

- 7.1. Do tipo small form factor;
- 7.2. Conectores de som para saída na parte traseira do gabinete e com suporte para conexões de saída e microfone na parte frontal do gabinete, sendo aceito conector tipo combo;
- 7.3. Botão liga/desliga e indicadores de atividade da unidade de disco rígido e do computador ligado(power-on) na parte frontal do gabinete;
- 7.4. Deve permitir a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (memórias e placas de expansão PCIe) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), com exceção apenas para placas de expansão do tipo M.2, não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original. Não serão aceitos adaptadores em substituição aos parafusos previstos para o gabinete
- 7.5. Acabamento interno composto de superfícies não cortantes;
- 7.6. O gabinete deverá possuir um conector de encaixe para o cabo de segurança do tipo alça ou parafuso para inserção da trava de segurança sem adaptações;
- 7.7. Entrada de ar frontal e saída de ar exclusivamente pela traseira;
- 7.8. Sensor de intrusão capaz de gravar no BIOS logs de abertura, mesmo quando desconectado da rede elétrica.

#### **8. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA:**

- 8.1. Fonte de alimentação do mesmo fabricante do equipamento, tipo ATX ou BTX para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/-10%), 50-60Hz, com ajuste automático, suficiente para suportar todos os dispositivos internos na configuração máxima admitida pelo equipamento (placa principal, interfaces, discos, memórias e demais periféricos) e que implemente PFC (Power Factor Correction) ativo com eficiência igual ou superior a 90%;

#### **9. OUTROS REQUISITOS:**

- 9.1. Os equipamentos deverão ser novos e de primeiro uso;
- 9.2. Deverá ser apresentado prospecto com as características técnicas de todos os componentes do equipamento, como placa mãe, processador, memória, interface de rede, disco rígido, mouse, teclado e vídeo, incluindo especificação de marca,

1

39

12 MESES

modelo, e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e comprovem as configurações cotadas, possíveis expansões e upgrades, através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes. Serão aceitas cópias das especificações obtidas em sítios dos fabricantes na Internet, em que constem o respectivo endereço eletrônico;

9.3. A escolha do material a ser apresentado fica a critério do proponente;

9.4. Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas dos utilizados nos equipamentos enviados para homologação;

9.5. As unidades do equipamento deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, que utilizem preferencialmente materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem;

9.6. Possuir recurso disponibilizado via web, site do próprio fabricante (informar URL para comprovação), que permita verificar a garantia do equipamento através da inserção do seu número de série;

9.7. Todos os componentes dos equipamentos devem ser do próprio fabricante ou estar em conformidade com a política de garantia do mesmo, não sendo permitida a integração de itens de terceiros que possam acarretar em perda parcial da garantia ou não realização da manutenção técnica pelo próprio fabricante quando solicitada;

9.8. Apresentação obrigatória de publicações oficiais que venham a comprovar efetivamente o conjunto de especificações exigidas, sob pena de desclassificação na falta destas; 9.9. A licitante deverá apresentar todas as informações de forma detalhada em sua proposta a marca, modelo, configuração (processador, memória, placa de rede wireless, etc.) e periféricos do equipamento ofertado. A não apresentação dessas informações acarretará na desclassificação da proposta.

## **10. Software, documentação e gerenciamento**

10.1. Licença por unidade entregue, com todos os recursos para garantir atualizações de segurança gratuitas durante todo o prazo de garantia estabelecida pelo fornecedor de hardware, do sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional.

10.2. O sistema operacional deverá ser fornecido no idioma Português BR instalado e em pleno funcionamento, além da documentação técnica em português necessária à instalação e operação do equipamento;

10.3. Deverá possuir, integrado à placa-mãe do computador (on-board), sem adaptações, subsistema de segurança TPM (trusted platform module) compatível com a norma TPM Specification Version 1.2 especificada pelo TCG (Trusted Computing Group). Deverá ser fornecido software que permite a implementação desta função com gerenciamento remoto e centralizado;

10.4. Deverá ser fornecido instalado ou disponibilizar na Internet software do próprio fabricante ou homologado para o mesmo que permita a verificação e instalação das últimas atualizações de todas as ferramentas e drivers disponíveis pelo fabricante e do Sistema Operacional (Windows). Devendo ser capaz de monitorar o sistema, realizar diagnósticos, emitir alertas e ajudar a reparar erros do sistema, ajudando assim a manter a saúde e segurança do sistema

## **11. Certificações e Compatibilidade:**

11.1 O equipamento ofertado deverá possuir compatibilidade homologada com distribuição Windows. A comprovação da

	<p>compatibilidade será efetuada pela apresentação do documento Hardware Compatibility Test Report emitido especificamente para o modelo no sistema operacional ofertado, em <a href="https://docs.microsoft.com/en-us/windows-hardware/drivers/dashboard/windows-certifiedproducts">https://docs.microsoft.com/en-us/windows-hardware/drivers/dashboard/windows-certifiedproducts</a>□list;</p> <p>11.2. O equipamento deve possuir Certificado Energy Star ou equivalente;</p> <p>11.3. Certificação de compatibilidade eletromagnética CE e de economia de energia EPEAT no mínimo na categoria Gold. A comprovação para a compatibilidade eletromagnética poderá ser realizada através de declaração de conformidade do fabricante do equipamento, desde que o fabricante possua laboratório acreditado pelo INMETRO ou acreditado por programa internacional de acreditação reconhecido pelo INMETRO.</p> <p><b>12. Garantia:</b></p> <p>12.1. O equipamento proposto deverá possuir garantia total da contratada durante a vigência do contrato;</p> <p>12.2. Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada, com o primeiro atendimento (podendo ser remoto) em até 24 horas e reposição de peças ou substituição do equipamento em até 07 (sete) dias úteis dentro do horário comercial, pelo período da vigência do contrato, expresso em edital;</p> <p>12.3. Deverá possuir central de atendimento para abertura de chamados, em regime de 24 horas durante 7 dias da semana.</p>				
2	<p><b>TECLADO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Padrão AT do tipo estendido de 107 teclas, com todos os caracteres da língua portuguesa;</li> <li>• Padrão ABNT-2 e conector compatível com a interface para teclado fornecida para o desktop.</li> <li>• <b>Garantia:</b></li> <li>• O equipamento proposto deverá possuir garantia total da contratada durante a vigência do contrato;</li> <li>• Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada, com o primeiro atendimento (podendo ser remoto) em até 24 horas e reposição de peças ou substituição do equipamento em até 07 (sete) dias úteis dentro do horário comercial, pelo período da vigência do contrato, expresso em edital;</li> <li>• Deverá possuir central de atendimento para abertura de chamados, em regime de 24 horas durante 7 dias da semana.</li> </ul>	39	12 MESES		

3	<p><b>MOUSE:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tecnologia óptica, de conformação ambidestra, com botões esquerdo, direito e central próprio para rolagem;</li> <li>• Resolução mínima de 1000 (mil) DPI ou superior, conector compatível com a interface para mouse fornecido para o desktop;</li> <li>• Mouse com fio sem o uso de adaptadores.</li> <li>• <b>Garantia:</b></li> <li>• O equipamento proposto deverá possuir garantia total da contratada durante a vigência do contrato;</li> <li>• Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada, com o primeiro atendimento (podendo ser remoto) em até 24 horas e reposição de peças ou substituição do equipamento em até 07 (sete) dias úteis dentro do horário comercial, pelo período da vigência do contrato, expresso em edital;</li> <li>• Deverá possuir central de atendimento para abertura de chamados, em regime de 24 horas durante 7 dias da semana.</li> </ul>	39	12 MESES		
4	<p><b>MONITORES:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O monitor ofertado deverá possuir Tela 100% IPS, tamanho mínimo de 23,8", proporção 16:9, brilho de 250 nits, relação de contraste de 1.000:1;</li> <li>• Resolução FHD mínima de 1920x1080;</li> <li>• Conectores de Entrada: 01 (uma) entrada VGA, 01 (uma) entrada HDMI, 01 (uma) entrada DisplayPort, 01 (um) USB Tipo-B e 04 (quatro) USB-A 3.2 Gen 1;</li> <li>• Deverá possuir 01 (um) cabo VGA, 01 (um) cabo Displayport e HDMI e um cabo de alimentação;</li> <li>• Deve possuir Pixel Pitch máximo de 0,275 x 0,275 mm;</li> <li>• Controle digital de brilho e contraste. Regulagem de inclinação, altura (mínimo 150 mm), suporte giratório (mínimo 90°) e Pivot +/- 90°;</li> <li>• Fonte de Alimentação para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/-10%), 50-60Hz, com ajuste automático;</li> <li>• Possuir entrada para cabo de segurança.</li> <li>• <b>Garantia:</b></li> <li>• O equipamento proposto deverá possuir garantia total da contratada durante a vigência do contrato;</li> <li>• Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada, com o primeiro atendimento (podendo ser remoto) em até 24 horas e reposição de peças ou substituição do equipamento em até 07 (sete) dias úteis dentro do horário comercial, pelo período da vigência do contrato, expresso em edital;</li> <li>• Deverá possuir central de atendimento para abertura de chamados, em regime de 24 horas durante 7 dias da semana.</li> </ul>	59	12 MESES		

5	<p><b>NOTEBOOK:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tela LED Full HD (1920X1080), 120 Hz, antirreflexo de, no mínimo, 15";</li> <li>• Processador de 13ª Geração ou superior, deverá possuir:</li> <li>• Número de núcleos: 10; Número de threads: 12, Frequência de 5GHz (Turbo Max); Cache: 12 MB;</li> <li>• Memória RAM Mínima: de 16GB, DDR4, 2666MT/s;</li> <li>• Unidade de Armazenamento: SSD 512GB PCIe NVMe M.2;</li> <li>• Teclado: Padrão ABNT2 (Português – Brasil);</li> <li>• Cor: Preto carbono ou cinza;</li> <li>• Placa de vídeo com memória gráfica compartilhada;</li> <li>• Mouse Touchpad;</li> <li>• Webcam HD (720P) integrada com microfone digital;</li> <li>• Bateria integrada, original do fabricante e compatível com o equipamento, com duração mínima de 6h;</li> <li>• Sistema Operacional Windows 11 Pro, de 64 bits, em Português (Brasil);</li> <li>• Wi-Fi 6 + Bluetooth</li> <li>• Com entrada e saída de áudio tipo combo;</li> <li>• 3 Portas USB sendo, pelo menos, uma 2.0 (tipo A), uma 3.2 (tipo A) e uma 3.2 (tipo C);</li> <li>• 1 Porta HDMI 1,4;</li> <li>• 1 Conector de energia;</li> <li>• 2 Alto-falantes de 2W;</li> <li>• Possuir rede autorizada de assistência técnica em todo o Brasil.</li> <li>• <b>Garantia:</b> O equipamento proposto deverá possuir garantia total da contratada durante a vigência do contrato;</li> <li>• Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada, com o primeiro atendimento (podendo ser remoto) em até 24 horas e reposição de peças ou substituição do equipamento em até 07 (sete) dias úteis dentro do horário comercial, pelo período da vigência do contrato, expresso em edital;</li> <li>• Deverá possuir central de atendimento para abertura de chamados, em regime de 24 horas durante 7 dias da semana.</li> </ul>	11	12 MESES		
	<p><b>IMPRESSORAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Especificações técnicas Mínimas:</b></li> <li>• <b>Franquia: 2.000 (duas mil) impressões-cópias-digitalizações/mês;</b></li> <li>• Tecnologia da Impressão/Cópia/Digitalização: Laser – Monocromático;</li> <li>• Painel touch screen em idioma português ou simbologia universal;</li> <li>• Ciclo Mensal: No mínimo 50.000 PPM (páginas por mês);</li> <li>• Tamanhos de Papel: A4, carta, ofício; B5 (JIS), A5, A5 (Borda longa), A6, Executivo, Ofício.</li> <li>• Papeis suportados: Liso, fino, grosso, comum, reciclado, etiquetas, timbrado e envelope;</li> <li>• Bandeja de Entrada: No mínimo para 250 folhas de papel A4, carta, ofício;</li> <li>• Bandeja de Alimentação Manual: No mínimo 50 folhas;</li> <li>• Bandeja de Saída: No mínimo 100 folhas;</li> </ul>				

6	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Impressão frente e verso (duplex);</li> <li>• Sistemas Operacionais: Windows 10 ou superior, Windows server 2012 ou superior e sistema operacional Mac;</li> <li>• Emulações (linguagens): PCL6; BR-Script3; IBM Proprinter XL; Epson FX-850; PDF versão 1.7; XPS versão 1.0; PCL 5; PCL 6 e Post Script 3;</li> <li>• Resolução de Impressão: Mínimo de 600 x 600 dpi;</li> <li>• Velocidade de Impressão: Mínimo 40 PPM (página por minuto) em papel A4;</li> <li>• Velocidade da reprografia: Mínimo 30 ppm (página por minuto) em papel A4;</li> <li>• Resolução da reprografia: No mínimo 600 x 600 dpi (pelo vidro de exposição e scanner) colorido;</li> <li>• Ampliação: 25 - 400%;</li> <li>• Possuir recurso de reprografia contínua;</li> <li>• Digitalização: No mínimo 600 x 600 dpi (pelo vidro de exposição e scanner) colorido;</li> <li>• Área de Digitalização no vidro de originais e alimentador: No mínimo de 216 x 356 mm (tamanho ofício);</li> <li>• Velocidade de digitalização: Mínimo 28 páginas/imagens por minuto em resolução de 300 dpi;</li> <li>• Alimentador automático (ADF) de, no mínimo, 50 folhas com leitura automática duplex de passagem única, frente e verso (digitalização contínua);</li> <li>• Possuir software de Reconhecimento Ótico de Caracteres já integrado/nativo/embarcado no próprio equipamento;</li> <li>• Impressão Segura;</li> <li>• Suporte para no mínimo JPG, PDF, PDF/A, PDF altamente compactado e PDF pesquisável;</li> <li>• Interface Ethernet 10/100/1000 Mbps com conector RJ – 45;</li> <li>• Alimentação: Tensão de alimentação de 127 ;</li> <li>• Compatibilidade com software de gerenciamento remoto de equipamentos e bilhetagem de impressões, através de rede. Compatível com Energy Star;</li> <li>• Manuais técnicos em português, fornecidos juntamente com cada uma das impressoras; Manuais de instalação e operação; Cabo USB;</li> <li>• Fornecimento de Suprimentos originais;</li> <li>• Eventualmente, caso o ambiente somente disponha de energia no padrao 220V, a contratada deverá fornecer o transformador compatível para o equipamento, às suas expensas;</li> <li>• <b>Garantia:</b></li> <li>• O equipamento proposto deverá possuir garantia total da contratada durante a vigência do contrato;</li> <li>• Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada, com o primeiro atendimento (podendo ser remoto) em até 24 horas e reposição de peças ou substituição do equipamento em até 07 (sete) dias úteis dentro do horário comercial, pelo período da vigência do contrato, expresso em edital;</li> <li>• Deverá possuir central de atendimento para abertura de chamados, em regime de 24 horas durante 7 dias da semana.</li> </ul>	14	12 MESES		
---	--	----	----------	--	--

Carimbo do CNPJ/CPF-ME:	Local:	Responsável pela cotação da Empresa:	<b>USO EXCLUSIVO DA AGERO</b>	Valor da Proposta:
	Data:			Validade da Proposta:
	Banco:	Fone:		
	Agência:	Assinatura:		Prazo de Entrega:
	C/C:			

**Observação:** Li e concordo com os termos estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos que é parte integrante desta SAMS para as devidas cotações de preços.

Porto Velho, data e hora do sistema.

Elaborado:

**JÉSSICA MARTINS DE LIMA GRIMALDI**

Gerente

Gerência Administrativa - AGERO/GAD

Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Rondônia - AGERO

De acordo:

**KENNY ABIORANA DURAN**

Diretor de Administração Finanças e Planejamento - DAPF

Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO

Aprovado na forma da Lei:

**SILVIA LUCAS DA SILVA DIAS**

Diretora Presidente

Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO



Documento assinado eletronicamente por **Jéssica Martins de Lima Grimaldi**, **Chefe de Unidade**, em 02/03/2026, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **KENNY ABIORANA DURAN**, **Diretor(a)**, em 02/03/2026, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)

---



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA LUCAS DA SILVA DIAS**, **Presidente**, em 02/03/2026, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **69666972** e o código CRC **6BAC677F**.

---

**Referência:** Caso responda este(a) SAMS, indicar expressamente o Processo nº 0001.001965/2025-76

SEI nº 69666972



Superintendência Estadual de Compras e Licitações  
Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preços

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A) MENSAL	QUANT.(A) ANUAL	EMP 1	EMP 2	EMP 3	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIACÃO	PARAMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL MENSAL [F + G]	TOTAL ANUAL
1	Microcomputador Desktop (mouse e teclado incluso)	UNIDADE	60	720	560,00	454,83	479,71	454,83	R\$ 498,18	479,71	54,96	11,03%	MÉDIO	R\$ 29.890,80	R\$ 358.689,60
2	MONITORES	UNIDADE	90	1.080	224,00	155,80	150,01	150,01	R\$ 176,60	155,80	41,15	23,30%	MÉDIO	R\$ 15.894,00	R\$ 190.728,00
3	NOTEBOOK	UNIDADE	20	240	480,01	350,00	500,00	350,00	R\$ 443,34	480,01	81,45	18,37%	MÉDIO	R\$ 8.866,80	R\$ 106.401,60
4	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER A4 MONOCROMÁTICA DE MÉDIO PORTE	UNIDADE	35	420	409,00	420,00	450,00	409,00	R\$ 426,33	420,00	21,22	4,98%	MÉDIO	R\$ 14.921,55	R\$ 179.058,60

VALOR TOTAL MENSAL

R\$ 69.573,15

VALOR TOTAL ANUAL

R\$ 834.877,80

LEGENDA:

NC = Não encontrado

NOTA EXPLICATIVA:

IDENTIFICAÇÃO DAS COTAÇÕES

EMP1 BANCO DE PREÇOS  
EMP2 BANCO DE PREÇOS  
EMP3 BANCO DE PREÇOS  
EMP4 BANCO DE PREÇOS

1) As descrições foram reduzidas neste quadro comparativo, porém se encontra completas no termo de referência ().